CAPA PROMOCIONAL

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)

150 ANOS Sexta-feira 27 de JUNHO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48100 || estadao.com.br

ESTADÃO 150 ANOS

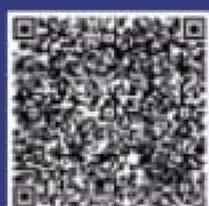
A conexão real com a sua marca começa agora.

ESTADÃO BLUE STUDIO

influency



O Estadão Blue Studio amplia seu portfólio de soluções e apresenta uma nova área dedicada ao marketing de influência.



Leia o QR Code e acesse:
bluestudio.estadao.com.br/influency



ESTADÃO BLUE STUDIO

influency



A influencer Luisa Perisse esteve no estande do Estadão Blue Studio Influency durante o CMO Summit. A entrevista dela e de outras personalidades poderão ser acompanhadas nas mídias sociais do Estadão Blue Studio nas próximas semanas

Fotos: Ricardo Lopes/Estadão Blue Studio

'Estadão' lança operação de marketing de influência com foco em curadoria e credibilidade

Buscando aproximar marcas e comunidades de forma genuína, Blue Studio Influency terá influenciadores selecionados de maneira criteriosa e mensuração de resultados em campanhas multiplataforma

Com previsão de movimentar cerca de US$ 500 bilhões globalmente até 2027, segundo dados do banco Goldman Sachs, o mercado de marketing de influência vive uma fase de expansão acelerada no mundo todo. Além do volume financeiro, chama a atenção a penetração desse canal: aqui no Brasil, de acordo com dados da Opinion Box, 80% da população segue influenciadores nas redes sociais.

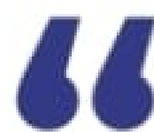
Apesar do crescimento, o setor ainda enfrenta desafios importantes, como a fragmentação, a informalidade e a falta de padronização de métricas. Não por acaso, o ecossistema de influência é visto por muitas marcas com desconfiança na hora de fazer seus planos de marketing. É nesse contexto que o **Estadão** anuncia nesta semana o lançamento do Estadão Blue Studio Influency, nova frente de negócios dedicada totalmente ao mercado de influência.

"O **Estadão** pretende ser um agente de qualificação no universo da influência, combinando rigor em curadoria, homologação e análise de risco de criadores. Queremos fomentar conexões genuínas entre marcas e comunidades, com narrativas relevantes e responsáveis", afirma o CEO da S/A O Estado de S. Paulo, Erick Bretas.

Segundo ele, o Influency reforça o posicionamento do grupo na transformação digital e na diversificação de receitas. Vale lembrar que, em 2024, o Estadão Blue Studio realizou mais de 350 ativações multiplataforma. Para 2025, além de um calendário robusto de eventos e produtos, a unidade de negócios amplia sua proposta de valor com a chegada do Influency.



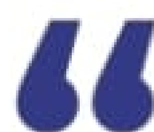
Estande do Estadão Blue Studio Influency



O marketing de influência se transformou muito nesses últimos anos. Os produtores de conteúdo estão entendendo que não dá pra ser de qualquer jeito, sem muita pesquisa, sem muita base."
Gustavo Carvalho, diretor de Marketing da Nascar



A maior tendência do marketing de influência é a conexão com o objetivo daquela comunicação. Hoje é mais estratégia com uma comunicação mais nichada."
Greg Reis, diretor de Marketing do Grupo Malwee



O que eu vejo é que o marketing de influência se tornou uma economia. A gente tem os criadores de conteúdo, eles são empresas, eles estão cada vez mais multiplataformas."
Thalita Martorelli, CMO da Cielo

Multiplataforma e rigor

A nova frente vem se somar ao ecossistema de mídia própria do **Estadão** – que inclui jornal, portal, redes sociais, rádio, videocasts e eventos – para ampliar a entrega de valor a marcas e anunciantes. Tudo isso sempre com a proposta de unir a credibilidade editorial do grupo à criação de campanhas multiplataforma, com uma curadoria rigorosa de influenciadores e indicadores auditados de desempenho.

A escolha dos criadores será criteriosa e levará em conta engajamento, reputação, histórico de parcerias e possíveis riscos à imagem das marcas. "Não é simples escolher influenciadores que consigam traduzir a mensagem da marca de forma autêntica, responsável e efetiva. Uma palavra mal colocada pode causar danos reputacionais graves", alerta Bretas.

Além disso, o Estadão Blue Studio Influency pretende atuar como um parceiro estratégico de comunicação, oferecendo projetos full service, que vão do planejamento à entrega de resultado, passando por novas estratégias baseadas em análise de métricas. "Mais do que participar desse mercado, queremos qualificar a influência. Acreditamos em visão, dados e narrativas que gerem valor real para marcas e público", diz Daniel Canello, diretor do Blue Studio.

Integração e diferencial editorial

A estrutura lançada pelo **Estadão** se diferencia por ir além da oferta de publiposts. Integrando mídia própria, mídia paga e marketing de influência, os projetos têm como foco o storytelling, a construção de narrativas com propósito e a ativação de campanhas em múltiplos formatos e canais. O conteúdo cocriado com os influenciadores também pode ser veiculado nos canais oficiais do grupo, ampliando o alcance e reforçando a legitimidade das campanhas.

Além da entrega técnica, o projeto busca se adaptar rapidamente às mudanças no comportamento do consumidor e às novas dinâmicas das plataformas digitais, ao mesmo tempo que respeita a história de 150 anos do grupo. "O **Estadão** quer ser referência em influência capaz de gerar resultados concretos, mas sem abrir mão de confiança e integridade", destaca Bretas. Segundo ele, a atuação da nova área será totalmente separada da redação jornalística. Os jornalistas do grupo não participarão de campanhas de influência, em respeito à separação entre conteúdo editorial e publicidade — um princípio histórico do **Estadão**.

Lançamento em evento

O lançamento da vertical Influency do Estadão Blue Studio foi feito oficialmente no dia 25 de junho, durante o evento CMO Summit, que ocorreu no Expo Center Norte, em São Paulo. Um estúdio foi montado no local para realização de entrevistas com os CMOs que passaram por lá para conhecerem a proposta. As entrevistas em vídeo vão ao ar a partir da semana que vem, nas mídias sociais do Estadão Blue Studio.

Um desses líderes que estiveram no estande foi o diretor de Marketing do Grupo Malwee, Greg Reis. Para ele, "a maior tendência do marketing de influência é a conexão com o objetivo daquela comunicação". "Hoje é mais estratégia com uma comunicação mais nichada", completa.

A CMO da Cielo, Thalita Martorelli, diz que o marketing de influência se tornou uma economia. "A gente tem os criadores de conteúdo, eles são empresas, eles estão cada vez mais multiplataformas."

Sobre o evento realizado para CMOs, o diretor de Branding e PR da BYD, Pablo Toledo, diz que é importante um espaço dedicado a esse público. "Para trocar com o mercado, falar da marca e oferecer mais informações para o consumidor", disse. Erich Shibata, diretor de Branding e Criação da Cimed, afirma que "participar do CMO Summit é conhecer o que está acontecendo no mercado, inspirar as outras pessoas e empresas e ganhar, sem dúvida, novos consumidores".


Thalita Martorelli, CMO da Cielo


Gustavo Carvalho, diretor de Marketing da Nascar

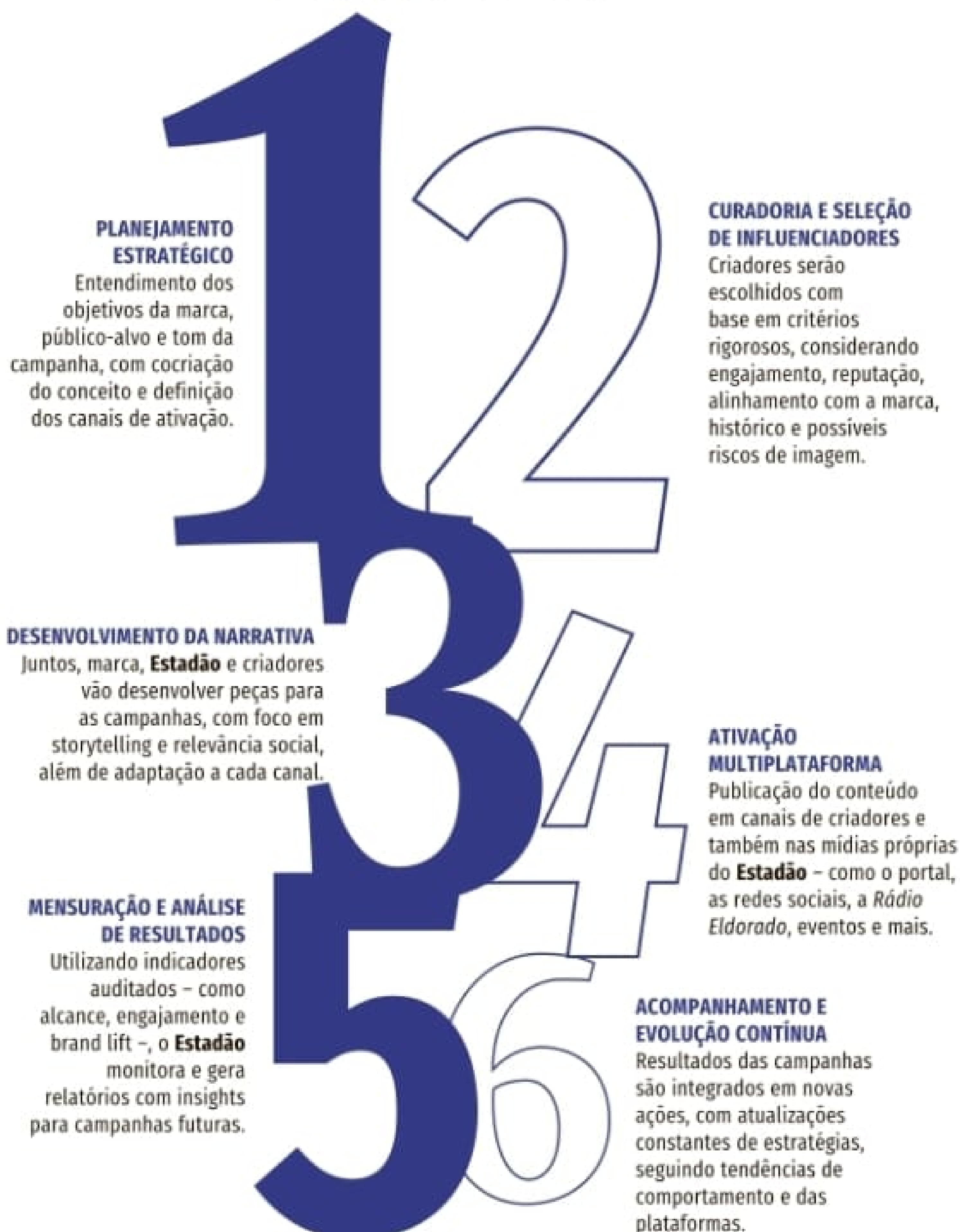
Fotos: Ricardo Lopes/Estadão Blue Studio


Greg Reis, diretor de Marketing do Grupo Malwee


Bianca Venturotti CEO & founder da Bloom 360

COMO FUNCIONA UMA CAMPANHA DO INFLUENCY

Nova unidade de negócios terá processos ágeis e forte uso de dados



1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Entendimento dos objetivos da marca, público-alvo e tom da campanha, com cocriação do conceito e definição dos canais de ativação.

2 CURADORIA E SELEÇÃO DE INFLUENCIADORES
Criadores serão escolhidos com base em critérios rigorosos, considerando engajamento, reputação, alinhamento com a marca, histórico e possíveis riscos de imagem.

3 DESENVOLVIMENTO DA NARRATIVA
Juntos, marca, **Estadão** e criadores vão desenvolver peças para as campanhas, com foco em storytelling e relevância social, além de adaptação a cada canal.

4 ATIVAÇÃO MULTIPLATAFORMA
Publicação do conteúdo em canais de criadores e também nas mídias próprias do **Estadão** – como o portal, as redes sociais, a *Rádio Eldorado*, eventos e mais.

5 MENSURAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS
Utilizando indicadores auditados – como alcance, engajamento e brand lift –, o **Estadão** monitora e gera relatórios com insights para campanhas futuras.

6 ACOMPANHAMENTO E EVOLUÇÃO CONTÍNUA
Resultados das campanhas são integrados em novas ações, com atualizações constantes de estratégias, seguindo tendências de comportamento e das plataformas.



Nossa proposta é conectar marcas a comunidades engajadas, com curadoria rigorosa de *creators*, conteúdos com profundidade jornalística, inteligência de mídia e *brand safety*.

O que podemos fazer?

- Cobertura em eventos
- Curadoria de palestrantes, painelistas e porta-vozes
- Conteúdos *branded* assinados por *creators* e especialistas
- Vídeo e *lives contents, webdocs, videocasts* ou *podcasts*
- *E-books, white papers*

E muito mais.

Tudo ancorado na audiência qualificada do Estadão e no alcance segmentado dos *creators*.



ESTADÃO 150 ANOS

ESTADÃO BLUE STUDIO

Foto: Getty Images

Eufrázio

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Sexta-feira 27 de JUNHO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48100 || estadao.com.br

Dicas de cinema, shows, gastronomia e lazer em SP

Sextou! GUIA SEMANAL

Festival __C1 e C2

Clássicos na Festa do Cinema Italiano

Mostra marca centenário de Mastroianni (com Anita Ekberg, em *A Doce Vida*)


PANDORA FILMES

Divirta-se __C6 e C7

No palco, a obra de Sidarta Ribeiro

Música __C7

Paulinho da Viola traz à cidade show 'Quando o Samba Chama'

Paladar __C5

Chefs indicam onde encontrar a melhor batata frita da cidade

FELIPE RAU / ESTADÃO



Cidade Jardim se mobiliza contra construção de edifícios

Prefeito barrou mudança no zoneamento que permite prédios, mas vereadores derrubaram veto. Entidades alegam descaracterização do bairro, em área nobre. __ A16

Era digital __A8

Big techs responderão por postagem criminosa de usuário, decide o STF

__ Punição se aplica se empresa não tirar conteúdo; ministros pedem ao Congresso a regulação de redes

Após 12 sessões, o STF concluiu julgamento que amplia obrigações das big techs pelo conteúdo publicado por usuários na internet. Os ministros definiram critérios para punir plataformas pelo que for considerado falha na moderação de conteúdo e apelaram ao Congresso pela regulamentação das redes sociais. Como regra geral, as empresas responderão por crimes ou atos ilícitos e por contas falsas se não removerem o conteúdo. No caso de crime contra a honra (injúria, calúnia e difamação), vale o sistema atual, de obrigação de remoção apenas por ordem judicial – as plataformas terão de impedir a replicação das ofensas. Quando se tratar de anúncios ou impulsionamentos pagos, a responsabilidade da plataforma será presumida. Já os marketplaces respondem de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

8 dos 11 votos
sustentaram a decisão

E&N Poderes __B1 e B2

Derrubada do IOF está ligada a insatisfação de Alcolumbre com ministro

Presidente do Senado pediu a Hugo Motta que colocasse o tema em votação na Câmara para tentar forçar a saída de Alexandre Silveira da pasta de Minas e Energia.

Notas e Informações __A3

O governo está grogue

Coluna do Estadão __ A2

Aposta no discurso de pobres contra ricos

Celso Ming __B2

A economia neste meio ano

MUNDIAL DE CLUBES DA FIFA __A22

Fase eliminatória terá 9 europeus

SÁB 13H	PALMEIRAS	X	BOTAFOGO
SÁB 17H	BENFICA	X	CHELSEA
DOM 13H	PSG	X	INTER MIAMI
DOM 17H	FLAMENGO	X	BAYERN DE MUNIQUE
SEG 16H	INTER DE MILÃO	X	FLUMINENSE
SEG 22H	MAN. CITY	X	AL-HILAL
TER 16H	REAL MADRID	X	JUVENTUS
TER 22H	BORUSSIA DORTMUND	X	MONTERREY

Dúvidas no ar __A14

Relatórios indicam que ataque ao Irã destruiu centrífugas, mas não o urânio

Donald Trump e o chefe do Pentágono atacaram imprensa e repetiram que ação foi um "sucesso histórico".

Sem encontro __A12
Lula visita São Paulo e troca provocações com Tarcísio

Coreia do Norte __A15
Ditador inaugura paraíso tropical para 20 mil turistas

Entrevista: Alexandre Padilha __A18
'Planos poderão trocar dívidas por consulta do SUS'

Indonésia __A21
Socorrista descreve resgate do corpo de turista brasileira

Uma boa história __A24
Nanopartículas são usadas contra o câncer de mama

Edição de hoje
3 CADERNOS – 56 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios
C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
15° Mín. 21° Máx.

ISSN - 1516-293-1
771516 293019

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Lula une PT, reedita discurso de pobres x ricos e vê 'vitória' nas redes contra o Congresso

O presidente Lula, os ministros do PT e a cúpula do partido não vão baixar o tom contra o Congresso Nacional. Um dia depois de Câmara e Senado derrubarem o aumento do IOF, a avaliação predominante entre seus aliados fiéis foi de que, apesar da derrota na pauta, o governo venceu o debate público nas redes sociais com o discurso de pobres x ricos. E a ordem é aumentar essa polarização. Petistas lançaram pelo menos três hashtags sobre o tema nos últimos dias: Ricos paguem a conta; Congresso inimigo do povo e Haddad tem razão. Esta última é referência à entrevista do ministro da Fazenda à TV Record. No trecho que viralizou, Fernando Haddad questiona "aumento da carga tributária para quem?" e diz que o governo faz justiça social.

• **REPETECO.** Haddad postou o corte nas próprias redes por dois dias seguidos, só mudou o título. "Justiça para o bolso de todos" e, depois, "pobre no orçamento e rico no imposto de renda".

• **HARMONIA.** Com essa polarização de classes, Lula conseguiu unir os discursos dos ministros Fernando Haddad e Gleisi Hoffmann (das Relações Institucionais), deputados e senadores com a própria fala. O descompasso com o Congresso, entretanto, está tão grande que os presidentes da Câmara e do Senado souberam de suposta reunião com Lula via imprensa. Mas não receberam convite.

• **ÂNIMO.** Desde o início deste ano, marcado por crises nas redes para o governo – especialmente as do PIX e dos descontos ilegais do INSS –, este foi o 1.º episódio em que os petistas avaliam que o governo conseguiu pautar a discussão e engajar de forma positiva.

• **EXTRAOFICIAL.** O Planalto prepara mais uma campanha publicitária para tentar reverter a queda de popularidade, focando a pauta econômica. Desta vez, o foco será o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda. Mas interlocutores palacianos dizem que nessa peça não haverá menção direta a briga de classes.

• **TUDO CERTO.** A Justiça de São Paulo manteve o arquivamento de um inquérito contra dois policiais militares pela morte de um homem em Santos, durante a Operação Verão, em 2024. Parte do episódio não foi registrada pelas câmeras corporais. A conclusão do processo foi que os PMs agiram em legítima defesa. A Justiça encerrou o caso no dia 10.

• **PONTO FINAL.** "A conclusão pelo arquivamento do feito foi atingida após minucioso e detalhado exame da prova amealhada, sendo irretocável a confirmação da presença da excludente de ilicitude", diz o texto.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Abdollah Nekounam, embaixador do Irã no Brasil

• **REPERCUSSÃO.** Diplomatas têm avaliado que, apesar do cessar-fogo, o conflito Israel-Irã deve impactar a pauta da Cúpula do Brics, no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de julho, principalmente porque ocorre na gestão do presidente Lula. Ontem, o embaixador do Irã em Brasília, **Abdollah Nekounam**, afirmou que o Brics tem a tarefa de melhorar a ordem internacional.

• **NO PAPEL?** Ao receber jornalistas para um café, Nekounam disse que o Brics "não existe apenas para publicar declaração, e sim para criar um novo caminho". O Irã integra o grupo desde 2024.

PRONTO, FALEI!



Eduardo Girão
Senador (Novo-CE)

"O Brasil já tem deputados federais demais e agora terá mais! É um desrespeito com quem paga imposto. O Senado votou de forma inoportuna e irresponsável."

CLICK

BRUNO SPADA/CÂMARA



Hildo Rocha
Deputado federal (MDB-MA)

Durante sessão esvaziada ontem no plenário da Câmara, um dia após a votação que derrubou o decreto que aumentava o IOF, em derrota para o governo Lula.

e|investidor
ESTADÃO

Tudo sobre o Tesouro Direto



Um mergulho no **investimento mais escolhido** entre os brasileiros.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



SEXTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

O governo está grogue



Mesmo com derrubada acachapante do decreto do IOF, Lula parece superestimar poder do Executivo e não perceber que maior prejudicado pelo desgaste na relação com o Congresso tende a ser ele próprio

A derrubada acachapante do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Congresso evidenciou a extrema fraqueza política do governo Lula da Silva. Por mais que seja confortável votar contra um aumento de impostos, o fato é que Câmara e Senado cruzaram o Rubicão ao desautorizar uma ordem presidencial pela primeira vez desde 1992.

Tecnicalidades são meros pretextos para justificar o que ocorreu nesta semana. Se é verdade que o IOF é um imposto regulatório, ou seja, não deveria ser utilizado para aumentar a arrecadação, como argumentam os parlamentares, também é fato que o Congresso só poderia sustar um decreto com base na eventual ilegalidade da norma, e não em seu mérito, como defende o Executivo.

Apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se o governo exorbitou seu poder regulamentar e distorceu os objetivos do IOF tende a piorar aquilo que já está bastante ruim. Boa parte do mal-estar entre o governo e o Congresso está no uso recorrente e descarado do Judiciário, e em particular do ministro Flávio Dino, para mediar o imbróglio das emendas parlamentares.

A versão segundo a qual Dino age de maneira independente ao exigir mais transparência das emendas, algumas vezes à revelia do governo, jamais convenceu ninguém. Até meados de junho, menos de 2% do volume total havia sido pago – o que, segundo o governo, ocorreu em razão do atraso na apreciação do Orçamento deste ano, aprovado apenas em março.

Fato é que, com o Congresso cada vez mais insatisfeito com tanta delonga, o cronograma de pagamento das emendas foi acelerado. Mas já era tarde demais, e a derrubada dos vetos presidenciais foi um aperitivo do que ocorreria nesta semana. A diferença é que, na briga entre governo e Congresso em torno dos jabutis do setor elétrico, quem apanhou foi o consumidor e, desta vez, quem foi surrado foi o Executivo.

A retomada da estratégia de opor "nós" contra "eles" por parte do governo não ajudou em nada. Ao responsabilizar o Congresso pelo tarifaço nas contas de luz fingindo não ter feito parte do acordo sobre a derrubada dos vetos, o Executivo enfureceu o Congresso, e a derrubada do decreto do IOF, que parecia mais um ato simbólico do que uma alternativa concreta, foi vista como uma chance de os parlamentares se redimirem perante o eleitorado.

Nesse debate pueril, todos brigam e ninguém tem razão. Enquanto o Congresso investe na tese de que a sociedade não aguenta mais aumento de impostos, Lula e o ministro Fernando Haddad têm cada vez mais apostado na narrativa de que os parlamentares se recusam a taxar o "andar de cima".

A única solução para esse impasse é o corte estrutural de gastos, algo que nem o Executivo nem o Legislativo querem fazer. Pelo contrário: ambos os Poderes trabalham diuturnamente para inviabilizar o Orçamento, seja mantendo ou ampliando as renúncias fiscais, seja aumentando as despesas para financiar programas sociais e repasses para suas bases eleitorais.

A menos de um ano e meio da disputa presidencial, não se deve esperar maturidade de nenhuma das partes. Desesperado para recuperar sua popularidade, Lula prepara um arsenal de medidas populistas a serem lançadas até a eleição. Já o Congresso vê no avanço de Tarcísio de Freitas e de outros possíveis candidatos do campo da direita nas pesquisas uma chance de cobrar mais caro para assegurar uma governabilidade mínima, ainda que capenga, para o petista.

Por mais que o governo tente encontrar motivos para o que ocorreu e culpados a quem responsabilizar, o problema não está no presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nem no do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Lidar com um Legislativo que nunca lhe deu maioria já é bastante desafiador, mas governar com o apoio de somente 98 deputados e de dez senadores, que votaram pela manutenção do IOF, será impossível.

Lula parece superestimar o poder do Executivo e não perceber que o maior prejudicado pelo crescente e perigoso desgaste na relação com o Congresso tende a ser ele próprio. O governo está grogue, nas cordas, e deveria estar buscando maneiras de evitar o nocaute. ●

A encruzilhada da Otan

A promessa de gastos militares da Otan é histórica, mas a janela de vulnerabilidade segue aberta – e Moscou sabe disso. O maior risco não vem da força de Putin, mas da hesitação europeia

A cúpula da Otan (aliança militar ocidental) produziu a imagem que seus organizadores desejavam: um compromisso "histórico" dos países-membros com um rearmamento sem precedentes – até 5% do PIB em defesa – e a reafirmação do artigo 5.º da aliança, cláusula central da defesa coletiva. Mas a imagem encobre mais do que revela. Por trás da encenação de unidade e da coreografia diplomática voltada a apaziguar o presidente dos EUA, Donald Trump, o que se viu foi um encontro moldado pelo medo e atravessado por ambiguidades. A Ucrânia foi deixada à margem, e a Rússia, mencionada uma única vez no comunicado final. E os detalhes do compromisso financeiro são vagos o bastante para que quase tudo caiba – ou escape – dentro deles. A guerra que já começou, mesmo que muitos não tenham percebido, pode ser vencida sem tiros por quem souber explorar essas rachaduras.

Com Trump de volta à Casa Branca, a cúpula foi desenhada para evitar atritos com Washington. O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, foi deixado em segundo plano. A possibilidade de adesão da Ucrânia desapareceu do texto final. O novo plano estratégico sobre a Rússia foi engavetado para não desagradar um presidente que se recusa a reconhecer Moscou como agressor. Mark Rutte, o novo secretário-geral, concentrou esforços em entregar a Trump uma vitória política: o compromisso orçamentário que ele exigia há anos. E conseguiu. Mas a que custo?

A meta de 5% do PIB, dividida entre 3,5% para capacidades bélicas e 1,5% para infraestrutura e resiliência civil, representa, em tese, um salto extraordinário. Mas não há prazos firmes nem mecanismos de cobrança. Países como Espanha e Bélgica já buscam exceções. Quase um terço dos 32 membros ainda não atingiram a meta de 2% pactuada há uma década. Muitos nem sequer sabem ao certo o que incluir ou quando começar a investir. E as indústrias de defesa – especialmente na Europa Ocidental – mal conseguem assimilar os volumes prometidos, quanto mais entregá-los no prazo necessário.

Esse prazo, aliás, é crucial. Relatórios de inteligência sugerem que a Rússia pode testar a Otan com uma ofensiva limitada em cinco anos. Não é uma hipótese remota. É uma projeção operativa. A Rússia, segundo avaliação recente do Institute for the Study of War, já repôs equipamentos, recrutou novos contingentes, reorientou sua economia para o esforço de guerra e está acumulando estoques de mísseis capazes de sustentar campanhas prolongadas. Em termos convencionais, o Kremlin produz hoje mais munição do que toda a Otan e ensaia táticas de desestabilização híbrida – sabotagem, ciberataques, infiltrações clandestinas – que podem paralisar a resposta europeia antes mesmo da decisão de reagir.

A tentação de Putin será medir o grau de comprometimento da Otan com sua cláusula de defesa coletiva, talvez em algum ponto vulnerável do flanco oriental: uma linha ferroviária interrompida na Lituânia, uma provocação "espontânea" na Estônia ou um ataque de falsa bandeira no corredor de Suwalki (Polônia). O objetivo não seria uma ocupação duradoura, mas a demonstração de que o Ocidente hesita, titubeia, divide-se. E talvez recue.

A hesitação, nesse caso, é o terreno fértil da guerra. E ela não está só nas palavras não ditas em Haia. Está nos orçamentos que priorizam Estados de bem-estar social sobre prontidão militar; nos eleitorados que rejeitam sacrifícios; nos partidos que flertam com Moscou; nas lideranças que preferem apaziguar uma personalidade instável a afirmar princípios fundamentais. Está, sobretudo, no abismo entre ambição declarada e capacidade real – entre o que se promete e o que se entrega.

Não é a força da Rússia que torna plausível uma agressão futura à Otan. É a fraqueza do Ocidente. Ou melhor: sua indecisão. A Europa ainda pode se mover. Mas precisa agir já, enquanto é tempo. Isso significa acelerar investimentos concretos, reorganizar capacidades críticas, revisar doutrinas ultrapassadas e abandonar a ilusão de que uma fotografia de unidade basta para conter o ímpeto de regimes revisionistas. Significa, também, dizer a verdade: a Ucrânia é só a linha de frente de uma guerra que já começou. Negá-la é perder o tempo que já escapa. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Herzog e a democracia brasileira

Rogério Sottili

Neste 27 de junho, o Brasil celebra uma conquista histórica: o reconhecimento da anistia política *post mortem* do jornalista Vladimir Herzog, que completaria 88 anos nesta data. Formalizada a partir de acordo entre a família Herzog e o Estado brasileiro, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), a medida inclui reparação simbólica e material aos familiares e representa um marco de coragem – moral, política e institucional.

Essa conquista não teria sido possível sem a perseverança de Clarice Herzog, que transformou sua dor e sua luta pessoal em causa coletiva. Vlado, então diretor de jornalismo da TV Cultura, foi assassinado em 1975 por agentes da ditadura militar nas dependências do DOI-Codi paulista, o centro de repressão política subordinado ao II Exército. Por meio século, Clarice Herzog enfrentou o silêncio cúmplice do Estado, os resquícios da ditadura e a indiferença institucional. Sua coragem se tornou símbolo da busca por verdade e justiça. O acordo firmado agora com o Estado brasileiro é, antes de tudo, uma vitória da dignidade sobre a covardia – aquela que matou Vlado e ainda hoje ameaça a democracia brasileira.

A anistia e a reparação à família Herzog pelo Estado brasileiro estão alinhadas com determinações internacionais. Em 2018, uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão judicial autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) que analisou minuciosamente o caso durante nove anos, deixou claro que a prisão, a tortura e o assassinato de Vladimir Herzog foram crimes de Estado, imprescritíveis e inadmissíveis em qualquer sociedade democrática.

É simbólico e significativo que o acordo, anunciado na semana passada e entregue ontem pelo ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, durante um ato em São Paulo, a Ivo Herzog, seja firmado justamente no ano em que se completam 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog nos porões da ditadura militar. E num momento em que, por meio de julgamento inédito no Supremo Tribunal Federal, o Brasil submeta militares de alta patente, um ex-presidente e outros figurões da República ao crivo da Justiça constitucional por causa do planejamento e da tentativa de golpe de Estado após as eleições presidenciais de 2022.

> *O acordo firmado agora com o Estado brasileiro é, antes de tudo, uma vitória da dignidade sobre a covardia*

O julgamento dos altos oficiais militares acusados de envolvimento na trama golpista que culminou com o ataque às sedes dos Três Poderes da República em 8 de janeiro de 2023 é uma oportunidade histórica para restaurar limites institucionais e reconstruir o pacto civil-militar sob os marcos da legalidade, da disciplina e da subordinação democrática. Para além da esperada punição exemplar dos golpistas, é urgente que a sociedade brasileira promova o debate sobre qual o papel e o que espera das Forças Armadas no contexto contemporâneo.

Um debate que deve se debruçar, por exemplo, sobre o desafio da democratização dos caminhos de acesso aos cargos de comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que hoje formam um funil restrito a uma elite oriunda das classes média e alta, sem portas de entrada alternativas para suboficiais ou lideranças civis.

Um debate que deve refletir, também, sobre a urgente reorientação da formação militar – para que seja enterrada, definitivamente, a doutrina anacrônica do "inimigo interno", que serviu de base à repressão política na ditadura e ainda hoje é utilizada como justificativa para atitudes tresloucadas de mentes recalcitrantes. Ética pública, direitos constitucionais, diversidade, sustentabilidade e integração com políticas de defesa civil podem e devem fazer parte de uma nova mentalidade estratégica, estimulando-se o diálogo dos quartéis com os centros de pesquisa externos e as universidades.

Há também reformas institucionais a serem feitas para limitar a influência corporativa das Forças, como o fortalecimento do Ministério da Defesa como órgão civil, alinhado com a diplomacia e o interesse público, e a revisão da Lei Complementar n.º 97, que organiza o funcionamento da Defesa Nacional, com o objetivo de limitar a ocupação de cargos civis por militares da ativa e de estabelecer mecanismos efetivos de controle civil sobre os comandos.

O artigo 142 da Constituição de 1988, frequentemente interpretado de forma distorcida por setores conservadores civis e militares, precisa finalmente ganhar nova redação para expressar com clareza cristalina que as Forças Armadas não são "poder moderador" e, como agentes do Estado de Direito, não podem usurpar funções civis nem ameaçar a democracia.

O Brasil precisa das Forças Armadas para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, multipolar, conturbado e complexo. Forças Armadas modernas e bem equipadas, comprometidas com a soberania popular e focadas na defesa do nosso território e da nossa autonomia, no enfrentamento das ameaças cibernéticas, na prevenção e contenção dos desastres ambientais, na atuação em missões de paz e na cooperação internacional.

O ciclo de silêncio, impunidade e tutela precisa ser rompido com coragem. Que a anistia a Vladimir Herzog, 50 anos depois de seu brutal assassinato, seja um ponto de virada definitivo na relação entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira. ●

HISTORIADOR E DIRETOR-EXECUTIVO DO INSTITUTO VLADIMIR HERZOG DESDE 2017, FOI SECRETÁRIO ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2015-2016)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Brasil, 531 deputados

Nenhuma coerência

O Senado aprovou, na noite de quarta-feira, o aumento do número de deputados federais de 513 para 531. Num momento em que o governo federal não cumpre seu papel no corte dos gastos públicos, Senado e Câmara, eleitos por nós, que deveriam dar exemplo de austeridade, aprovam este absurdo que aumentará, com certeza, as despesas no Congresso. Não há nenhuma coerência nos fatos que estão ocorrendo no Brasil. Pobre País!

Antonio Moreno Neto
São Paulo

Economia e pudor

Nós, brasileiros, não queremos mais deputados, queremos menos! Que trabalhem pelo País com salário decente, sem penduricalhos, sem orçamento secreto, sem privilégios. Com economia e pudor, para serem exemplo de brasileiros que respeitam o dinheiro público. O mesmo vale para os magistrados, juízes, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O mesmo vale para todos no Poder Executivo. O Brasil não merece o que estão fazendo com ele. Nem nós, os brasileiros que trabalhamos muito para que este país seja grande no sentido pleno e nos faça ter orgulho dele, e não vergonha. Lula precisa vetar este aumento do número de deputados, mas deve também cortar os seus excessos.

Jane Araújo
Brasília

Congresso x governo

Não dá nem para torcer

Se a cisão entre o Congresso e o Executivo fosse boa para o Brasil, não haveria problema algum. Só que um governo fraco aliado a um parlamentarismo mequetrefe de ocasião não é coisa boa para o País. Ao mesmo tempo que bloqueia o decreto presidencial do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) fazendo de conta que está prestando um serviço à população, o Congresso aprova o inoportuno aumento do número de deputados federais com o argumento descabido do relator, Marcelo Castro, de que o projeto está "isento de qualquer impacto orçamentário e financeiro", subestimando a inteligência do brasileiro médio. Enquanto isso, Lula e o ministro Fernando Haddad aventam a possibilidade de apelar ao STF para manter o IOF, fazendo valer assim a vontade imperiosa do presidente de continuar a arrecadar para gastar. Não dá para torcer nem para um nem para outro. Melhor assistir a um jogo de futebol.

Luciano Harary
São Paulo

Dom Quixote

Lula da Silva tornou-se uma espécie de Dom Quixote contemporâneo. Assim como o fidalgo criado por Cervantes, o presidente parece ter perdido o senso de realidade, incapaz de compreender que os tempos mudaram e que já não há espaço para "salvadores da Pátria" na política. Lula insiste em se ver como o gigante que um dia foi, recusando-se a aceitar a inexorabilidade dos fatos e a transformação do cenário político. E quem seria seu Sancho Pança? Evidentemente, Fernando Haddad, o ministro da Fazenda que, apesar de sucessivas humilhações, permanece fiel ao "cavaleiro" em nome de promessas que jamais se concretizam.

André Zille
Belo Horizonte

Assembleia de São Paulo

Aprovação recorde

É impressionante como as coisas caminham rapidamente no centro do poder, inclusive em São Paulo, quando os temas interessam aos deputados estaduais e servem de afago à elite do funcionalismo público paulista. Em 93 segundos e sob a liderança do provável sucessor de Tarcísio de Freitas no Palácio dos Bandeirantes, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a criação de mais de 1.300 cargos para o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP) e reajustes salariais ao Tribunal de Contas Estadual (TCE) e ao próprio Parlamento, o que demonstra quais são as reais prioridades dos legisladores. Danem-se as mazelas e os problemas (que são muitos) que assolam os municípios do nosso Estado. O que importa, de fato, são os interesses que movem o Palácio Nove de Julho.

Willian Martins
Guararema

Agropecuária

Pesquisa em gado de leite

De extrema relevância para a pesquisa brasileira a matéria sobre os *Primeiros bezerros geneticamente editados no Brasil* (*Agro Estadão*, 25/6). Uma demonstração inequívoca de que o País que investe na ciência alcança excelentes resultados. Cumprimento a Embrapa de Juiz de Fora (MG) e o médico veterinário itapevense Luiz Sérgio de Almeida Camargo pelo trabalho de excelência na área de gado de leite.

Geraldo Tadeu Santos Almeida
Itapeva



Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado pela Prefeitura de São Paulo



Prefeitura beneficia mais de 20 mil alunos com programa de requalificação de diretores de escolas

Com objetivo de melhorar o nível de aprendizado, ação promove desenvolvimento profissional de 25 diretores com base em critérios técnicos e transparentes

JF Diorio/Secom



Aula em escola da rede municipal

Mais de 20 mil estudantes do ensino fundamental da cidade de São Paulo serão beneficiados com um programa da Prefeitura para requalificar profissionais da rede municipal de educação. O objetivo da iniciativa é melhorar o desempenho dos alunos.

Para tanto, após rodadas de diálogos com representantes do setor, diretores de 25 escolas passarão por etapas de requalificação profissional. Ao final da formação, em dezembro, eles retomam normalmente suas funções, sem prejuízo salarial.

A escolha das escolas seguiu critérios estritamente técnicos, com base em 10% das cerca de 600 unidades da rede com as notas mais baixas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A lista final incluiu 66 escolas com os piores resultados nas séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Visitas a escolas com bons resultados comprovados também fazem parte do processo de requalificação, promovendo assim o intercâmbio de experiências e práticas pedagógicas aplicadas a realidades semelhantes.

Para evitar distorções, apenas diretores com mais de quatro anos na função foram escolhidos, impedindo assim possíveis avaliações precipitadas de gestores com menos tempo de experiência. As outras 41 escolas identificadas no recorte serão acompanhadas pelas Diretorias Regionais de Educação (DREs), garantindo apoio a todos durante o andamento do processo.





Formação intensiva

Durante o processo, os diretores deverão reelaborar seu plano de trabalho com foco no alcance das metas de aprendizagem estabelecidas pelo Comunicado SME nº 80/2025, publicado em 6 de março, que traz orientações específicas para organização de planos de ação baseados nos resultados das avaliações internas e externas.

A programação abrange estudo de casos, análise de dados e documentação pedagógica, leitura de referenciais teóricos, seminários, palestras, cursos, vivências em unidades com contextos semelhantes e projetos intersetoriais. Ao final de cada etapa prevista no cronograma, será elaborado um registro reflexivo, destacando elementos essenciais para o novo plano.

Os 25 diretores contarão com o apoio de mais um assistente de direção, que assumirá parte da gestão escolar, no decorrer da requalificação. Eles retornarão às unidades uma vez por semana, com foco em ações pedagógicas.

O programa faz parte do Aprimorando Saberes, uma das iniciativas do Juntos pela Aprendizagem, da Secretaria Municipal de Educação (SME), que contempla eixos como engajamento, material didático, avaliação, formação continuada, gestão escolar e educação integral em tempo ampliado.

Rede garante material, uniforme e alimentação de qualidade

Desde o início do ano, foram investidos mais de R$ 600 milhões em créditos para compra de uniformes e material escolar em mais de mil lojas credenciadas. Além disso, a alimentação do mais de 1 milhão de estudantes da rede municipal é assegurada tanto durante o período letivo quanto nas férias, com refeições diárias e entrega de cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade.

O programa de uniforme e material escolar permite que os responsáveis utilizem os valores por meio de aplicativo até outubro. Os créditos variam entre R$714 e R$ 985 por aluno, conforme o ciclo de ensino. Até maio, mais de 1,8 milhão de compras já tinham sido realizadas em mais de mil lojas credenciadas.



Na área da alimentação, são servidos 2,7 milhões de refeições todos os dias letivos. Durante o recesso escolar, a Prefeitura distribui cestas básicas a mais de 430 mil famílias. Já o programa Recreio nas Férias oferece alimentação e atividades recreativas em 132 polos, com expectativa de atender 50 mil crianças.

Outro destaque são as hortas escolares, presentes em mais de 1.200 unidades da rede. Cuidadas por professores e alunos, elas produzem temperos, verduras e frutas que, quando possível, são incorporados à merenda, reforçando a educação alimentar e ambiental.

Conteúdo patrocinado

ESPAÇO ABERTO

O risco da Justiça que escolhe seus réus

Luiza Oliver

"Ele enxugou o decreto, retirando as autoridades das prisões. Só o senhor ficaria preso" (**Mauro Cid**)

A afirmação feita por Mauro Cid ao ministro Alexandre de Moraes durante interrogatório na ação penal do golpe não revela apenas o suposto enredo golpista. Ela expõe um vício central do processo: o julgador que pode ter sido vítima dos fatos é também o instrutor, o relator e o juiz da causa.

Esse modelo de Justiça – em que a autoridade judicial assume papel central na investigação, dirige os interrogatórios, decide que provas podem ser acessadas e, ao fim, julga o processo que ela mesma construiu – deveria soar familiar. Foi exatamente esse o arranjo que levou à anulação das condenações de Lula no caso da Operação Lava Jato.

A atuação de Sergio Moro, como se reconheceu no julgamento da suspeição pelo Supremo Tribunal Federal (STF), violou a exigência de imparcialidade objetiva. O juiz que atua como parte não é juiz. Essa premissa, corretamente aplicada para restaurar o Estado de Direito no caso de Lula, precisa agora ser reafirmada – ainda que o réu se chame Jair Bolsonaro.

A hipótese que vivemos hoje é ainda mais delicada. Não se trata apenas de excesso de protagonismo judicial. Trata-se de interesse direto no objeto do processo. A depender da linha investigativa, o ministro Alexandre de Moraes não é apenas o condutor da apuração – é também possível vítima da trama investigada. Afinal, era ele quem "ficaria preso", ou, em outra parte do enredo, seria morto. Há, portanto, uma camada adicional de comprometimento da imparcialidade.

A sessão de 10 de junho tornou esse desequilíbrio ainda mais evidente. Durante o interrogatório de Jair Bolsonaro, praticamente não se ouviu a voz do procurador-geral da República. O protagonismo foi inteiramente do ministro Alexandre de Moraes, que, além de fazer as vezes do órgão acusador, deixou de lado a inquirição direta pelas partes e fez renascer o velho presidencialismo, conduzindo diretamente a inquirição.

Trata-se, em suma, da consolidação de um modelo em que o juiz não apenas instrui, mas interfere, acusa e julga – por vezes, com interesse próprio na causa. Não se trata aqui de motivações ocultas, mas do fato de que o julgador figura como possível vítima dos fatos apurados. Durante o interrogatório, o ministro Alexandre de Moraes formulou perguntas diretamente relacionadas a si próprio, como: "Quais os indícios que o senhor tinha de que nós estaríamos levando US$ 30 milhões, US$ 50 milhões?"; ou ainda: "Quais eram concretamente os indícios que o senhor tinha de fraude nas eleições, envolvendo ministros do Tribunal Superior Eleitoral, como o ministro Barroso, o ministro Fachin e eu?". Em outro momento, pediu esclarecimentos sobre a minuta de decreto mencionada por Mauro Cid, que teria sido "enxugada" por Bolsonaro para deixar apenas o próprio Moraes entre os presos. Essas intervenções – feitas na primeira pessoa e com evidente conexão pessoal com os fatos – evidenciam a sobreposição de funções e comprometem a imparcialidade não apenas sob a ótica subjetiva, mas estrutural. A essa altura, já não se discute mais eventual má-fé do julgador, mas sim a assimetria funcional instaurada e a corrosão da posição institucional do juiz como terceiro imparcial.

> *De Moro a Moraes, a lição é a mesma: não há justiça possível quando as regras mudam conforme o réu*

Não se trata de minimizar os riscos democráticos representados por Bolsonaro, tampouco de relativizar a gravidade do que se passou no 8 de Janeiro. Os ataques às instituições foram reais, coordenados e inaceitáveis. O Supremo Tribunal Federal teve papel crucial na contenção da escalada autoritária – não como ator político, mas como guardião do Estado de Direito.

Justamente por isso, o que se vê hoje não pode ser naturalizado como reação legítima, mas precisa ser reconhecido como desvio institucional. A credibilidade do STF não se constrói pela vitória sobre inimigos da democracia, mas pela fidelidade às garantias que definem o próprio regime que se pretende proteger.

O risco, hoje, não está apenas no que Bolsonaro representa. Está na Justiça que relativiza garantias conforme o réu. Está na erosão do contraditório, na denegação sistemática de vistas, no uso seletivo do sigilo e na naturalização de um modelo processual em que o juiz acusa, instrui e julga – tudo sob a justificativa de proteger a ordem democrática.

No caso de Moro, houve um Supremo capaz de reconhecer e corrigir, ainda que tardiamente, os abusos. Quem vai corrigir os excessos do STF? O Judiciário, sem freios externos e sem autocontenção, torna-se autorreferente – e o desvio deixa de ser exceção para se converter em método. É aí que a democracia começa a ruir: não com tanques nas ruas, mas com o silêncio das instituições diante da sua própria deformação.

De Moro a Moraes, a lição é a mesma: não há justiça possível quando as regras mudam conforme o réu. E o sistema de Justiça que se permite agir fora das regras – ainda que em nome de boas causas – abandona a neutralidade institucional e se converte, ele próprio, em agente de erosão democrática. ●

ADVOGADA CRIMINALISTA, É MESTRE EM DIREITO PENAL

TEMA DO DIA

CLAUDIA MUNIZ, DANIELLE DIAS, LUCAS CHICONI E MARIANA PESSOA/IAB-SP



Alice Ferraz

'É uma agressão a São Paulo', diz Kassab sobre flexibilização da Lei Cidade Limpa

Ex-prefeito da capital, Gilberto Kassab não esconde a indignação com o projeto que pretende afrouxar a Lei Cidade Limpa, criada em sua gestão. "É como jogar fora o esforço de empresários e cidadãos que se adaptaram à regra." ●

3.171 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Todas as cidades do mundo têm placas, e isto vai gerar muito emprego."
GIDALTI ALENCAR

● "Querem acabar com a única coisa boa que o Kassab fez na vida."
DIEGO PENHOLATO

● "Querem lotar a cidade de propagandas de led de bets... Surreal."
ELISABETE PARISOTTO

● "Vereadores, deputados e senadores sempre atuam contra o interesse público e agem em interesse próprio. Lamentável."
RODRIGO ORSI

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Paladar



Qual é o melhor doce de leite do Brasil? ●
https://lc.cx/dQgU8n

Pet Estadão



Como chocolate pode prejudicar a saúde do seu pet. ●
https://lc.cx/sAW4nT

Newsletter



'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo) **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com



TUDO SOBRE A CIDADE

CONTEÚDOS DE **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** PARA QUEM VIVE NA MAIOR METRÓPOLE DA AMÉRICA LATINA



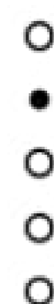
CONFIRA NOTÍCIAS, DICAS E GUIAS DA CIDADE

- **ASSISTÊNCIA SOCIAL**
  Prefeitura mantém operação de frio intenso com tendas em todas as regiões.
- **TRABALHO**
  Capital registra menor taxa de desemprego desde 2012.
- **SAÚDE**
  São Paulo reforça vacinação contra o sarampo com "dose zero".



PREFEITURA REVITALIZA ÁREAS VERDES DO CENTRO COM ÁRVORES NATIVAS

Programa FLOReCIDADE já recuperou mais de 860 mil m² de espaços públicos desde 2019.



UM PORTAL COM NOTÍCIAS ATUALIZADAS DIARIAMENTE.

CONHEÇA E ACOMPANHE:

expressosaopaulo.com.br



INSCREVA-SE NO CANAL DO **WHATSAPP** E **RECEBA INFORMAÇÕES** DE UTILIDADE PÚBLICA EM PRIMEIRA MÃO



Realização: ESTADÃO 150

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Apoio: ELDORADO FM 107,3

Parceria: PREFEITURA DE SÃO PAULO

Redes sociais

STF firma tese e amplia a obrigação de big techs por conteúdos publicados

Artigo 19 do Marco Civil da Internet é revisto; empresas respondem por ilícitos penais; em crimes contra a honra, decisão mantém necessidade de ordem judicial para a remoção

TON MOLINA/STF



Sessão plenária do STF, em Brasília; Supremo decidiu ampliar as obrigações das plataformas por conteúdos publicados por usuários

RAYSSA MOTTA

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem o julgamento que amplia as obrigações das big techs pelo conteúdo publicado por usuários na internet. Após 12 sessões, os ministros estabeleceram os critérios para punir as plataformas pelo que for considerado falha na moderação de conteúdo e fizeram um apelo para o Congresso regulamentar as redes sociais.

Por 8 votos a 3, os ministros decidiram que o artigo 19 do Marco Civil da Internet – que isenta as plataformas de responsabilidade por publicações de terceiros, exceto no caso de descumprimento de decisões judiciais para remover conteúdos – é parcialmente inconstitucional porque não prevê exceções para a punição das empresas de tecnologia. Foi necessário um acordo sobre a decisão da maioria, já que havia divergências em relação à amplitude da responsabilização das companhias.

Os ministros se reuniram em um almoço no gabinete da presidência do Supremo para chegar à chamada "tese de repercussão geral", o que só ocorreu após cerca de quatro horas de debates a portas fechadas.

'INDEFINIÇÃO'. "O tribunal esperou, e por alguns anos, que houvesse o procedimento legislativo do Congresso Nacional, mas nós não temos a faculdade de deixarmos de julgar alguma questão pela ausência indefinida de lei", afirmou o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, ao anunciar a decisão da Corte.

Ficou definido, como regra geral, que as empresas respondem por crimes ou atos ilícitos e por contas falsas se não removerem esses conteúdos após notificação privada (extrajudicial). Com a decisão, a responsabilidade dessas empresas por publicações ilegais começa a partir do momento em que forem notificadas pelos próprios usuários, e não a partir do momento em que descumprirem decisões judiciais de remoção dos conteúdos, como prevê o artigo 19 do Marco Civil da Internet.

Nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação), permanece a sistemática atual, de obrigação de remoção apenas por ordem judicial. No entanto, as plataformas terão o dever de impedir a replicação das mesmas ofensas em outras publicações, independentemente de novas decisões da Justiça.

Para serviços de mensageria privada, como WhatsApp e Telegram, provedores de e-mail e plataformas privadas de reunião, a exemplo do Zoom e do Google Meets, também continua valendo o sistema atual do artigo 19 do Marco Civil.

IMPULSIONAMENTOS. Quando se tratar de anúncios ou impulsionamentos pagos, a responsabilidade das plataformas será presumida, ou seja, as empresas responderão automaticamente pelas publicações que recebem para divulgar, independentemente de notificação ou de ordem judicial. Nesses casos, as empresas só serão isentas se comprovarem que "atuaram diligentemente e em tempo razoável" para excluir conteúdos considerados irregulares.

Já os marketplaces – plataformas online que reúnem diversos vendedores – respondem de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Os critérios foram consolidados na tese de repercussão geral, que funciona como uma orientação para ser aplicada nacionalmente pelo Judiciário – valendo para todos os tribunais – no julgamento de processos sobre o mesmo tema.

Nas situações contrárias, em que houver ordem judicial para restabelecer uma publicação ou perfil, as empresas não poderão ser condenadas a indenizar os usuários, segundo a decisão.

CENSURA PRÉVIA. As plataformas projetam que as mudanças criarão incentivos à remoção automática de publicações controversas e, em última instância, à censura prévia nas redes sociais. Barroso defendeu que o STF preservou, na maior extensão possível, a liberdade de expressão, "sem permitir que o mundo desabe num abismo de incivilidade, legitimando discursos de ódio ou crimes indiscriminadamente praticados na rede".

"Produzimos uma solução bem equilibrada e moderada dentro das circunstâncias de um tema que é divisivo em todo o mundo", afirmou o ministro, ao encerrar a sessão.

Por causa da necessidade de se chegar a um acordo, a sessão plenária de ontem teve início às 16h30, com duas horas de atraso. O STF entra de recesso na próxima semana e os ministros se esforçaram para fechar a questão antes das férias coletivas.

A maioria do Supremo entendeu no julgamento que houve uma "desconstitucionalização" do texto, ou seja, a norma era adequada no momento em que foi aprovada, em 2004, mas, no estágio atual das redes sociais, não é mais suficiente para resguardar os usuários no ambiente virtual em um contexto de escalada de casos de violência digital, como ciberbullying, stalking, fraudes, golpes, discurso de ódio e fake news.

'OMISSÃO'. "Há um estado de omissão parcial que decorre do fato de que a regra geral não confere proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância, proteção de direitos fundamentais e da democracia", afirma a tese definida ontem pelos magistrados.

Ficaram vencidos no julgamento os ministros André Mendonça, Edson Fachin e Kassio Nunes Marques. Em seus votos, eles defenderam a tese de que o tema deveria ser regulamentado pelo Congresso, e não pelo Judiciário. ●

"Produzimos uma solução bem equilibrada e moderada dentro das circunstâncias de um tema que é divisivo em todo o mundo"
Luís Roberto Barroso
Presidente do STF

Responsabilidade

As 4 obrigações das big techs definidas pela Corte

● **Notificação**
Responsabilidade após notificação privada (extrajudicial): publicações criminosas, ilícitas e contas inautênticas

● **Ordem judicial**
Responsabilidade após ordem judicial: crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação)

● **Automática**
Responsabilidade automática: anúncios e impulsionamentos pagos ou redes artificiais de distribuição (robôs)

● **Dever de cuidado**
Algoritmos devem ser programados para impedir a circulação massiva de publicações que configurem crimes "graves"

Eufrázio

Redes sociais

Decisão define exclusão de condutas antidemocráticas

Tese lista publicações criminosas que devem ser removidas de imediato sem necessidade de notificação de usuários ou autorização judicial

Na conclusão do julgamento que decidiu por ampliar as obrigações das plataformas de redes sociais, o Supremo Tribunal Federal definiu um rol de publicações "graves" que devem ser prontamente excluídas pelas empresas, sem necessidade de notificação dos usuários nem de decisão judicial. Nesses casos excepcionais, as chamadas big techs devem monitorar e agir por conta própria para impedir a circulação de publicações criminosas, sob pena de responsabilização.

A punição só é possível se ficar comprovado que houve "falhas sistêmicas" na moderação de conteúdo, ou seja, publicações isoladas não são suficientes para levar a uma punição das empresas.

BRUNO MOURA/STF



Empresas devem ainda manter representantes no País, definiu Corte

O rol de condutas graves definido pelo STF é composto por: condutas e atos antidemocráticos previstos no Código Penal; terrorismo ou preparatórios de terrorismo; induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação; incitação à discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexualidade ou identidade de gênero; condutas homofóbicas e transfóbicas; crimes praticados contra a mulher, em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio às mulheres; crimes sexuais contra pessoas vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes; e tráfico de pessoas.

REPRESENTANTE LEGAL. Os ministros do Supremo também estabeleceram uma série de obrigações para serem cumpridas pelas plataformas e provedores. Entre elas está a exigência de manter sede e representantes legais no Brasil para responder nas esferas administrativas e judicial.

Esse é um ponto que vinha gerando disputa entre as big techs e o STF e o que levou ao bloqueio temporário do Telegram e do X, que resistiam a indicar representantes no País. Segundo a decisão, os representantes devem ter plenos poderes para prestar informações às autoridades competentes sobre funcionamento das plataformas e provedores, sobre regras de moderação de conteúdo, publicidade e impulsionamento e sobre procedimentos internos.

Também devem "responder e cumprir determinações judiciais e eventuais penalizações, multas e afetações financeiras", especialmente se houver descumprimento de obrigações legais e judiciais. O STF também definiu que as empresas precisam editar normas de autorregulação, manter canais acessíveis para receber notificações dos usuários e divulgar relatórios anuais de transparência com informações sobre notificações extrajudiciais, anúncios e impulsionamentos. ●

RAYSSA MOTTA

Para entender

Atos e crimes graves, que exigem remoção imediata

- **Terrorismo ou preparatórios de terrorismo;**
- **Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação;**
- **Incitação à discriminação por raça, cor, etnia, religião, procedência, sexualidade ou identidade de gênero;**
- **Condutas homofóbicas e transfóbicas;**
- **Crimes praticados contra a mulher, em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio às mulheres;**
- **Crimes sexuais contra vulneráveis, pornografia infantil e crimes graves contra crianças e adolescentes;**
- **Tráfico de pessoas.**

CARIBE SEM VISTO

ROYAL CARIBBEAN

No **Shopping de Cruzeiros** você navega sem a necessidade de visto americano!
Explore **Aruba, Bonaire e Curaçao** embarcando em Cartagena na **Colômbia** ou Colón no **Panamá.**



SERENADE OF THE SEAS®
7 NOITES
14/03/2026

A PARTIR DE
10X R$ 487*
Total por hóspede de R$ 4.870
Cabine Interna Garantida

Colon, Panamá | Cartagena, Colômbia | Willemstad, Curaçao | Oranjestad, Aruba | Colon, Panamá



ACESSE O QR CODE E SAIBA MAIS

ENTRE EM CONTATO
11 4760-9311

Preço por hóspede em cabine dupla, sujeito a alteração. Brasileiros não precisam de visto para esta viagem. Consulte termos e condições em shoppingdecruzeiros.com.br

SHOPPING DE CRUZEIROS
Planeje, Reserve, Navegue

Redes sociais

Pesquisadoras veem brechas em decisão e defendem regulação pelo Congresso

Judicialização 'não é o caminho ideal para definir políticas regulatórias complexas', avalia Yasmin Curzi, da Universidade de Virgínia

GUILHERME CAETANO
BRASÍLIA

Especialistas em internet e plataformas digitais ouvidos ontem pelo **Estadão** lamentaram que o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha sido levado a fazer uma espécie de regulação das empresas e demonstraram preocupação com eventuais brechas na decisão. Eles, contudo, enalteceram avanços na mudança da legislação.

Yasmin Curzi, pesquisadora do Karsh Institute of Democracy da Universidade de Virgínia (EUA), criticou o fato de o STF julgar o Marco Civil da Internet sob o argumento de inércia legislativa. Isso porque o Congresso esteve prestes a votar um projeto de regulamentação das big techs, mas acabou por engavetá-lo. Para ela, a judicialização "não é o caminho ideal para definir políticas regulatórias complexas".

Yasmin disse ser necessário reconhecer que, hoje, o artigo 19 do Marco Civil é insuficiente diante da atuação de plataformas que "promovem, impulsionam e lucram com conteúdos extremamente nocivos". A responsabilização, afirmou ela, deve ser calibrada conforme o grau de intervenção e o impacto dessas empresas no discurso público.

O STF decidiu ontem que há uma presunção de responsabilidade das plataformas em determinado tipo de conteúdo, como publicação impulsionada e anúncio pago, uma vez que esse conteúdo passa pelo aval das próprias empresas.

"Ao mesmo tempo, compartilho de preocupações quanto ao risco de overblocking (*bloqueio excessivo ao acesso de um conteúdo*). As plataformas farão um cálculo: vale mais a pena tirar conteúdos de 'área cinzenta' para não responder a processos caso esses conteúdos sejam notificados como ilícitos, ou vale mais a pena investir em melhorias nos sistemas de moderação de conteúdo?", questionou ela.

A especialista disse que deveres de transparência seriam fundamentais para evitar isso. E ressaltou que a autocensura praticada pelos usuários por receio de punição e sanções – preocupação de alguns críticos – não tem comprovação, de acordo com suas pesquisas.

Resultado 'atende aos pedidos feitos pela AGU', afirma ministro

O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, comemorou ontem o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que decidiu por responsabilizar as plataformas de redes sociais por conteúdos criminosos publicados por usuários.

"A decisão atende, em grande medida, aos pedidos feitos pela AGU nos recursos", declarou Messias. "Não é possível admitir que provedores se eximam de qualquer responsabilidade por conteúdos ilícitos que, embora não sejam por eles criados, geram lucros com seu impulsionamento e violações de direitos fundamentais." ● FELLIPE GUALBERTO

FISCALIZAÇÃO. A pesquisadora Bruna Santos, especialista em direitos digitais, também disse ver com preocupação o que chama de "brechas" deixadas pelo STF, embora tenha elogiado a Corte por acenar a uma posterior regulamentação por parte do Congresso.

Assim como Yasmin, ela vê o Legislativo como o Poder ideal para esse tipo de discussão, apesar de os próprios deputados terem se recusado a votar o tema. "Um dos pontos problemáticos da decisão, no fim das contas, é justamente a ausência de previsão de quem vai fazer a fiscalização do cumprimento dos deveres adicionais que ela impõe às plataformas."

O advogado Omar Kaminski, que geriu o Observatório do Marco Civil da Internet e participou da criação da lei, endossou a preocupação do ministro do STF Edson Fachin com um possível risco de "censura colateral" na decisão.

"O risco é real. Com o endurecimento da responsabilização, há o risco de as plataformas removerem ampla e preventivamente mais conteúdos do que seria necessário, inclusive conteúdos lícitos, mas controversos, por receio de punições legais, reputacionais ou financeiras, criando-se uma situação de medo regulatório e censura indireta", afirmou Kaminski. Ele considerou o voto de Fachin uma linha constitucional mais garantista, alinhada ao arcabouço da União Europeia. ●

JBS
APRESENTA

prêmio paladar
ESTADÃO

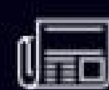


O portal referência em **GASTRONOMIA**, **RECEITAS** e **NOTÍCIAS** lança **PLATAFORMA** com **CONTEÚDO ESPECIAL** sobre o prêmio.

PREMIAÇÃO
Os melhores **BARES** e **RESTAURANTES** de São Paulo.

HONRA AO MÉRITO
História, criatividade e talentos que impulsionam o setor na cidade.

AGOSTO 25


REPORTAGENS ESPECIAIS


CHEFS QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA


SABORES E LUGARES


RECEITAS DE SUCESSO


CONTEÚDO EXCLUSIVO SOBRE O PRÊMIO

ACESSE:


Realização: ESTADÃO 150 paladar 20 ANOS

Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO FIA BUSINESS SCHOOL



Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede

Bola nas costas

Lula entrou, ou melhor, se atirou num redemoinho sem saída e parece afundar a cada dia, a cada pesquisa, a cada votação no Congresso, que se tornou seu maior inimigo e que, ao mirar o governo, atinge em cheio o interesse nacional sem dar bola para os bons indicadores macroeconômicos e para a aprovação ou desaprovação da opinião pública.

A derrota de Lula e Fernando Haddad no IOF, com requintes de crueldade, confirma que o governo está isolado, sem rumo e sem armas, sendo tragado pelo redemoinho. Câmara e Senado se uniram, Hugo Motta e Davi Alcolumbre despiram a fantasia e assumiram o que são: adversários do governo. Não querem cargos de um governo a um ano e meio do fim, querem emendas e alianças com quem desponta mais forte para 2026.

Quem derrotou Lula e Haddad não foi a oposição, mas aliados, confirmando que quem tem aliados como o Centrão não precisa de adversários. Motta e Alcolumbre estão por trás das três derrotas da semana passada e da atual, acachapante, por 383 a 98 votos. Motta avisou pelas redes, tarde da noite, escolheu um relator bolsonarista e negociou com Alcolumbre que a votação no Senado seria automática. Com um Congresso vazio, em tempos de festas juninas.

Lula deveria ter pensado melhor ao se lançar em 2022, em vez de usar sua enorme liderança para patrocinar um nome à Presidência sem cicatrizes como Lava Jato e mensalão e mais capaz de jogar água fria na polarização. Entraria para a história como o grande articulador da derrota bolsonarista, com baita força no governo eleito e sem o ônus de ser o presidente já cansado e em tempos bicudos.

> ***Com aliados como esses, para que Lula precisa de adversários?***

Ao decidir concorrer, Lula argumentou que "só ele" derrotaria Jair Bolsonaro. Esqueceu-se de que a onda anti-Bolsonaro já era forte o suficiente para aglutinar uma robusta oposição, que o mundo e o País haviam mudado e que o risco seria jogar fora êxitos dos dois primeiros mandatos. Esqueceu-se, sobretudo, de lição fundamental: ganhar eleição é uma coisa, governar é outra. Lula tinha, como teve, votos para ganhar. Mas estava pronto para governar de novo?

Repetir 7,5% de crescimento e 80% de popularidade, como em 2010? É fácil sair de um patamar baixo. Sair do oposto é diferente, ainda mais com um Lula errático e diante de um Congresso de péssima qualidade e as pressões do PT para o terceiro mandato ser "de esquerda".

Quanto mais erra, mais o governo leva uma bola nas costas atrás da outra e mais aumenta a dúvida, ou o temor, sobre o que vem aí em 2026. A única certeza é a de que, ganhe quem ganhar, uma coisa é certa: o Centrão estará com a faca, o queijo, as emendas e o governo na mão. E o País vai continuar refém. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ação penal do golpe

Cid acusa defesa de Bolsonaro de tentar obter dados de delação

À PF, tenente-coronel afirma que advogados do ex-presidente buscaram contato com sua família via redes sociais e em eventos

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência no governo Jair Bolsonaro (PL), negou em depoimento à Polícia Federal ter conversado com o advogado Eduardo Kuntz por meio de um perfil no Instagram em nome de "Gabriela" (@gabrielar702). Também acusou a defesa de Bolsonaro de tentar obter informações de seu acordo de delação e obstruir a investigação da trama golpista.

Questionado sobre os diálogos, entregues pelo advogado ao Supremo Tribunal Federal (STF), Cid disse que não foi ele quem enviou as mensagens e que alguém teria gravado as conversas, "sem sua ciência e autorização", e repassado os áudios a Kuntz. O depoimento foi prestado na terça-feira, mas o acesso ao termo só foi concedido ontem.

Nos diálogos atribuídos ao tenente-coronel, ele faz críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, e sugere que as informações prestadas em seu acordo de colaboração estavam sendo distorcidas. Com base nas conversas, o advogado pediu a anulação da delação. Kuntz defende o coronel Marcelo Câmara no inquérito do golpe e alega que as mensagens comprovam que não houve voluntariedade na delação.

Em depoimento, Cid alegou que sua família foi procurada não apenas por Kuntz, mas também por Paulo Amador da Cunha Bueno, advogado de Bolsonaro, e por Fábio Wajngarten, que assessorou o ex-presidente, em eventos na Hípica de São Paulo e por meio das redes sociais.

Procurado, Cunha Bueno não se manifestou. Kuntz negou ter tentado interferir na delação. Wajngarten afirmou que "a criminalização da advocacia é a cortina de fumaça para tentar ocultar a expressa falta de voluntariedade do delator". Moraes determinou que Cunha Bueno e Wajngarten prestem depoimento à PF. ●

RAYSSA MOTTA

Seu banco digital completo, com solidez de banco tradicional





Nota máxima pela S&P, uma das principais agências globais

CDB que rende 130% do CDI
• Sem limite de valor
• Resgate quando quiser







Abra sua conta grátis e invista já

Eufrázio

Eventos diferentes

Em São Paulo, Lula critica Tarcísio; governador rebate

Petista assina programa conjunto com Estado; em outra agenda, chefe do Executivo paulista diz que seu objetivo 'não é fazer evento'



TABA BENEDICTO/ESTADÃO

Lula na Favela do Moinho: 'Governador foi convidado para vir aqui'

Em evento na capital paulista para o lançamento de um programa habitacional em parceria entre os governos federal e do Estado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez críticas ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e reclamou da ausência do chefe do Executivo paulista no ato, que participava de outra agenda, em São Bernardo do Campo. Questionado sobre o tema, Tarcísio foi irônico.

"O governador foi convidado para vir aqui. Se ele não veio aqui, parece que ele tem um compromisso em São Bernardo, mas ele foi convidado. Todo lugar que eu vou convido o governador. Só quero que vocês saibam: agora vocês estão sob os cuidados do governo federal e vamos respeitar vocês", afirmou ontem Lula na Favela do Moinho, onde assinou portarias que permitem a compra assistida de moradias pelas cerca de 900 famílias residentes.

"Estou muito tranquilo com isso. O presidente vai fazer o evento dele lá, está tudo certo, e nós vamos continuar trabalhando", disse o governador, em São Bernardo. "Nosso objetivo, sinceramente, não é fazer evento, é fazer entrega."

A ausência do governador já era esperada. Tanto Tarcísio quanto o petista fizeram publicações em redes sociais abordando a transformação da Favela do Moinho, onde moradores e policiais já entraram em confronto em tentativas de desocupação da área. Lula citou a atuação do governo como tentativa de "enxotar" as famílias. ● ZECA FERREIRA e FELLIPE GUALBERTO

Ação penal do golpe

'O que vier a acontecer... nós suportaremos', diz Bolsonaro sobre julgamento no Supremo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem, em Belo Horizonte (MG), que vai enfrentar "um julgamento político" no Supremo Tribunal Federal. "Acredito em Deus, o que vier a acontecer... nós suportaremos", afirmou o ex-presidente, que é réu em processo por tentativa de golpe. "Fizeram de tudo na minha vida, reviraram tudo", continuou Bolsonaro durante evento no diretório do PL na capital mineira. "Agora, essa falsa tentativa de golpe, onde ninguém consegue comprovar nada disso." ●

'Partido Missão'

MBL afirma em transmissão no YouTube que coletou assinaturas para criar legenda

O Movimento Brasil Livre (MBL) afirmou ontem que conseguiu as assinaturas necessárias para a criação do Partido Missão. O anúncio foi feito em uma transmissão ao vivo pelo YouTube, na qual os integrantes acompanharam a validação do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo a Justiça Eleitoral, o grupo possui 547.505 apoiamentos validados. O número mínimo de assinaturas para a criação de um novo partido é atualmente de 547.042. ●

Manifestação

Bolsonaristas temem que frio e férias prejudiquem protesto na Av. Paulista

Organizadores da manifestação "Justiça Já!", marcada para domingo, em São Paulo, temem que o frio e as férias escolares interfiram no volume de pessoas presentes na Av. Paulista. Articulado em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e de condenados pelo 8 de Janeiro, o ato foi convocado em cima da hora, segundo alguns dos responsáveis, o que também pode contribuir para que o evento não reúna a multidão desejada. ●

ambipar Apresenta:

ESTADÃO



SUMMIT ESG

21 DE AGOSTO
8H30 - Teatro Bravos – São Paulo

UM ALERTA: NÃO É POSSÍVEL IGNORAR OS DESAFIOS CLIMÁTICOS E SOCIAIS

EIXOS TEMÁTICOS:
- Novos tempos e a diversidade
- Onda política contra ESG e o desmantelamento da governança
- COP-30: a conferência mundial, o propósito e a sua importância
- Financiamento climático: iniciativas soberanas e privadas
- Transição energética: a ordem global e os dilemas brasileiros

ADQUIRA SEU INGRESSO:



Realização: ESTADÃO 150 ANOS
Parceria: broadcast | ESTADÃO BLUE STUDIO | ESTADÃO ACESSOS | ELDORADO 107,3
Apoio: Integra
Patrocínio: BANCO DA AMAZÔNIA | BHP | Marfrig | brf

NOTAS E INFORMAÇÕES

Borrou a maquiagem



Confrontada por empregar maquiadores, Erika Hilton reage com a arrogância de quem se vê acima do bem e do mal

Acostumada à condição de porta-bandeira da virtude pública e estilingue da política brasileira, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) se viu obrigada a explicar como dois maquiadores – amigos que trabalham na maquiagem e no cabelo da parlamentar – viraram oficialmente seus assessores no Congresso. Segundo a informação noticiada pelo portal Metrópoles e confirmada por este jornal, Ronaldo Cesar Camargo Hass e Índy Cunha Montiel da Rocha recebem, respectivamente, R$ 9.678,22 e R$ 2.126,59 da verba de gabinete a que a deputada tem direito. Em suas redes sociais, tanto Hass como Rocha limitam-se a divulgar o trabalho como maquiadores, com a congressista aparecendo constantemente em suas publicações, mas como cliente.

A deputada classificou a notícia de "invenção" e "perseguição", mas sua reação, previsivelmente indignada, não reduz o problema essencial: há um cheiro evidente de patrimonialismo. Nesse sentido, o caso da sra. Erika Hilton está longe de ser uma exceção digna de nossa atenção, pois o que mais há no Congresso é o emprego de parentes e amigos na condição de assessores parlamentares. No entanto, a sra. Erika Hilton merece esta nota porque seu caso pode ser tomado como exemplo da hipocrisia dos que posam de campeões dos pobres e oprimidos mas não resistem às regalias proporcionadas pela atividade política. Sendo a sra. Erika Hilton uma estrela do PSOL, partido que se apresenta como a reserva moral da Nação, a contradição fica ainda maior.

A sra. Erika Hilton tentou se justificar, afirmando que ambos, contratados por serem "amigos" dela e integrantes da comunidade LGBT, exercem funções como secretários parlamentares, com "atuação na pauta LGBT e de cidades", "articulação com movimentos sociais" e "acompanhamento nas comissões". Ela os definiu como "assessores com qualidade" – dando a entender que só por acaso também são maquiadores.

Não é bem assim. Afinal, se desconhece, a partir das redes sociais dos assessores-maquiadores, quaisquer outras atividades públicas que não a de maquiagem, inclusive da deputada. Ora, embora não concursados, assessores são, na prática, servidores públicos e servem a um mandato, e não a uma pessoa e suas necessidades pessoais. Logo, a sra. Erika Hilton tem o dever de se explicar. O que se viu, no entanto, foi a adoção do habitual recurso da perseguição política, adornado por uma flagrante arrogância de quem se considera acima do bem e do mal. "Não, meus amores, eu não contrato maquiador com verba de gabinete. Isso é simplesmente uma invenção", escreveu a deputada, creditando a acusação a uma "revanche" de adversários supostamente atingidos por seu trabalho.

Se todo deputado é obrigado a prestar contas do que faz com o dinheiro que recebe, mais ainda o são os deputados que, como a sra. Erika Hilton, exercem seu mandato com fúria vestal e com o dedo em riste contra supostos malfeitos. Se a sra. Erika Hilton estiver mesmo preocupada com sua imagem, não basta contratar maquiadores como assessores. É preciso respeitar os eleitores e os contribuintes. ●

Dinheiro público

Deputado destina emenda para recapear condomínio de luxo onde mora em SP

Prefeitura de Barueri utilizou parte dos recursos indicados por Fábio Teruel, do MDB, para as obras em Tamboré

MARIA MAGNABOSCO

A prefeitura de Barueri, na Grande São Paulo, usou recursos de emendas parlamentares do deputado federal Fábio Teruel (MDB-SP) para recapear ruas do condomínio de luxo no bairro Tamboré, onde ele vive. Na vizinhança do deputado moram celebridades como a cantora Simone Mendes, a influencer Deolane Bezerra e o ator Fiuk.

O deputado e a prefeitura de Barueri foram procurados, mas não haviam respondido até a noite de ontem.

No fim de 2024, Teruel destinou cerca de R$ 11 milhões em transferências especiais, as chamadas "emendas Pix", para a cidade. Deste total, R$ 2,2 milhões foram usados para o recapeamento de ruas do condomínio Residencial Tamboré 1. A informação foi revelada pelo portal Metrópoles e confirmada pelo **Estadão**.

Além de deputado, Teruel é radialista e faz pregações religiosas. Em seu perfil no Instagram, com mais de 5 milhões de seguidores, o parlamentar já compartilhou vídeos de sua rotina no condomínio com celebridades e artistas.

IMPROBIDADE. Destinar verbas públicas para obras em loteamentos de acesso controlado, como o Residencial Tamboré 1, não é ilegal, uma vez que empreendedores podem "doar" um terreno para o município, que se responsabiliza pela infraestrutura do local. No entanto, se uma emenda parlamentar for utilizada em benefício próprio do deputado, o ato pode configurar improbidade administrativa.

O recapeamento foi executado em lotes – e em um deles fica a casa do deputado do MDB. Na justificativa do plano de trabalho da obra, a prefeitura de Barueri disse que a divisão em lotes foi feita "com o intuito de atender simultaneamente todas as regiões da cidade".

'ECONOMICIDADE'. A prefeitura também justificou no plano de trabalho que "a manutenção da via proporciona maior economicidade à municipalidade, pois, caso não ocorra tal intervenção, o deterioramento da via se torna ainda maior, atingindo camadas mais profundas do pavimento, causando um maior custo para recuperá-lo".

As "emendas Pix" são impositivas – deputados e senadores indicam diretamente para onde vai uma parte do Orçamento. O mecanismo revelado pelo **Estadão** ganhou o apelido pelo fato de o dinheiro cair direto na conta das prefeituras. Além disso, essa modalidade de transferência de recursos não é passível de fiscalização por órgãos de controle. ●

REPRODUÇÃO/@FABIOTERUELOFICIAL VIA INSTAGRAM



O deputado Fábio Teruel (MDB-SP); parlamentar é vizinho de celebridades e faz vídeos mostrando rotina no condomínio

Vereador que usou carro oficial para 'buscar sogra' tem condenação mantida

O ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), manteve a condenação do vereador David Bueno (Solidariedade), presidente da Câmara Municipal de Itatiba (SP), por ato de improbidade administrativa em razão do uso da frota de veículos oficiais "para finalidades alheias ao interesse público".

Procurado, o vereador não havia se manifestado até a noite de ontem. Ele pode recorrer. Em juízo, afirmou que direcionava "todos os pedidos de deslocamentos de munícipes ou os seus próprios à diretoria da Câmara".

Segundo o Ministério Público estadual, entre 2009 e 2011 – quando exercia seu primeiro mandato –, Bueno autorizou o uso de veículos oficiais para atividades particulares de terceiros e de si próprio, como "ida à farmácia", "realização de exame de DNA", "emissão de passaporte para a genitora", "emissão de passaporte para a esposa do vereador", "visita de familiar a preso", "fazer compras na região do Brás" e "buscar sogra do vereador".

Bueno foi condenado em primeira instância e também em segunda, no Tribunal de Justiça de São Paulo. Ele recorreu ao STJ e conseguiu uma decisão de efeito suspensivo da sanção imposta. Agora, o STJ derrubou a medida. ● FAUSTO MACEDO

Ditadura militar

AGU avalia cobrar indenização de agentes da repressão

O ministro-chefe da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, disse ontem que o órgão estuda cobrar de agentes da ditadura militar os valores pagos em forma de indenização pelo Estado brasileiro às famílias de mortos e desaparecidos. "Isso (*a cobrança*) precisa ser estudado na perspectiva jurídica", afirmou ele.

O ministro foi à sede do Instituto Vladimir Herzog, em São Paulo, para ato no qual assinou o acordo judicial fechado pela AGU com a família Herzog para, 50 anos depois do crime, indenizar a família do jornalista. Ele prevê o pagamento de R$ 3 milhões. O compromisso com a família foi divulgado em junho e assinado ontem, na véspera do dia em que Vladimir Herzog faria 88 anos.

No caso de se buscar responsabilizar os agentes, eles poderiam ser obrigados a indenizar o Estado por meio de uma ação regressiva, pois responderiam solidariamente pelo dano causado às famílias de vítimas de violência estatal, como a de Herzog. ● MARCELO GODOY

Resultado duvidoso

Relatórios indicam que ataque ao Irã destruiu centrífugas, mas não o urânio

Donald Trump e chefe do Pentágono atacam imprensa por questionar eficácia do bombardeio às instalações nucleares e voltam a dizer que ação foi um 'sucesso histórico'

WASHINGTON

Relatórios de inteligência fornecidos a governos da Europa apontam que o estoque de urânio enriquecido do Irã permanece em grande parte intacto após os ataques dos EUA. O novo indício de que o material radioativo escapou das bombas americanas foi revelado ontem pelo jornal britânico *Financial Times*, citando duas fontes de governos europeus.

Segundo o jornal, o relatório indica que 408 quilos de urânio enriquecido a 60% não estavam concentrados apenas na instalação nuclear de Fordow no momento do ataque americano e foram distribuídos para outras localidades. As novas informações voltam a questionar a afirmação do presidente dos EUA, Donald Trump, de que o bombardeio havia "acabado" com o programa nuclear do Irã.

As fontes citadas pelo *Financial Times* afirmam que os governos da Europa estavam esperando por um relatório de inteligência completo sobre os danos em Fordow. A avaliação parcial é de que a instalação sofreu "danos extensos, mas não destruição completa".

O Irã sinalizou que o estoque de urânio enriquecido foi movido antes dos ataques americanos. Imagens de satélite mostraram uma movimentação intensa de cerca de 20 caminhões em Fordow, dois dias antes dos ataques americanos.

DESTRUIÇÃO. Ontem, em entrevista à Radio France Internationale, Rafael Grossi, diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ligada à ONU, afirmou que as centrífugas da usina de Fordow "não estão mais operacionais".

Os inspetores da AIEA não conseguiram ainda acessar as centrais atingidas pelos bombardeios, mas Grossi declarou que, embora seja difícil avaliar os danos apenas com imagens de satélite, o poder das bombas e as características técnicas da instalação fazem com que já seja possível dizer que "essas centrífugas não estão funcionando".

A questão vem se tornando central para Trump, que insiste na tese de que os bombardeios destruíram completamente o programa nuclear iraniano. Ontem, o presidente americano acusou os democratas de divulgarem o relatório da agência de inteligência do Pentágono (DIA), que constatou que os ataques foram ineficazes e atrasaram o programa nuclear em apenas alguns meses. "Foram os democratas que entregaram as informações. Eles deveriam ser processados", escreveu o presidente em sua rede social.

Culpa da oposição
Trump acusa democratas de vazarem relatório que constatou que ataques ao Irã foram ineficazes

Na quarta-feira, Trump pediu a demissão da correspondente da CNN Natasha Bertrand, que relatou a existência do relatório. "Ela (*Natasha Bertrand*) deveria ser demitida da CNN. Eu a assisti por três dias fazendo fake news. Ela deveria ser repreendida imediatamente e depois expulsa como um cachorro."

AJUDA. O secretário de Defesa dos EUA, Pete Hegseth, tentou ontem dar força à versão de Trump, oferecendo descrições mais detalhadas dos ataques aéreos, mas sem novas avaliações sobre o estado do programa nuclear iraniano ou dos danos às instalações. Ele rejeitou o relatório da DIA, que é vinculada ao seu próprio departamento, e citou uma série de outras informações de inteligência – de fontes americanas, israelenses, iranianas e da agência nuclear da ONU – para reiterar que a ação foi "historicamente bem-sucedida".

Ao dar suas declarações, Hegseth atacou a imprensa por não celebrar o trabalho do presidente, afirmando que a divulgação do relatório da DIA, e sua publicação pela CNN e pelo *New York Times*, teve "motivação política" com objetivo de "prejudicar a imagem do presidente". ● NYT e AP

ANDREW HARNIK / GETTY IMAGES / AFP



Militares removem imagens de Fordow após coletiva no Pentágono

Trump pede fim das ações por corrupção contra Netanyahu

O presidente dos EUA, Donald Trump, fez ontem um apelo para que o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, receba um perdão judicial ou que os processos de corrupção nos quais ele é réu sejam cancelados. O americano afirmou que, depois de "salvarem Israel", os EUA "salvarão Bibi Netanyahu" – referindo-se ao premiê pelo apelido.

"Uma caça às bruxas como essa, contra um homem que deu tanto, é impensável para mim. Ele merece muito mais do que isso – e Israel também. O julgamento de Bibi Netanyahu deve ser cancelado imediatamente", escreveu Trump na sua rede social Truth Social.

Netanyahu agradeceu a ajuda de Trump. "Fiquei profundamente comovido com o seu sincero apoio a mim e o seu incrível apoio a Israel e ao povo judeu", disse o premiê, que responde na Justiça por quatro casos de corrupção, suborno, fraude e abuso de confiança. ● AP

Embaixador indica que presidente iraniano virá para cúpula no Rio

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

O embaixador do Irã em Brasília, Abdollah Nekounam, indicou ontem que o presidente Masoud Pezeshkian virá ao Brasil para a cúpula do Brics, nos dias 6 e 7, no Rio. Havia dúvidas sobre sua presença em razão da guerra com Israel e dos ataques às instalações nucleares pelos EUA. O cessar-fogo anunciado na noite de segunda-feira abriu caminho para a visita.

Segundo o embaixador, o governo iraniano está dando sequência à programação da visita, a primeira de Pezeshkian. Diplomatas do Brasil consideram a viagem complexa do ponto de vista da segurança, mas integrantes da diplomacia iraniana sinalizaram reservadamente acreditar que não haverá problemas. A reabertura total do espaço aéreo do Irã para voos comerciais, algo esperado para ocorrer nos próximos dias, deve ser um indicativo de que a viagem ocorrerá.

FÓRUM. Pezeshkian pode usar a reunião do Brics no Brasil como plataforma para falar sobre o conflito contra Israel e EUA. Se o presidente não vier, será representado pelo chanceler iraniano, Abbas Aragchi, que tem sido o porta-voz do país nos últimos dias em viagens internacionais a locais próximos, entre eles Rússia e Turquia. Caso venha ao Brasil, o presidente iraniano deve se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela primeira vez.

O embaixador iraniano agradeceu ontem a Lula pela manifestação em defesa do Irã, condenando com veemência os ataques, e também a nota do Brics subsequente. O tom do governo brasileiro foi considerado, pelo regime iraniano, mais duro do que o adotado pelo próprio bloco e em detrimento das relações entre Brasil e EUA.

INTEGRAÇÃO. O Irã faz parte do Brics desde o ano passado, quando Pezeshkian participou de sua primeira cúpula, em Kazan, na Rússia. O regime foi convidado a integrar o grupo em 2023. Na ocasião, o então presidente do Irã, Ebrahim Raisi, compareceu à cúpula de Johannesburgo, na África do Sul, e se reuniu com Lula. Raisi morreu em um acidente de helicóptero, em maio do ano passado, e Pezeshkian foi eleito presidente dois meses depois. ●

Diplomacia
Embaixador agradeceu manifestação de Lula em defesa do Irã, condenando os ataques ao país

Praia norte-coreana

Kim inaugura seu paraíso tropical para 20 mil turistas

Ditador pretende incentivar turismo e constrói parque aquático aberto, por enquanto, apenas para norte-coreanos

PYONGYANG

Kim Jong-un inaugurou esta semana seu parque aquático, em Wonsan Kalma, na costa leste da Coreia do Norte. Na festa de abertura, ele estava animado, acompanhado de sua mulher, Ri Sol-ju, e de sua filha Kim Ju-ae – provável sucessora. O complexo turístico, que será aberto no dia 1.º de julho, poderá receber até 20 mil pessoas – todos norte-coreanos.

Analistas dizem que Kim tem interesse em desenvolver o turismo – e as areias de Wonsan Kalma seriam o local ideal. A Coreia do Norte reabriu suas fronteiras em agosto de 2023, após quase quatro anos de isolamento em razão da pandemia, período em que até seus cidadãos foram proibidos de viajar.

KCNA VIA KNS/AFP



Voo assistido: Kim observa homem se divertindo no toboágua

TURISMO. A entrada de estrangeiros, no entanto, permanece restrita, com empresas do setor estimando que apenas 5 mil viajantes ocidentais visitem o país por ano. O parque de Kim foi descrito pelo regime como "um resort cultural de classe mundial". Fotos divulgadas pela mídia estatal mostraram o ditador sentado em uma cadeira, de terno, olhando um homem despencando de um toboágua. "É com grande satisfação que inauguramos um dos maiores sucessos deste ano", disse Kim, que prometeu construir mais zonas turísticas, segundo a imprensa oficial.

No ano passado, a Coreia do Norte permitiu que turistas russos retornassem pela primeira vez desde a covid. Na quarta-feira, a agência de notícias Tass informou que um trem de passageiros de Pyongyang chegou a Moscou, marcando a reabertura da rota ferroviária direta entre as capitais dos dois países aliados, após cinco anos de interrupção.

Em maio, foi retomada a ligação de trem entre Rason – cidade portuária da Coreia do Norte onde funciona um mercado legal em caráter experimental – e Vladivostok, na Rússia. ● AFP

LEILÃO DE IMÓVEL
OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL

EXCELENTE CASA
SIRIÚBA – ILHABELA/SP

VIVA O PRIVILÉGIO DE MORAR OU INVESTIR EM UM IMÓVEL COSTEIRO QUE OFERECE UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA, EM UMA DAS REGIÕES MAIS EXCLUSIVAS DO LITORAL PAULISTA.

SOMENTE ONLINE
08/08 ÀS 11H

Localização privilegiada em região nobre e valorizada
Situado na Praia do Arrozal, com infraestrutura completa e melhorias contínuas impulsionadas pelos royalties do petróleo. Próximo ao centro histórico (A Vila) e à Praia da Armação, reconhecida como polo da vela brasileira.





Exclusividade à beira-mar
Imóvel com acesso reservado à praia, compartilhado por apenas cinco residências, além de píer privativo para condôminos.

Vista permanente e diferencial raro e valorizado
Localizado a 20 metros acima do nível do mar, oferece vista permanente do mar e aproximadamente 1.600 m² de área de marinha para uso particular.





ÁREA CONSTRUÍDA: 202,82M²
ÁREA DO TERRENO: 638,73M²
LANCE INICIAL: R$6.000.000

IMÓVEL RESIDENCIAL DESOCUPADO, SITUADO NA AV. LEONARDO REALE, Nº 3.093 – SIRIÚBA – ILHABELA/SP. MATRÍCULA Nº 35.869 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO SEBASTIÃO/SP. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 1002.3093.0010.IMÓVEL CADASTRADO NO SISTEMA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO SOB O Nº 6509 0100128-16.OBSERVAÇÕES RESUMIDAS:1)O IMÓVEL ESTÁ SENDO LEILOADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, TANTO EM TERMOS FÍSICOS QUANTO DOCUMENTAIS. 2) A REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DA DOAÇÃO DO IMÓVEL, ORIUNDA DE SENTENÇA EM PROCESSO DE INVENTÁRIO AINDA NÃO CONCLUÍDO, SERÁ DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO COMPRADOR.3)OS DÉBITOS DE IPTU E SPU (LAUDÊMIO) DEVERÃO SER APURADOS E PAGOS PELO ARREMATANTE, SEM DIREITO A REEMBOLSO. HÁ TAMBÉM DÉBITO PERANTE A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU), IGUALMENTE DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE.4) CASO HAJA CONSTRUÇÃO PENDENTE DE AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS, A REGULARIZAÇÃO FICARÁ A CARGO DO ARREMATANTE.5) CONSTA AÇÃO DE INVENTÁRIO (PROCESSO Nº 0024751-62.2011.8.26.0100), EM TRÂMITE NA 8ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP, ALÉM DE DUAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL – DÍVIDA ATIVA – EM TRÂMITE NA 1ª VARA DO FORO DE ILHABELA/SP, SOB OS NºS 1501898-09.2023.8.26.0247 E 1500042-44.2022.8.26.0247. 6) O IMÓVEL É OBJETO DE INVENTÁRIO, SENDO QUE A TITULARIDADE DO BEM É COMPARTILHADA ENTRE A AACD E A ENTIDADE ALDEIAS INFANTIS, CABENDO 50% A CADA UMA DAS INSTITUIÇÕES. A VENDA, SE EFETIVADA, OCORRERÁ MEDIANTE DEPÓSITO DO VALOR EM JUÍZO. CONSULTE O EDITAL COMPLETO EM WWW.SODRESANTORO.COM.BR. AGENDE SUA VISITA OU TIRE DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

OS VALORES ARRECADADOS SERÃO DESTINADOS À AACD E ÀS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.





SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Argentina

Réus em atentado de 1994 serão julgados à revelia

A Justiça argentina autorizou ontem o julgamento à revelia de dez acusados – iranianos e libaneses – pelo atentado contra a Associação Mutual Israelita Argentina (Amia), em 1994, que deixou 85 mortos e centenas de feridos. O juiz Daniel Rafecas destacou o caráter excepcional da decisão, considerada uma forma de "descobrir a verdade". ●

LUIS ROBAYO/AFP



Venezuela

Chavista se declara culpado por narcoterrorismo

O ex-diretor da inteligência da Venezuela Hugo Carvajal se declarou culpado de narcoterrorismo nos EUA. Ele foi uma das figuras mais poderosas do governo de Hugo Chávez. Se condenado, pode pegar prisão perpétua. Carvajal teria usado o cargo para facilitar a ação do Cartel de Los Soles, grupo criminoso formado por membros das forças armadas. ●



Urbanismo

Cidade Jardim se mobiliza para tentar barrar prédios

Entidades defendem que mudança no zoneamento seja suspensa pela Justiça, como ocorreu antes no Alto de Pinheiros; uma é favorável

PRISCILA MENGUE

Ao menos duas associações de moradores se mobilizam para reivindicar a suspensão judicial da mudança no zoneamento de parte da Cidade Jardim, que permitiu prédios em quadras restritas a casas. As entidades de bairro paulistanas se inspiram na ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que barrou alteração semelhante no Alto de Pinheiros.

A Sociedade Amigos Colina das Flores buscou o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) em abril. Segundo o MP, "o caso está em fase de instrução para propositura de Adin". A Sociedade Amigos da Cidade Jardim (SACJ) também diz questionar judicialmente.

A nova versão do zoneamento entrou em vigor em 2024. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) barrou a mudança na Cidade Jardim, mas a Câmara Municipal derrubou o veto e a alteração está em vigor.

Depois, os vereadores também tentaram liberar prédios em outras quadras, mas não conseguiram. Procurada pelo **Estadão**, a gestão municipal não quis se manifestar.

O posicionamento das duas entidades, porém, não é unânime. A Associação Vizinhos do Jockey é favorável à mudança no zoneamento e, em 2024, entregou carta aos vereadores para manter as alterações. Essa organização representa moradores de quadras mais próximas do Jockey Club, na zona sul, entre a Avenida dos Tajurás e o hipódromo.

O QUE MUDOU? A mudança envolve quadras antes demarcadas como Zona Exclusivamente Residencial (ZER). Esse é um dos tipos mais restritivos de zoneamento, que permite praticamente apenas a construção de imóveis residenciais de até 10 metros de altura.

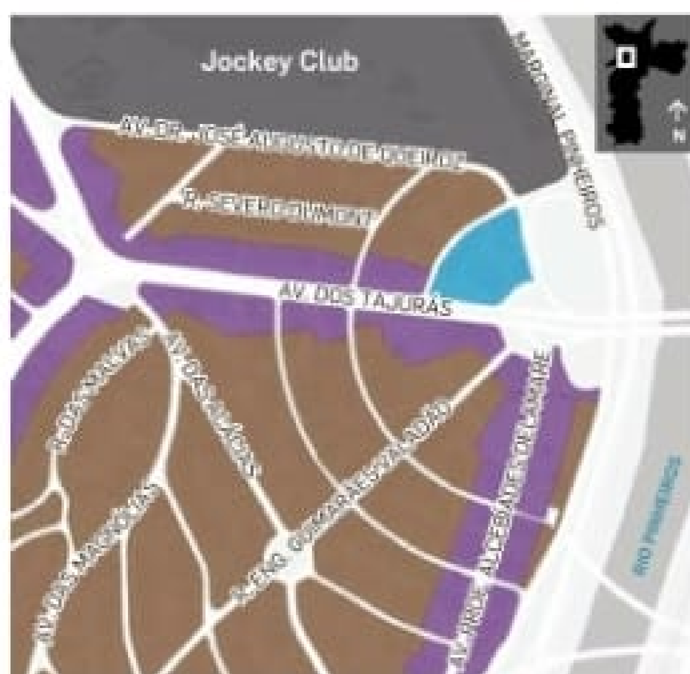
Com a alteração, parte da antiga ZER e da Zona Corredor (comércios e serviços com imóveis de baixa estatura) passou a ser Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana (ZEM). Essa nova classificação permite prédios de 28 metros de altura e o dobro do volume construtivo em comparação à regra anterior.

REVISÃO

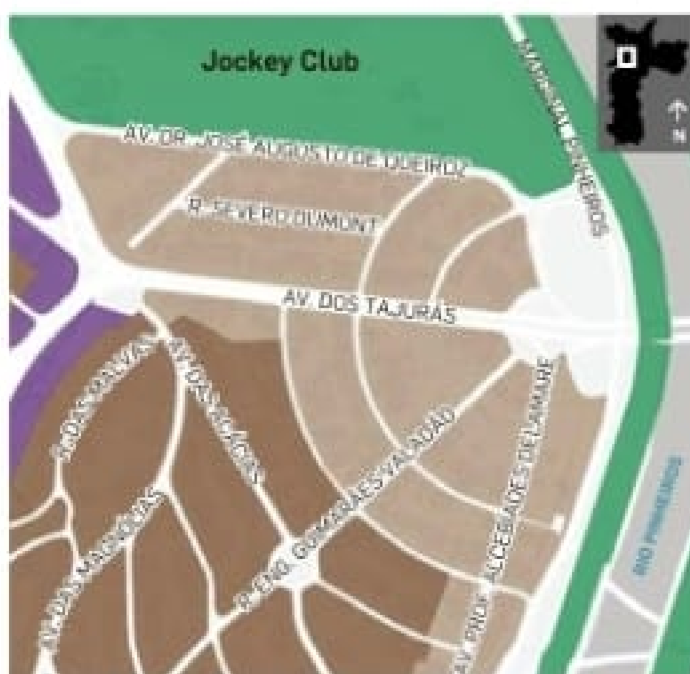
Novo zoneamento libera prédios e uso comercial em área perto do Jockey

ZONA CORREDOR 2 (ZCOR-2) · ZONA EIXO DE ESTRUTURAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO METROPOLITANA (ZEM) · ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (ZEPAM) · ZONA EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL 1 (ZER-1) · ZONA MISTA (ZM) · ZONA DE OCUPAÇÃO ESPECIAL (ZOE)

Antes



Depois



FONTES: CÂMARA MUNICIPAL/PREFEITURA DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO ESTADÃO

A mudança abrange a Rua Doutor José Augusto de Queiroz, a Avenida dos Tajurás, as Ruas Severo Dumont, Doutor Alberto da Silveira, Fonseca Teixeira e mais trechos de vias.

Além disso, por meio de um Plano de Intervenção Urbana (PIU), uma ZEM pode passar a ter parâmetros ainda mais flexíveis. Entre esses estão o aval para prédios altos e o acesso a incentivos atrativos para construir – como tem ocorrido no entorno de estações de metrô. Como o Estadão revelou no ano passado, há ao menos uma incorporadora com planos para a região.

O QUE DIZEM AS ASSOCIAÇÕES? A Sociedade Amigos Colina das Flores preparou parecer técnico-jurídico sobre os possíveis impactos no bairro. No documento, apresenta o caso de Alto de Pinheiros como precedente para a sua reivindicação. "As quadras da Cidade Jardim discutidas nesta representação são caso idêntico, exceto por se tratar de outro bairro", diz o texto.

"A semelhança entre os dois casos é certa e não é coincidência. São regiões valorizadas do Município, propícias para construção de edifícios de alto

> ***"Exceto por se tratar de outro bairro é um caso idêntico (ao do Alto de Pinheiros). Resolvemos entrar com a representação no Ministério Público quando todos os outros caminhos estavam esgotados. Fizemos todos os caminhos administrativos possíveis"***
>
> **Maria Camila Moraes**
> **Sociedade Amigos Colina das Flores**

poder aquisitivo, que desejam ocupar de forma exacerbada os lotes, explorar o potencial construtivo da cidade", acrescenta a organização.

"Resolvemos entrar com a representação no Ministério Público quando todos os outros caminhos estavam esgotados. Fizemos todos os caminhos administrativos possíveis", afirma a presidente da entidade, Maria Camila Moraes. Ela conta que a organização não identificou, até o momento, licenciamentos ou alvarás para novos prédios no entorno, mas relata demolições e casas esvaziadas.

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim disse à reportagem estar mobilizada para a proteção do bairro e a defesa de seus interesses. "Os moradores estão envolvidos e empreendendo esforços para tanto", afirma uma das representantes da organização, Solange Menendez.

Por fim, a Associação Vizinhos do Jockey destaca que já há uma edificação em uma das quadras mais próximas do hipódromo. Dessa forma, argumenta que a mudança no chamado "Bolsão 1" do bairro garante "mesmo tratamento sob a perspectiva urbanística". O "Bolsão 1" fica entre a Avenida dos Tajurás e o Jockey, mas é uma divisão informal do bairro, sem desenho específico.

"Isso elimina situações estranhas como a que era vigente antes, onde uma pequena rua podia ter prédio de um lado e não podia ter do outro lado dessa mesma rua", afirma Sandra Maria Lima de Oliveira, presidente da entidade. "Os moradores do Bolsão 1 entendem que isso equilibra melhor o valor dos imóveis deste bolsão, evitando desvalorizações com a insegurança jurídica como havia antes da regulamentação", completa.

Em Alto de Pinheiros, a Adin foi movida pelo MP-SP após ser procurado pela Associação de Amigos de Alto dos Pinheiros (SAAP), que contestava a mudança de zoneamento que liberava prédios em áreas antes restritas a casas e estabelecimentos de baixa estatura. A nova classificação foi suspensa pela Justiça no ano passado.

Um dos entendimentos do Ministério Público é de que a alteração favoreceria especialmente uma igreja, que tem planos de construir um megatemplo em parte da área que recebeu novo zoneamento e chegou a demolir casas vizinhas após a revisão da legislação. A Prefeitura, a Câmara e a Igreja Presbiteriana de Pinheiros negaram irregularidades nesse processo.

DESCARACTERIZAÇÃO. Parte dos especialistas considera a mudança no zoneamento da Cidade Jardim como ilegal. Também avalia que está em desacordo com o que foi tratado na revisão do zoneamento: de que não seriam feitas alterações nas zonas exclusivamente residenciais.

Apontamentos semelhantes foram feitos pelos próprios técnicos da Prefeitura, o que embasou o veto de Nunes derrubado posteriormente pelos vereadores. O prefeito justificou à época, nas razões de veto, que "o incremento de adensamento não condiz com o entorno predominantemente residencial, pois acabaria descaracterizando-o".

À época da mudança na lei, o Estadão procurou o relator da revisão do zoneamento, Rodrigo Goulart (PSD), e a presidência da Câmara – então de Milton Leite (União Brasil). Em nota conjunta, defenderam que a aprovação da lei ocorreu de "forma democrática, legal e com ampla aprovação do plenário". Também salientaram que a alteração ocorreu após o recebimento de "sugestões acolhidas durante todo o processo de revisão".

Até a revisão do zoneamento, a lei proibia a demarcação de uma ZEM na chamada Macroárea de Urbanização Consolidada. Essa área abrange distritos com urbanização estabelecida, como a maior parte de Perdizes, Alto de Pinheiros, Morumbi, Vila Mariana e Jardim Paulista. Anteriormente, as ZEMs eram permitidas só em locais com boa infraestrutura e subutilizados, como antigas áreas industriais.

Além das áreas de ZER, a revisão do zoneamento alterou a classificação do Jockey. O local passou a ser Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepam), porque passou a constar na lista de parques municipais com criação proposta no Plano Diretor. Prefeitura e Jockey continuam a disputar o destino do hipódromo na Justiça. A principal proposta de Nunes é criar um parque ali. ●

Crime organizado

Ataques a residências expõem quadrilhas estruturadas com esquema de receptação

Polícia Civil diz que intensificou operações contra esse crime; no caso mais recente, no Morumbi, grupo levou R$ 3 milhões

JOSÉ MARIA TOMAZELA


FELIPE RAU/ESTADÃO

Investigação: maioria dos imóveis tem vigilância particular, o que não vem intimidando os criminosos

As quadrilhas que atacam residências de alto padrão no bairro do Morumbi, na zona sul de São Paulo, têm como foco objetos de alto valor, como relógios de luxo, joias e canetas de ouro, além de dinheiro vivo, especialmente euros e dólares. De acordo com a polícia, são quadrilhas estruturadas que têm, na ponta, receptadores aguardando a entrega dos itens. No ataque mais recente, na terça-feira desta semana, os bandidos dominaram seis pessoas e roubaram bens avaliados em R$ 3 milhões.

A Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP) informou que as investigações do caso prosseguem pelo 34.º Distrito Policial (Morumbi), com apoio da 3.ª Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerco). "Diligências estão em andamento para identificar os autores e elucidar o crime", diz, em nota.

Os criminosos miram casas de alto padrão perto de obras ou terrenos vazios. A ação ocorre à noite ou de madrugada e envolve sempre de quatro a cinco criminosos muito bem armados. A maioria dos imóveis tem vigilância particular, mas os suspeitos contam com o elemento surpresa para atacar os vigilantes. A preferência é por imóveis em que os proprietários não estejam presentes, mas quando isso acontece eles também são dominados.

No caso mais recente, o casal – um advogado de 71 anos e a sua mulher de 75 – foram amarrados e trancados em um cômodo. Os ladrões roubaram joias, relógios, € 2 mil (cerca de R$ 12,8 mil) e US$ 2 mil (R$ 11 mil), entre outros itens. A suspeita é que seja a mesma quadrilha que, no dia 13, invadiu outra mansão do bairro, fez reféns e fugiu levando joias, relógios e canetas valiosas.

Combate

Ação recente resultou na apreensão de 200 relógios de luxo, incluindo um Rolex avaliado em R$ 100 mil

O QUE ESTÁ SENDO FEITO? A SSP diz que a Polícia Civil de São Paulo intensificou o combate às quadrilhas especializadas em roubos a residência. Em uma das ações, no dia 15 de abril, foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão que resultaram na apreensão de 200 relógios de luxo, incluindo um Rolex avaliado em mais de R$ 100 mil, além de bolsas de R$ 17 mil e obras de arte e um automóvel Porsche.

O delegado Fábio Sandrim, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), disse que, entre os alvos estavam receptadores. "É uma cadeia criminosa estruturada. Os objetos saem rapidamente das casas invadidas para os receptadores e, em questão de horas, já estão sendo revendidos."

Diferentemente dos roubos de celulares e relógios retirados do pulso das vítimas, que acontecem em avenidas movimentadas e saídas de shoppings, nos roubos a residências os ladrões escolhem ruas internas dos bairros, onde há pouco movimento e predominam casas de alto padrão. Para entrar na residência, eles inutilizam alarmes e cercas elétricas e usam escadas, mas também podem clonar o controle dos portões eletrônicos.

Dois casos recentes aconteceram na Rua General José Scarcela Portela. No dia 22 de abril, cinco homens encapuzados, armados de pistolas e fuzis, dominaram funcionários e invadiram a casa de um empresário, levando 13 relógios de luxo, joias e 5 mil dólares (cerca de R$ 30 mil) em cédulas.

Na mesma rua, em fevereiro de 2024, os bandidos levaram a pior. Durante uma tentativa de assalto, um vigilante particular reagiu e matou um dos suspeitos. O outro, ferido, tentou fugir, bateu o carro e morreu carbonizado. Um terceiro foi baleado e levado para um hospital. Outra operação da polícia, em abril, cumpriu 26 mandados de busca e apreensão na comunidade de Paraisópolis, que fica na região. Os alvos eram pontos de revenda de produtos roubados. Foram apreendidos dinheiro, motocicletas e carros importados. Um dos itens localizados foi um relógio Rolex avaliado em R$ 40 mil que estava sendo anunciado em uma rede social no momento da apreensão. ●

Prédio do tráfico no Rio tem passagem secreta

Prédios com acabamento de alto padrão, piscinas e área gourmet, erguidos irregularmente pelo tráfico, começaram a ser demolidos ontem na Rocinha, na zona sul do Rio. Os traficantes investiram R$ 6 milhões em três edifícios que tinham até uma saída secreta para uma área de mata. A operação para demolir as construções foi coordenada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, com apoio do Ministério Público do Ceará.

Os prédios foram erguidos irregularmente por traficantes do Comando Vermelho (CV) que controlam o tráfico na região. Um dos edifícios tinha uma cobertura luxuosa, com piscina e cozinha gourmet, em que foi encontrada uma geladeira cheia de bebidas caras.

O local dava vista para o mar de São Conrado e tinha uma passagem secreta para uma escada que dava acesso a uma região de mata. Como o acesso de máquinas é dificultado pela instabilidade do terreno, a demolição ocorreu de forma manual, com o uso de ferramentas.

Conforme o MP-RJ, as construções, localizadas na região da Dionéia, em uma área de aproximadamente 2 mil metros quadrados, tinham de dois a sete andares e apresentavam risco de desabamento, após o desmatamento de uma encosta. "Cálculos feitos por engenheiros da prefeitura estimam que as obras, realizadas sem licença ou autorização municipal, custaram cerca de R$ 6 milhões aos responsáveis", diz a nota do MP-RJ. Os prédios serviam de abrigo também para integrantes do Comando Vermelho. ●

Entre aspas
Ano 5 Nº 224 São Paulo, 27/6/2025

SINDUSCON SP

INFORME PUBLICITÁRIO

Dificuldades no crédito imobiliário

É crescente a dificuldade de acesso ao crédito imobiliário por parte de construtoras e incorporadoras. A Sondagem da Construção realizada pelo FGV Ibre em maio mostrou que 24,4% das construtoras de edificações residenciais consideravam difícil obter financiamento, ante 18,4% em maio do ano passado. Entre as incorporadoras, o percentual chegou a 43%, ante 22% no mesmo mês de 2024.

A dificuldade é principalmente em relação ao crédito com recursos da Poupança. Escassos, vêm sendo direcionados preferencialmente ao financiamento à aquisição e não à produção de imóveis. No primeiro quadrimestre, o número de unidades habitacionais que tiveram a aquisição financiada com esses recursos cresceu 25,1%, comparado ao mesmo período do ano passado, enquanto o número de unidades que tiveram a produção financiada caiu 60%.

O problema também reside no custo do crédito à produção. Os juros elevados do financiamento com recursos da Poupança desestimulam potenciais compradores e inibem a produção imobiliária para a classe média. A sinalização dada pelo último aumento da taxa Selic não indica a redução deste patamar elevado no curto prazo.



"Construtoras e incorporadoras buscam alternativas de financiamento"

A indústria da construção e do imobiliário tem reagido. Uma alternativa é direcionar a produção para famílias com renda de até 12 salários mínimos, o que possibilita acessar os financiamentos do FGTS com juros menos elevados.

De outro lado, algumas construtoras e incorporadoras buscam se financiar emitindo CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários). Outras buscam recursos em LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LIGs (Letras Imobiliárias Garantidas) emitidas pelas instituições financeiras. Uma das medidas propostas pelo governo para conter o desequilíbrio fiscal é taxar estes títulos com 5% de IR a partir de 2026. Espera-se sua rejeição pelo Congresso.

ENTRE ASPAS é uma publicação do SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - **www.sindusconsp.com.br**
Presidente: Yorki Oswaldo Estefan; **Vice-presidentes:** Renato Genioli Jr., Daniela Ferrari, Eduardo Zaidan, Victor Bassan de Almeida, Francisco Vasconcellos, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Messias, Maristela Honda, Mauricio Bianchi, Odair Senra, Rodrigo Von, Ronaldo Cury; **Diretores regionais:** Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru), Márcio Benvenutti (Campinas), Marcos Aurelio Casco (Presidente Prudente), João Carlos Moreira Filho (Ribeirão Preto), Claudio Pompeo (Santo André), Lucas Muniz Elias Teixeira (Santos), Rafael Luís Coelho (São José do Rio Preto), Elias Stefan Junior (Sorocaba); **Representantes à Fiesp:** Eduardo Capobianco, Romeu Ferraz, Odair Senra, Sergio Porto

Alexandre Padilha

Planos poderão trocar dívidas por consulta do SUS

Ministro prevê abatimento de até R$ 4 bilhões e destaca nova forma de pagar procedimentos


WALTERSON ROSA/MS

ENTREVISTA

Ministro da Saúde, que lançou anteontem o 'Agora tem Especialistas', que busca reduzir filas de exames e cirurgias

PAULA FERREIRA
LUCI RIBEIRO
BRASÍLIA

O Ministério da Saúde estima que haja R$ 9 bilhões em recursos devidos por planos de saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS), dos quais cerca de R$ 4 bilhões poderão ser revertidos para atendimento de pacientes por meio do programa "Agora tem Especialistas". Em entrevista exclusiva ao **Estadão**/Broadcast, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirma que o governo utilizará o Índice de Valoração de Ressarcimento (IVR), que já existe, para determinar os valores dos procedimentos e exames. Pela iniciativa, hospitais privados e filantrópicos que queiram aderir à iniciativa poderão trocar dívidas tributárias por atendimento a pacientes do SUS.

Qual é a expectativa do governo de adesão ao programa lançado? Houve uma consulta prévia ao setor? Como foi a receptividade?

Estamos ainda cicatrizando feridas causadas pela pandemia, como o tempo de espera para atendimento por uma cirurgia oftalmológica, um exame de tomografia para fechar um diagnóstico de câncer, uma biópsia do câncer, uma cirurgia cardíaca que as pessoas estão aguardando no SUS. Esse é um problema que não é só do Brasil, não surgiu agora, mas ele foi muito intensificado pela pandemia. Ela gerou um represamento de casos, de pessoas esperando para esses atendimentos programados, especializados, e esse represamento explodiu para cima de Estados, municípios, do SUS. Nós estamos muito confiantes. Nossa expectativa é de que no mês de agosto possamos ter os primeiros contratos, as primeiras ofertas, garantindo atendimento para pacientes do SUS nesses hospitais privados.

Haverá mecanismos de fiscalização dos procedimentos feitos pelos hospitais privados?

A medida provisória obriga Estados, municípios, hospitais filantrópicos e privados que participam do programa a subir (*nos sistemas do ministério*) os dados dessas filas e da produção. E uma outra ação: todo paciente que for atendido pelo programa vai receber uma mensagem pelo aplicativo do Ministério da Saúde, o Meu SUS Digital. Também receberá a mensagem por WhatsApp. Para fiscalizar, coibir fraudes, ouvir uma avaliação desses pacientes.

Como será feita essa compensação com planos de saúde?

Uma operadora tem seus usuários e eventualmente esse usuário é atendido no SUS. O mais comum é maternidade. Às vezes, a pessoa é usuária (de plano de saúde) e na cidade dela não tem um hospital credenciado. E outros procedimentos também. Nesses casos, o plano de saúde tem de ressarcir o Ministério da Saúde desse pagamento, e isso é acompanhado pela ANS (*Agência Nacional de Saúde Suplementar*). Só que temos hoje em torno de R$ 9 bilhões dessa dívida não ressarcida. Desses R$ 9 bilhões, uma parte tem contestação judicial e há uma parte de pequenas operadoras. Quando a gente pega os sistemas Unimed, operadoras maiores, que têm redes maiores, dá em torno de R$ 4 bilhões essa dívida. A nossa meta é buscar em torno de R$ 2 bilhões a R$2,5 bilhões em troca por atendimento, por cirurgia.

Como as operadoras vão poder oferecer essa troca?

Naquilo que são as especialidades prioritárias para o SUS, que têm maior número de pessoas esperando para atendimento, ou que o fato da demora gere um risco grave à saúde, como é a situação do câncer, como situações cardiológicas. No caso dos hospitais privados e filantrópicos, espera-se que a maior parte desse retorno de cirurgias e exames aconteça no próprio hospital. No caso das operadoras de plano de saúde, elas podem inclusive ofertar isso em outro hospital que ela contrate. Então, pode ter uma oferta até numa outra região. A expectativa é que possa ter uma oferta até maior, mais variável, para a gente poder reduzir o tempo de espera. Sempre lembrando que não vai ter uma fila do Ministério da Saúde. Vamos utilizar as filas que já são organizadas nos complexos de regulação dos Estados e dos municípios.

> ***"É um combo do cuidado. Você faz remuneração pelo conjunto dos exames necessários, de forma combinada. E só paga aquele valor se fizer aquilo num prazo determinado"***

Ministro, o senhor tem dito que a tabela do Agora tem Especialistas vai "enterrar" a tabela SUS, que é alvo de crítica histórica do setor. Quando isso vai ocorrer? A remuneração do programa passará a ser aplicada também ao SUS?

A gente começa com o Agora tem Especialistas a fazer um processo de superação do mecanismo da tabela SUS. Qual é a crítica que nós temos ao mecanismo da tabela SUS? Que faz a remuneração de forma fragmentada. Ou seja, é uma remuneração vinculada ao procedimento. Então, a pessoa precisa resolver um problema do coração, precisa fazer um diagnóstico do coração. Para isso, ela precisa fazer alguns exames de sangue, um ecocardiograma, às vezes tem de fazer uma cintilografia, um eletrocardiograma, até fechar um diagnóstico. A tabela SUS vai pagando esses procedimentos de forma fragmentada. Isso faz com que, às vezes, a pessoa tenha de fazer um exame e só vai fazer o outro 60 dias depois. Então, você não cuida da pessoa de forma integrada. O Agora tem Especialistas consolida a ideia de um combo. É um combo do cuidado. Você faz remuneração pelo conjunto dos exames necessários. Ele faz isso de forma combinada e só paga aquele valor se fizer aquilo num prazo determinado.

Então a tabela do Agora tem Especialistas também vai ser referência para remunerar os hospitais do SUS?

Sim, a tabela tanto do SUS, quanto da troca de dívidas (*dos hospitais por atendimento*). No caso do ressarcimento (*devido pelos planos de saúde*), já tem um índice que é chamado IVR (*Índice de Valoração do Ressarcimento*). Então, a gente vai usar o mesmo índice para não ter questionamento legal. E o IVR está dentro dessa tabela do Agora tem Especialistas. Tem alguns dos combos, inclusive, que a tabela paga um valor até maior do que o IVR, outros é mais ou menos o mesmo valor.

Na sua primeira passagem pelo Ministério da Saúde, o senhor teve como grande marca o programa Mais Médicos. O senhor considera que o Agora tem Especialistas tem potencial para ser uma nova grande marca, não só do senhor, mas do governo Lula?

Não estamos atrás de marca, mas estamos atrás de cumprir um compromisso que o presidente Lula apresentou durante a campanha eleitoral. Então, eu tenho essa missão que é implementar o Agora tem Especialistas, que é o sonho da vida do presidente Lula.

Nesse contexto, o senhor vai continuar no governo até o fim do mandato, ou é possível uma candidatura em 2026?

O meu compromisso com o presidente Lula e o meu plano de trabalho é ficar até o final deste governo. Fico mais honrado ainda de ter essa missão de botar em realidade aquilo que é um sonho da vida dele (*o programa Agora tem Especialistas*). Isso, para mim, é a principal tarefa política que eu preciso cumprir neste governo. ●

Governo que acelerar e ampliar o Teste do Pezinho

O governo federal quer expandir o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), ampliando a realização do exame conhecido como Teste do Pezinho no Brasil. As novidades foram apresentadas durante o evento Saúde na Rota Certa pela Prevenção, no Instituto Jô Clemente (IJC).

Haverá investimentos adicionais de cerca de R$30 milhões por ano, que representam um crescimento de 30% no auxílio federal. O objetivo é reduzir o tempo de espera pelo resultado dos testes.

Entre as demais medidas está o estabelecimento de um contrato direto com os Correios para transporte das amostras a diferentes cidades brasileiras, sobretudo no interior do País e em regiões remotas. A expectativa é de que a parceria reduza o tempo de espera pelo diagnóstico para cinco dias, metade do prazo atual. Serão investidos R$ 15,2 milhões só para o avanço na logística de distribuição dos resultados.

Além do aumento nos recursos, serão criados cinco novos centros macrorregionais de referência, organizados de forma a atender vários Estados. E ainda se prevê o incentivo financeiro para os Serviços de Referência em Triagem Neonatal e repasse mensal em áreas mais vulneráveis. ● LAYLA SHASTA

Oficina mobilidade ESTADÃO

Apresentado por:

bradesco seguros



Informações sobre a manutenção de direções hidráulica e elétrica.

Confira no Portal Oficina Mobilidade



estadaooficinamobilidade.com.br



Bradesco Seguro Auto

Especialista no seu carro

Patrocínio: bradesco seguros

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Viabilização: Mobilidade ESTADÃO

Realização: ESTADÃO 150

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 26/06

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
10% 19°	45% 21°	45% 15°	3MM	55 a 100%	16°/24°	16°/26°	14°/24°	14°/20°

SOL: NASCENTE 6h47 / POENTE 17h31

LUA NOVA

NOVA	25/06	7h31
CRESCENTE	02/07	16h30
CHEIA	10/07	17h36
MINGUANTE	17/07	21h37

Regiões do Estado de SP

Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)

Região	Chance de chuva	Volume	Temperaturas
RIBEIRÃO PRETO	0%	0mm	13°/29°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	2%	0mm	14°/30°
ARAÇATUBA	15%	1mm	16°/29°
PRESIDENTE PRUDENTE	37%	1mm	16°/28°
MARÍLIA	61%	6mm	14°/27°
BAURU	35%	2mm	14°/28°
ARARAQUARA	2%	0mm	13°/28°
CAMPINAS	13%	0mm	13°/28°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	13%	0mm	9°/28°
LITORAL NORTE	91%	6mm	18°/22°
SOROCABA	80%	9mm	12°/25°
SÃO PAULO	57%	3mm	13°/24°
LITORAL SUL	53%	0mm	18°/28°

Ondas: 27/06 — 2,5m / 1,5m / 1m

Precipitação Média: 100mm / 50mm / 25mm / 10mm / 5mm / 3mm / 1mm

Fonte dos dados: meteoblue®

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	70%	1mm	22°C/26°C
BELÉM	75%	5mm	24°C/30°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	15°C/25°C
BOA VISTA	70%	1mm	24°C/30°C
BRASÍLIA	0%	0mm	14°C/24°C
CAMPO GRANDE	45%	0mm	20°C/25°C
CUIABÁ	5%	0mm	23°C/29°C
CURITIBA	80%	13mm	10°C/17°C
FLORIANÓPOLIS	45%	3mm	14°C/16°C
FORTALEZA	35%	2mm	24°C/29°C
GOIÂNIA	0%	0mm	17°C/28°C
JOÃO PESSOA	40%	10mm	23°C/28°C
MACAPÁ	80%	4mm	25°C/30°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	85%	17mm	22°C/27°C
MANAUS	55%	6mm	25°C/30°C
NATAL	50%	1mm	23°C/28°C
PALMAS	0%	0mm	23°C/34°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	8°C/14°C
PORTO VELHO	35%	0mm	24°C/30°C
RECIFE	80%	6mm	23°C/28°C
RIO BRANCO	35%	2mm	20°C/26°C
RIO DE JANEIRO	10%	0mm	20°C/25°C
SALVADOR	45%	5mm	23°C/26°C
SÃO LUÍS	43%	4mm	25°C/31°C
TERESINA	10%	0mm	25°C/33°C
VITÓRIA	0%	0mm	18°C/27°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	11°C/18°C
ATENAS	+6h	30°C/38°C
BARCELONA	+5h	24°C/31°C
BERLIM	+5h	18°C/23°C
BRUXELAS	+5h	16°C/24°C
BUENOS AIRES	0h	5°C/13°C
CARACAS	-1h	20°C/25°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	14°C/21°C
ESTOCOLMO	+5h	14°C/18°C
GENEBRA	+5h	17°C/28°C
JOANESBURGO	+5h	3°C/18°C
LIMA	-2h	16°C/19°C
LISBOA	+4h	16°C/32°C
LONDRES	+4h	16°C/25°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	17°C/27°C
MADRID	+5h	21°C/35°C
MIAMI	-1h	28°C/30°C
MONTEVIDÉU	0h	6°C/11°C
MOSCOU	+6h	12°C/18°C
NOVA YORK	-1h	19°C/31°C
PARIS	+5h	19°C/28°C
ROMA	+5h	24°C/36°C
SANTIAGO	-1h	2°C/11°C
SYDNEY	+13h	8°C/16°C
TEL-AVIV	+6h	22°C/28°C
TÓQUIO	+12h	24°C/30°C
TORONTO	-1h	17°C/27°C
WASHINGTON	-1h	23°C/37°C

Saúde

Comitê de vacinas americano estreia sob críticas por estudo falso

Especialistas notaram que slides que seriam apresentados citavam uma pesquisa que não existe; secretário de Saúde é contra vacina

WASHINGTON

O novo grupo de especialistas nomeado pelo secretário de Saúde dos EUA, Robert Kennedy Jr., para decidir os rumos da imunização no país, iniciou suas atividades sob críticas por citar, em uma apresentação, um estudo que não existe.

O Comitê Consultivo sobre Práticas de Imunização (Acip), reunido pela primeira vez na quarta-feira, assessora a principal agência de saúde dos EUA, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC). Na pauta estavam as vacinas com timerosal, um conservante à base de mercúrio presente em alguns imunizantes.

Lyn Redwood, enfermeira e ex-diretora da Children's Health Defense, organização antivacinas cofundada por Kennedy Jr., tinha uma apresentação ontem sobre o tema. Mas cientistas que analisaram os slides divulgados antecipadamente notaram que ela citava um estudo de suposta autoria de "RF Berman" intitulado Exposição neonatal a baixos níveis de timerosal: consequências a longo prazo no cérebro, de 2008. O artigo não existe.

Berman, da Universidade da Califórnia em Davis, publicou uma pesquisa naquele ano, mas em outra revista científica, e não encontrou relação do timerosal com autismo. A apresentação foi cancelada e substituída, sem explicações.

ANTIVACINA. Segundo o *The New York Times*, "ficou claro que os céticos painelistas pretendiam anular as recomendações de vacinação de longa data nos EUA, especialmente as referentes às crianças". Kennedy Jr., conhecido pelo posicionamento antivacina, destituiu os 17 membros do grupo anteiror. Ele os acusou de conflitos de interesses financeiros. Ontem, acusou a Gavi, organização internacional que lidera esforços da imunização de crianças, de "ignorar a ciência".

Ele afirmou que os EUA vão retirar o apoio financeiro à Gavi. A declaração foi feita em vídeo enviado a autoridades globais, que estavam reunidas para discutir o apoio à organização. "Quando surgem questionamentos sobre a segurança das vacinas, a Gavi não trata isso como um problema de saúde dos pacientes, mas como um problema de imagem", disse Kennedy Jr., sem apresentar nenhuma prova. ● NYT

Aparelhamento
Robert Kennedy Jr., conhecido pela posição antivacina, destituiu os 17 membros do grupo

SÃO PAULO RECLAMA

Recapeamento apaga sinalização viária

Reclamação de Carlos Benzoni: "Há aproximadamente um ano, eu solicitei à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) a implementação de vaga para carga e descarga na frente de minha empresa na Rua Filipe Camarão, no Tatuapé, pois estava muito difícil para os caminhões descarregarem as mercadorias. Seguindo orientação da CET, precisei contratar uma empresa que faria o estudo de viabilidade e a colocação das sinalizações, tudo sob minhas custas. Após tudo feito, realizaram a pintura de faixas no solo e a colocação das respectivas placas. Recentemente, a rua de minha empresa foi recapeada e consequentemente as faixas apagadas e coincidentemente as placas sumiram. Preciso que as faixas sejam repintadas e as placas colocadas novamente no lugar."

Resposta da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET): "A CET se encarregará de fazer os devidos ajustes na área." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Correio Paulistano

Completou hontem essa folha 24 annos de existencia, o que é para seu digno proprietario verdadeiro motivo de jubilo. ●

CORREÇÕES

Primeira Página. Diferentemente do publicado no texto da manchete de ontem (26/6), a taxação de 5% das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e do Agronegócio (LCAs), além da alíquota única de 17,5% de IR para títulos públicos e CDBs, independentemente de prazo de aplicação, não foi derrubada pelo Congresso, pois foi estabelecida por medida provisória, não no decreto do IOF.

Corinthians-Vai de Bet. O ex-diretor jurídico Yun Ki Lee alega em sua defesa que "fez tudo para preservar os interesses do clube" e que o despacho com seu indiciamento é uma "peça rasa, antijurídica e contrária aos elementos dos autos". A posição do seu advogado, Eduardo Pizarro Carnelós, não constou da reportagem publicada na página A18 de 25/5.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Beatriz e Jorge, Cecilia e Hamilton (in memoriam), Maria e Ivo, Caio e Mara, Francisco de Paula (Kiko) e Valéria, netos e bisnetos, comunicam o falecimento da amada e inesquecível

† **Maria Flora Hehl Simões Vicente de Azevedo**

ocorrido no último dia 22, agradecem as manifestações de pesar recebidas e convidam para a Missa de Sétimo Dia a ser celebrada no dia 30/06/2025, às 12:00, na Paróquia São José, R. Dinamarca, 32 - Jardim Europa, São Paulo

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a).

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Tragédia

‘Se chovesse mais, morreríamos junto’, diz socorrista

Alpinistas voluntários que resgataram Juliana Marins relatam situação dramática na área da queda, na Indonésia

GIOVANNA CASTRO

O alpinista voluntário Agam Rinjani, que participou do resgate da brasileira Juliana Marins no monte Rinjani, na Indonésia, afirmou que as condições climáticas na região realmente eram desafiadoras e extremas, como informou o governo da Indonésia e a embaixada brasileira no país.

Em live feita na sua conta no Instagram, ele contou que o terreno em que o corpo da jovem foi encontrado era instável e colocou até mesmo a sua vida, a de outro voluntário, Tyo Survival, e da equipe oficial de resgate da Indonésia em risco. Além disso, fazia muito frio e chovia na região.

Agam disse que “não sabe como eles conseguiram resistir” e que estava “muito, muito frio”. “Se chovesse um pouco mais, morreríamos junto. Podíamos cair a qualquer momento. A situação é muito trágica e ficou na memória do Agam. Foi muito duro. Várias vezes, o suporte de quem estava lá no topo (*do penhasco*) desabou. Isso provocou a queda de pedras e areia. Só por misericórdia de Deus eles não morreram”, disse a tradutora.

O grupo conseguiu chegar até Juliana e constatar a morte na terça. Mas precisaram dormir no local para que o corpo fosse içado e eles pudessem retornar anteontem, pois as condições climáticas não eram favoráveis para a subida. “Nós passamos a noite inteira na beira de um penhasco íngreme de 590 metros, com o corpo, por uma noite. Instalamos uma âncora para não deslizarmos mais 300 metros”, afirmou Agam.

O outro voluntário, Tyo Survival, publicou um vídeo deles deitados no penhasco. “Depois de garantir que a vítima havia morrido, nossa equipe de voluntários a protegeu e passou a noite em um penhasco vertical íngreme com condições rochosas instáveis a 3 metros da vítima, enquanto esperava outra equipe para retirá-la de cima”, escreveu.

O que diz a família

Agradeceu a eles que, com coragem, se dispuseram a colaborar ‘para que o resgate fosse agilizado’

FAMÍLIA. Também no Instagram, a família de Juliana agradeceu aos voluntários. “Somos extremamente gratos a eles que, com coragem, se dispuseram a colaborar para que o resgate de Juliana fosse agilizado”, publicaram.

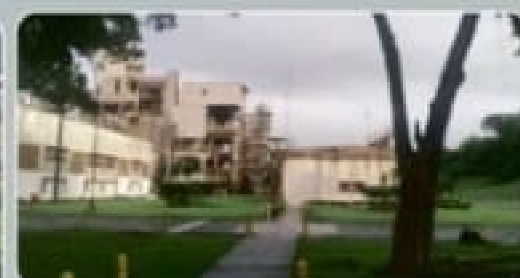
Anteriormente, a família acusou o Parque Nacional do Monte Rinjani, e mais especificamente o governo da Indonésia, de “negligência”. “Se a equipe tivesse chegado até ela dentro de um prazo estimado de 7 horas, Juliana ainda estaria viva”, afirmou em postagem nas redes sociais.

O acidente ocorreu na sexta-feira, mas o socorro só chegou ao local onde a brasileira estava, com a ajuda dos voluntários, na terça. Nas primeiras imagens captadas por turistas e por meio de um drone, Juliana apareceu se movendo. Mas quando os socorristas chegaram a ela, já estava morta. ●

LEILÃO ONLINE
IMÓVEL E COMPLEXO INDUSTRIAL EM CANDEIAS/BA
ÁREA TERRENO: 1.007.115,50M² | ÁREA EDIFICADA: 14.486,40M²
OPORTUNIDADE ÚNICA



*IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS





LANCE INICIAL:
R$ 300.000.000
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO
12/08 ÀS 15H
LEILÃO ONLINE

Localização: Via das Torres, s/nº, Distrito Industrial, Candeias/BA, CEP 43813-100. Bem imóvel e todo complexo de sistema integrado de unidades industriais destinado ao processo produtivo de Hidroxipropilmetilcelulose (HPMC), compreendendo todo o maquinário vinculado à produção, conforme relação detalhada em documento anexo ao edital. Uma gleba de terras com área total de 1.007.115,50 m², sobre a qual foram erigidos diversos prédios que somam aproximadamente 14.486,40 m² de área edificada. O complexo é composto por prédios destinados a diferentes finalidades, incluindo: administração, balança de veículos, portaria, bombas de combate a incêndio, sistema de efluentes, compressor de ar, laboratório, refeitório, gases, administração principal, engenharia, armazenamento de produto final, manutenção, além de diversos galpões e outras edificações de menor porte. O bem está melhor descrito e caracterizado na Matrícula nº 1.512 do 1º CRI de Candeias/BA. Cadastro ou inscrição imobiliária: 6300107292-9993. DESOCUPADO. Consulte o edital completo em: www.sodresantoro.com.br. Para esclarecer dúvidas: telefone (11) 2464-6460, WhatsApp (11) 97777-0753 ou E-mail: af@sodresantoro.com.br. O agendamento da visita será feito diretamente com o vendedor, conforme disponibilidade de datas e horários, e será acompanhado pelo Sr. Bruno, telefone: 71 99985-1118.

ESTRUTURA PRONTA E INTEGRADA PARA PRODUÇÃO DE HIDROXIPROPILMETILCELULOSE (HPMC), INCLUINDO GALPÕES, LABORATÓRIO, SISTEMA DE EFLUENTES, REFEITÓRIO, ÁREAS ADMINISTRATIVAS, ENTRE OUTRAS INSTALAÇÕES ESSENCIAIS. LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA NO DISTRITO INDUSTRIAL, COM MAQUINÁRIO VINCULADO À PRODUÇÃO INCLUSO.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Lula diz que vai alterar decreto e trazer brasileira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, na Favela do Moinho (SP), que vai substituir o decreto que impede o governo federal de custear o traslado do corpo, além de editar um novo decreto que permitirá trazer Juliana.

“Hoje pela manhã eu falei com o pai dela”, disse Lula. “Sei que muita gente está acompanhando pela internet o sofrimento dessa moça e da família. Portanto, nós vamos cuidar de todos os brasileiros, estejam onde estiverem.”

A irmã dela, Mariana, publicou no Instagram uma carta de despedida. “Você sempre foi a maior parceira do mundo, mesmo sendo avoadinha de tudo, sempre acreditando que todas as coisas sempre iam dar certo”, escreveu. “A gente sempre dizia que moveria montanhas uma pela outra, e daqui do Brasil, tentei mover uma lá na Indonésia por você. Desculpa não ter sido suficiente, irmã.”

NECROPSIA. Autoridades indonésias informaram que o corpo seria transferido ontem para uma ilha vizinha a Bali para a realização dos exames sobre causa e horário da morte. ●

Eufrázio



MUNDIAL DE CLUBES DA FIFA

City atropela a Juventus e faz melhor campanha da 1ª fase

Bom desempenho do time inglês, que ontem bateu os italianos por 5 a 2, deixa o exigente técnico Pep Guardiola orgulhoso e feliz

TONI ASSIS

Em um duelo em que apenas a ordem dos classificados estava em jogo, o Manchester City mostrou força e atropelou a Juventus por 5 a 2 ontem, no Camping World Stadium, em Orlando. Única equipe com 100% de aproveitamento no Mundial de Clubes, os ingleses asseguraram a liderança do Grupo G e os italianos avançaram na segunda posição.

Nas oitavas de final, que terão nove clubes europeus, Manchester City e Juventus vão enfrentar os times do Grupo H. O Real Madrid venceu o RB Salzburg, da Áustria, por 3 a 0 gols de Vinícius Júnior, Valverde e Gonzalo García e vai enfrentar a Juventus de Turim na terça-feira, às 16h, em Miami. Já o Manchester City terá como adversário o Al-Hilal na segunda-feira, às 22h, em Orlando. O time da Arábia Saudita bateu o Pachuca, do México, por 2 a 0, gols de Salem Al-Dawsari e de Marcos Leonardo.

O Manchester City, que pode pegar o Fluminense nas quartas pela ordem do chaveamento, termina esta etapa ainda com a melhor campanha da competição. Além dos três resultados positivos, o conjunto azul tem também o melhor ataque (13 gols marcados e apenas dois sofridos).

Após a partida, Pep Guardiola festejou a goleada e ainda mira evolução. "Hoje, os jogadores souberam como atuar e estamos confiantes de novo. A confiança vem do desempenho e não do passado."

Elogios
Técnico espanhol diz que Manchester City recuperou a 'energia' e a 'confiança' dentro do torneio

Mesmo entrando em campo com a vaga para as oitavas de final já garantida, o treinador não abdicou de colocar o seu time no ataque. "Readquirimos a energia. Conversamos bastante e passamos bons momentos juntos (desde que desembarcaram nos EUA). Esse é o caminho. Percebi que os atletas se sentiram dentro da partida", afirmou.

PHELAN EBENHACK/AP



Bernardo Silva e Haaland comemoram o gol do atacante norueguês

A alegria de Guardiola pelo resultado elástico teve também um outro motivo: poder contar com Rodri desde o início. O meio-campista, que se recuperou de uma lesão grave no joelho, esteve em campo por 60 minutos e foi substituído no segundo tempo por Gündogan.

"O Rodri é fantástico. Ele tem muita personalidade e sabe muito bem o que fazer com a bola. A volta dele é uma ótima notícia", afirmou Guardiola, que também dedicou elogios a Haaland e Savinho.

"O Haaland é um finalizador como poucos. Foi fundamental. O Savinho também foi um dos destaques e marcou um belo gol. O time está de parabéns", enfatizou Guardiola.

O JOGO. Em campo, o City abriu o placar aos oito minutos com Doku, que cortou a marcação e bateu no canto de Di Gregorio. A Juventus empatou aos dez após um erro do goleiro brasileiro Ederson – ele saiu jogando errado e Koopmeiners marcou.

O segundo gol do time inglês não demorou a sair. Savinho achou o português Matheus Nunes na direita. Ele entrou na área e cruzou rasteiro. Sozinho no lance, o zagueiro Kalulu fez gol contra: 2 a 1.

No segundo tempo, Guardiola colocou Haaland, que fez 3 a 1 aos seis minutos, após cruzamento de Matheus Nunes; aos 23, Akanji tirou o goleiro e tocou para Foden, sozinho, fazer o quarto gol; e aos 30 o brasileiro Savinho pegou rebote de fora da área e acertou lindo chute para marcar o quinto.

No fim, Vlahovic diminuiu o estrago e fez o segundo gol para a Juventus: final 5 a 2 para o Manchester City. ●

CAMINHO PARA O TÍTULO

Jogos são eliminatórios. Em caso de empate haverá prorrogação e, se necessário, pênaltis



No Palmeiras, Aníbal Moreno ainda é dúvida

GREENSBORO / EUA

Após perder o zagueiro Murilo com grave lesão muscular, a comissão técnica do Palmeiras vem se precavendo com o argentino Aníbal Moreno visando às oitavas de final do Mundial de Clubes com o Botafogo, amanhã, na Filadélfia. Ontem, o volante foi preservado de parte das atividades.

Apenas no treinamento de hoje, na Universidade da Carolina do Norte, em Greensboro, é que o retorno, ou não, do volante será decidido pelo técnico Abel Ferreira. Moreno já está curado do edema na coxa direita, mas vem treinando em intensidade mais baixa que os demais companheiros para evitar novo problema.

O Palmeiras usou as atividades do dia para ajustar a estratégia que utilizará diante do Botafogo no Lincoln Financial Field, em jogo marcado para amanhã, às 13h (horário de Brasília), com previsão de forte calor na hora do início da partida – a temperatura deverá ultrapassar a marca dos 30º C.

Abel Ferreira aproveitou o treino para aprimoramento tático – o técnico português ensaiou o que o time deve fazer em campo reduzido e cobrou constante movimentação de seus comandados. ●

MUNDIAL DE CLUBES DA FIFA

Criticados no País, árbitros brasileiros se destacam no Mundial

Wilton Sampaio e Ramon Abatti têm sido elogiados; postura dos jogadores e suporte da Fifa são fatores que favorecem o trabalho

RICARDO MAGATTI
ENVIADO ESPECIAL
FILADÉLFIA



CHRIS CARLSON/AP

Abatti Abel, em jogo do Real; atuação definida como 'impecável'

Ramon Abatti Abel e Wilton Pereira Sampaio, os brasileiros escalados para apitar jogos do Mundial de Clubes, têm sido elogiados por especialistas em arbitragem por suas atuações no torneio e são bem avaliados pela Fifa. Criticados no Brasil, ambos tiveram bom desempenho nas duas partidas que apitaram. O catarinense Ramon esteve em Manchester City 2 x 0 Wydad Casablanca e Real Madrid 3 x 1 Pachuca; o goiano Wilton trabalhou em Monterrey 1 x 1 Inter de Milão e RB Salzburg 0 x 0 Al-Hilal.

O trabalho de Ramon na vitória do Real sobre os mexicanos, em jogo da segunda rodada, foi descrito como "impecável" pelo Archivo VAR, um perfil espanhol nas redes sociais que faz análises da arbitragem.

No jogo, o brasileiro expulsou o defensor Raúl Asencio, do time espanhol, e acionou pela primeira vez no torneio o protocolo antirracismo após queixa do zagueiro Rudiger. O juiz fez o gesto de "X" com os braços, para registrar o episódio, como prevê a regra no artigo 15, presente no Código Disciplinar da Fifa desde maio.

Mas por que Ramon e Wilton são contestados em jogos do Brasileirão e enaltecidos no Mundial? Há algumas explicações. As principais estão ligadas à postura dos jogadores fora do Brasil e à preparação da Fifa, totalmente direcionada para um torneio de tiro curto como o Mundial.

"No Mundial de Clubes, o jogo é só técnico, não exige na parte disciplinar. Isso ajuda nas decisões do árbitro", opina o ex-árbitro Sálvio Spínola, comentarista da TV Record. "O ambiente é melhor, tem menos pressão na gestão e nas escalas. Há um processo de concentração plena, árbitros ficam no hotel em dedicação exclusiva, só pensando na arbitragem, no jogo. Com orientações e treinos diários."

APOIO. De fato, antes e depois dos jogos do Mundial os árbitros têm reuniões diárias, com análises dos lances dos jogos que apitam, e recebem mais suporte do que, por exemplo, da CBF, que promete há décadas a profissionalização dos juízes no País.



NORTH AMERICA / GETTY IMAGES VIA AFP

Wilton Pereira Sampaio já é veteranos nos torneios da Fifa

"No Mundial de Clubes, o jogo é só técnico, não exige na parte disciplinar. Isso ajuda nas decisões do árbitro. O ambiente é melhor, tem menos pressão na gestão e nas escalas. Há um processo de concentração plena"
Sálvio Spínola
Ex-árbitro, comentarista de arbitragem

"A Fifa dá toda a tranquilidade e o amparo quando você vai para competições internacionais. Esse apoio reflete no campo", considera Carlos Eugênio Simon, o brasileiro que mais apitou jogos de Copa do Mundo – trabalhou em 2002 (Japão/Coreia do Sul), 2006 (Alemanha) e 2010 (África do Sul).

Em competições como o Mundial, a Fifa leva quase 100 profissionais para auxiliar os árbitros, que têm um amparo semelhante ao dado aos atletas. Esses profissionais – médicos, psicólogos, nutricionistas, entre outros – ficam hospedados nos mesmos hotéis das equipes de arbitragem.

"Eles passaram por um seminário preparatório em que tudo foi ajustado, a preparação foi ajustada. Portanto, não contamos apenas com a tecnologia para ter bons desempenhos dos árbitros em campo. Estamos trabalhando duro", disse o italiano Pierluigi Collina, chefe do Comitê de Arbitragem da Fifa.

No Mundial, são 35 árbitros de 33 nacionalidades na lista divulgada pela Fifa. Já os responsáveis pelo VAR são 24, de 22 países.

A mentalidade, dizem ex-árbitros, também é diferente para quem trabalha em Mundial ou Copa do Mundo, uma vez que uma falha grave tira o juiz da competição. No Brasileirão, os profissionais costumam ir pra "geladeira", mas depois voltam a apitar.

PRÓXIMO PASSO. Ramon e o Wilton estão pré-selecionados para a Copa do Mundo de 2026, assim como Raphael Claus (Fifa/SP), que esteve no Mundial do Catar.

Wilton, de 44 anos, tem mais experiência que Ramon, de 35. O goiano foi escalado para a Copa do Catar, na qual apitou quatro partidas, incluindo as quartas de final entre Inglaterra e França. Na Copa de 2018, na Rússia, trabalhou como árbitro de vídeo. Ele está em sua oitava competição da Fifa.

É esperado que um dos brasileiros apite um jogo das oitavas de final, que será aberta amanhã com Palmeiras x Botafogo. A Fifa ainda divulgará a escala. ●

Futebol

Al-Nassr anuncia a renovação de contrato do astro Cristiano Ronaldo até 2027

O craque português Cristiano Ronaldo permanecerá no Al-Nassr, da Arábia Saudita. O clube anunciou a renovação de contrato pelas redes sociais. O vínculo do jogador foi prorrogado até o ano de 2027. O atleta está no Al-Nassr desde 2023, com 111 partidas, 99 gols e 19 assistências. Na carreira, o português busca o milésimo gol, já que possui 938 gols oficiais. ●

Libertadores

Bobadilla, do São Paulo, é multado pela Conmebol por caso de xenofobia

A Conmebol multou Damián Bobadilla, do São Paulo, acusado de xenofobia contra Miguel Navarro, do Talleres. O volante teria chamado o adversário de "venezuelano morto de fome", no jogo entre as equipes pela Libertadores, em 27 de maio. O valor da sanção é de US$ 15 mil (R$ 83,34 mil), que será descontado do que seria repassado pela Conmebol ao clube. ●

Tênis

João Fonseca perde para Taylor Fritz em Eastbourne antes de ir para Wimbledon

João Fonseca voltou à quadra central do ATP 250 de Eastbourne ontem, após ter seu jogo suspenso por falta de iluminação natural na noite de quarta. E, na retomada da partida contra o americano Taylor Fritz, o brasileiro de 18 anos foi superado por 2 sets a 1, com parciais de 6/3, 6/7 (5/7) e 7/5. Agora, Fonseca se prepara para o Torneio de Wimbledon, em Londres. No feminino, Bia Haddad perdeu para Jasmine Paolini, nº 4 do mundo, e caiu nas quartas de final em Bad Homburg. ●

GLYN KIRK/AFP


Vôlei

Seleção masculina bate China reserva e se prepara para encarar Itália e Polônia

Em jogo válido pela Liga das Nações de Vôlei, a seleção brasileira masculina venceu ontem os reservas da China por 3 sets a 0, parciais de 25/22, 25/16 e 25/23, em Chicago, nos EUA. Com cinco vitórias em seis jogos, o Brasil se prepara para enfrentar dois adversários difíceis: Itália, amanhã às 18h (horário de Brasília), e Polônia no domingo, no mesmo horário. ●

O MELHOR DA TV

SURFE
● Circuito Mundial - WSL
Etapa de Saquarema
7h / SporTV 3

MOTOVELOCIDADE
● Mundial - etapa de Assen
Treinos livres da Moto3, Moto2 e Moto GP
8h15, 9h05 e 10h / ESPN 4

FÓRMULA 1
● GP da Áustria
Treinos livres
8h30 e 12h / BandSports

FÓRMULA 2
● Etapa da Áustria
Classificação
11h / BandSports

VÔLEI
● Liga das Nações Masc.
Argentina x Irã
11h20 / SporTV 2
China x Itália
17h50 / SporTV 2
Canadá x Polônia
21h20 / SporTV 2

FUTEBOL
● Amistoso Internacional Feminino
França x Brasil
16h / SporTV
● Série B
Criciúma x Avaí
19h / ESPN

Eufrázio

Pesquisa

Nanopartículas são usadas contra o câncer de mama

Trabalho de cientistas brasileiros feito com camundongos revela redução de até 50% dos tumores de mama

SÍLVIA BENTO / FIOCRUZ MINAS



Pesquisador Carlos Eduardo Calzavara, da Fiocruz, no laboratório

ROBERTA JANSEN

Um estudo brasileiro trouxe resultados promissores em um tratamento inédito para câncer de mama. Pesquisadores da Fiocruz Minas concluíram mais uma etapa do trabalho que avalia o uso de nanopartículas de óxido de ferro no combate a tumores. Os resultados mostraram que a terapia consegue reduzir o crescimento das células cancerígenas e também evitar que se espalhem para outros órgãos.

As descobertas foram publicadas na revista *Cancer Nanotechnology*. O estudo foi realizado somente com animais e tem ainda algumas etapas pela frente até chegar ao estágio dos testes clínicos. Mas a expectativa é de que, dentro de 3 a 5 anos, a terapia comece a ser testada em humanos. O câncer de mama é o de maior incidência entre as mulheres e também o que mais mata.

As nanopartículas são partículas tão pequenas que caberiam até mil delas na cabeça de um alfinete. Elas são capazes de transpor facilmente a membrana das células, carreando substâncias necessárias para o tratamento de alguma doença ou mesmo capazes de estimular o sistema imunológico.

No trabalho, camundongos com câncer de mama foram separados em dois grupos. Apenas um deles recebeu a terapia. Os cientistas verificaram que, nos que receberam o tratamento, houve aumento das células de defesa capazes de matar células cancerígenas e redução de até 50% dos tumores.

Foi observada redução dos neutrófilos, célula que favorece a progressão do câncer. Outra importante constatação do estudo foi que houve redução das molécula MCP-1, associada à formação de metástases no câncer de mama.

PROGNÓSTICO. Os cientistas analisaram os pulmões e o fígado dos camundongos, órgãos frequentemente acometidos por metástases, e constataram que havia bem menos focos tumorais. "Em uma análise anterior, havíamos visto que as nanopartículas impossibilitam o crescimento do tumor", diz o coordenador do estudo, Carlos Eduardo Calzavara, que assina o trabalho junto com Camila Sales do Nascimento.

As nanopartículas, diz o cientista, "despertam" o sistema imune, fazendo com que ele reconheça a ameaça e comece a reagir, destruindo as células anômalas. "Há muitas recidivas, ou seja, situações em que o câncer reaparece; há também casos de resistência ao tratamento e pacientes que não suportam as terapias atualmente disponíveis", afirma ele. "Tudo isso faz com que o câncer de mama continue matando muito, não só no Brasil como no mundo todo. Por isso, é tão importante expandir o leque terapêutico."

De acordo com dados do Ministério da Saúde, a estimativa é de que o Brasil tenha registrado 73.610 novos casos de câncer de mama. No País, a incidência é de 66,4 casos para 100 mil mulheres. A mortalidade é de 12,3 para 100 mil. ●

LEILÃO DE IMÓVEL RURAL

VILA GERMANA, CAÇAPAVA/SP

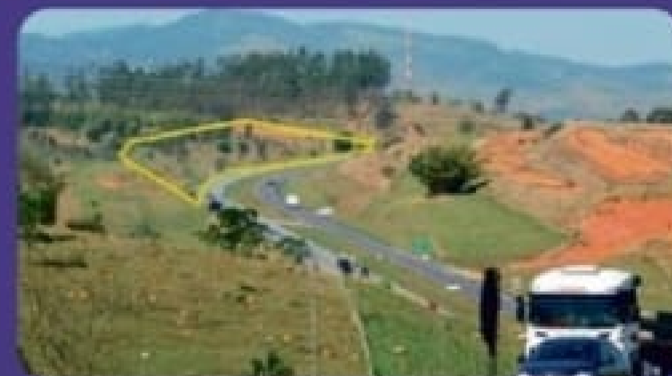


08/07 ÀS 11H00 LEILÃO ONLINE

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL

ÁREA TOTAL
264.341,92M²

LANCE INICIAL
R$6.000.000,00



GLEBA B DA FAZENDA BELA VISTA - LOCALIZADO ÀS MARGENS DA RODOVIA CARVALHO PINTO (KM 121) E FÁCIL ACESSO À DUTRA, FERROVIA MRS, AEROPORTO DE GUARULHOS E PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

IMÓVEL RURAL, Gleba B destacado da FAZENDA BELA VISTA Caçapava/SP. Vila Germana. Rodovia Carvalho Pinto, altura do KM 121. O terreno conta com uma área de 264.341,92m² ou 26,434192 hectares. Possui 180,00m de testada para a Rodovia Carvalho Pinto, gleba destituída de construções e benfeitorias, com acesso também pela Estrada Municipal Germana, possuindo topografia em declive leve a moderado, com superfície seca e com melhoramentos de eletrificação rural e arruamento. O imóvel está classificado junto a Prefeitura Municipal de Caçapava como sendo de Zona de Expansão Urbana - ZEU Sul 03 Rod. Carvalho Pinto. A região concentra a maior renda per capita do Brasil, com indústrias de alta tecnologia e mão de obra especializada de todas as áreas e segmentos. Com tipo de uso e ocupação de mista rural e residencial, a região conta com os seguintes melhoramentos públicos: rede de distribuição de água domiciliar, captação de esgotos e águas pluviais, energia elétrica (luz e força), telefone, coleta de lixo, serviços postais, limpeza e conservação viária., melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 19.988 do Registro de Imóveis da Comarca de Caçapava/SP. Inscrição Municipal: 40.001.071-4. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Emerson (setor de imóveis), no telefone: (11) 2464-6400 - Ramal 6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

MILAN LEILÕES
41 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS **E&N**
SEXTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Tributos Crise entre Poderes

Governo tenta evitar corte maior de gastos após derrota no IOF

Após votação no Congresso, equipe econômica estuda alternativas para compensar arrecadação com outras receitas, mas analistas já vislumbram mudança de meta fiscal

O governo estuda saídas para evitar um congelamento maior de gastos após sofrer derrota no Congresso com a derrubada do decreto que aumentava o IOF. Integrantes do governo e analistas ouvidos pelo **Estadão** dizem que algumas medidas podem amenizar ou até mesmo neutralizar os efeitos da derrubada do decreto em 2025, mas a alta de gastos sem receitas suficientes vai pressionar mais o Executivo no fim deste ano e em 2026, ano de eleições.

A equipe econômica esperava arrecadar R$ 12 bilhões com o IOF em 2025. Até o momento, o governo congelou R$ 31,3 bilhões em gastos para cumprir a meta de resultado primário (receitas menos despesas, sem contar os juros) e o arcabouço fiscal (que impõe um teto de gastos). A meta é zerar o déficit em 2025, com tolerância de um déficit de R$ 31 bilhões.

"Vamos buscar uma solução para evitar um cenário mais drástico na execução orçamentária", disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron. Segundo ele, o governo terá entre duas e três semanas para encontrar uma solução até a divulgação do próximo relatório bimestral de receitas e despesas, em 22 de julho.

Uma das saídas apontadas por especialistas está no petróleo. O Ministério de Minas e Energia estima que o setor pode aumentar a arrecadação em R$ 15 bilhões este ano com a venda de petróleo do pré-sal em áreas que são contíguas às do regime de partilha na Bacia de Santos. Outros R$ 3 bilhões adicionais em renda do petróleo devem entrar no caixa do governo com o leilão realizado ontem do óleo da União sob responsabilidade da Pré-Sal Petróleo (PPSA). Mas Ceron disse que a incorporação dessas receitas do petróleo ainda é vista com ressalvas pela equipe econômica.

META DE 2026. Especialistas apontam que o risco maior está na meta de 2026, que é gerar um superávit de R$ 34,3 bilhões, admitindo um déficit zero como tolerância. "A alteração da meta fiscal de 2026 em agosto, quando do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, torna-se ainda mais provável", afirmou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

"As consequências são maiores para a elaboração do Orçamento de 2026, a ser entregue em agosto, que precisa da receita do decreto derrubado e da Medida Provisória 1.303/25, também sob forte ameaça de ter destino semelhante à mudança do IOF", diz o economista Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, ao falar de medida que aumenta a tributação sobre aplicações financeiras e bets.

Juntando todos os gastos que impactam o endividamento público, o governo projeta que terá um déficit de R$ 97 bilhões em 2025. O resultado, porém, poderá ser ainda pior, na avaliação do economista Camillo Bassi, do Ipea.

O governo contratou até o fim do ano R$ 147,8 bilhões em despesas primárias, incluindo Previdência Social e Bolsa Família, com o dinheiro de receitas financeiras, incluindo o endividamento, e não com impostos e contribuições tradicionais. Quando isso acontece, o resultado do final do ano é impactado, porque há um desequilíbrio. ● DANIEL WETERMAN, ALVARO GRIBEL e MARIANA CARNEIRO/BRASÍLIA

ALCOLUMBRE PEDIU VOTAÇÃO A MOTTA PARA CONSEGUIR SAÍDA DE SILVEIRA. PÁG. B2

LEILÃO EXCLUSIVO DE FINANCEIRAS
É HOJE! 27/06 ÀS 14H
SOMENTE ONLINE


YAMAHA YBR150 FACTOR E 18/18


CITROEN C3 GLX 14 FLEX 11/11


YAMAHA FZ25 FAZER 22/23


CHEVROLET CAPTIVA SPORT 2.4 12/12


CHEVROLET PRISMA 10MT JOYE 19/19

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!
ATENÇÃO!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE
B2Capital



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.


SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192



Celso Ming celso.ming@estadao.com

As trombadas no Congresso

Meio ano já se foi, mas com mais oportunidades perdidas do que com conquistas alcançadas. A maior frente de desencontros é política, como as trombadas com o Congresso, no caso da derrubada do IOF, acabam de reconfirmar.

O principal problema da economia não enfrentado foi o do rombo das contas públicas. A dívida bruta alcançou 76,2% do PIB em abril. O compromisso do governo de zerar o déficit está sendo sabotado pelo próprio governo, que se recusa a cortar despesas e teima em aumentar impostos – apesar da forte oposição da sociedade e dos políticos.

O comportamento da inflação está melhor, mas ainda muito acima do centro da meta, de 3% em 12 meses, com 1,5 ponto porcentual de tolerância, para cima ou para baixo. As projeções do mercado, como aponta a Pesquisa Focus, são de que o ano terminará com inflação em 5,3%.

O Banco Central, que elevou os juros para os 15% ao ano – nível mais alto desde 2006, para enxugar moeda, segue trabalhando sozinho no controle da inflação.

Há, ainda, outras fontes de inflação, como o tarifaço do presidente Trump; os conflitos no Oriente Médio; e, no Brasil, a atividade econômica acima da capacidade atual de produção.

Com base nisso, o avanço do PIB nessa temporada de 2025 deve situar-se em torno dos 2,5%, abaixo dos 3,4% registrados em 2024, mas um bom resultado, principalmente por conta do excelente desempenho do agro.

BOLETIM FOCUS

PROJEÇÕES DO MERCADO PARA 2025

IPCA (VARIAÇÃO % SOBRE ANO ANTERIOR)	5,24
PIB (VARIAÇÃO % SOBRE ANO ANTERIOR)	2,21
CÂMBIO (R$/US$)	5,72
SELIC (% AO ANO)	15,00
BALANÇA COMERCIAL (US$ BILHÕES)	74,00
INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS (US$ BILHÕES)	70,00
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)	65,80

FONTE: BANCO CENTRAL /INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Também em consequência da alentada atividade econômica, o desemprego segue em baixa.

O melhor desempenho da economia continua sendo o das contas externas. A balança comercial (exportações menos importações) aponta para um superávit de US$ 74 bilhões. No acumulado do ano, até a terceira semana de junho, as exportações cresceram 0,5% na comparação com o mesmo período do ano passado e somaram US$ 156,9 bilhões. Além disso, a guerra entre Israel e Irã pode contribuir para o aumento da exportação de petróleo do País mais à frente.

O alto nível dos juros também vem atraindo capital estrangeiro de curto prazo interessado nas operações de arbitragem com juros, que consiste no levantamento de recursos no exterior a custos mais baixos para reaplicação no Brasil a uma remuneração maior. A entrada de Investimento Direto no País está estimada em US$ 70 bilhões.

As tensões nos próximos meses devem se redobrar por conta dos conflitos políticos internos. A campanha eleitoral já começou. Uma eventual vitória do presidente Lula em 2026 tenderia a acentuar o descompasso com o Congresso. Se hoje o governo já enfrenta enorme oposição, pode-se imaginar o que aconteceria a partir de 2027, se as forças de centro-esquerda perderem ainda mais votos. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Tributos **Crise entre Poderes**

Alcolumbre pediu votação a Motta para conseguir saída de Silveira

Em troca, presidente da Câmara solicitou que o Senado votasse a proposta de aumento do número de deputados

MARIANA CARNEIRO
VERA ROSA
BRASÍLIA

A decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de convocar deputados para votar a derrubada do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) teve como origem pedido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e a insatisfação dele com a permanência de Alexandre Silveira no Ministério de Minas e Energia. Não é de hoje que Alcolumbre cobra a demissão de Silveira.

Interlocutores do presidente do Senado atribuem a ele o pedido para que Motta levasse projeto de decreto legislativo à plenário contra o IOF antes do prazo combinado com o governo Lula. A mesma informação chegou ao Palácio do Planalto. Em troca, Alcolumbre se comprometeu a votar o aumento do número de deputados, de 513 para 531.

A votação no Congresso em uma semana de recesso informal, por causa das festas juninas, pegou de surpresa articuladores políticos do presidente Luiz Inácio da Silva e até mesmo da oposição. O governo sofreu uma forte derrota. Procurados, Alcolumbre e Motta não quiseram se manifestar.

A queda de braço entre o presidente do Senado e Silveira se estende desde o ano passado. Como mostrou o **Estadão**, os dois romperam após o grupo liderado por Alcolumbre no Senado se sentir traído por Silveira no ministério.

A indicação do ministro foi feita por Alcolumbre e pelo então presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o apoio de um consórcio de líderes partidários, que incluiu Eduardo Braga (MDB-AM) e Otto Alencar (PSD-BA).

O episódio mais recente de insatisfação de Alcolumbre com Silveira veio na semana passada, durante a votação dos vetos de Lula na área de energia, que resultaram em um aumento de 3,5% nas contas de luz.

O presidente do Senado afirma que Silveira convenceu o chefe da Casa Civil, Rui Costa, de que o acordo pela derrubada dos vetos era ruim. Costa tentou até o último momento evitar a votação dos vetos e, após a derrota, passou a trabalhar em uma medida provisória para reverter a decisão do Congresso.

Apesar da opinião de Costa, a base governista aceitou o acordo e votou em peso pela derrubada do veto de Lula.

Disputa

Grupo de Alcolumbre, que indicou Silveira à pasta de Minas e Energia, se sente traído pelo ministro

O resultado da votação, porém, foi negativo na opinião pública, uma vez que aumentará a conta de luz de todos os consumidores para atender a lobbies empresariais.

Alcolumbre acredita que Silveira e a posição do Ministério de Minas e Energia contra os "jabutis" ajudaram a construir essa percepção negativa sobre o Congresso. Em meio à troca de acusações sobre de quem é a culpa pelo aumento nas contas de luz, o presidente do Senado pediu ao colega da Câmara que pautasse o decreto do IOF nesta semana, antes do prazo dado por Motta ao governo.

Ainda que o prognóstico da votação fosse negativo, dada a aversão dos parlamentares a qualquer aumento de impostos, auxiliares de Lula e líderes do PT no Congresso esperavam que a votação do IOF só ocorresse após a equipe econômica apresentar a sua proposta de corte nos gastos tributários.

POR UM FIO. Silveira está há meses por um fio. Segundo pessoas próximas ouvidas pelo **Estadão**, a sua saída já foi tratada por Lula em mais de uma ocasião em conversas com Alcolumbre e parlamentares. Após a viagem de Lula à França, era esperado que o presidente encerrasse o impasse que está bloqueando também a agenda de votações no Senado e a indicação para agências reguladoras e autarquias. ●

Para lembrar

Entenda o vaivém do IOF e o que ainda está valendo

● **Decreto**
O Congresso derrubou na quarta-feira o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que gerou polêmica e que, pela proposta original, atingia previdência privada, câmbio, o chamado 'risco sacado' e crédito para as empresas.

● **1.º recuo**
Horas depois do anúncio, em 22 de maio, o governo foi acusado de tentar uma forma de controle de capitais, com a tributação de investimentos de fundos no exterior. Com a pressão, voltou atrás nessa medida específica.

● **2.º recuo e compensação**
Com a união do setor produtivo e de parlamentares, que ainda estavam insatisfeitos com o decreto, o governo editou em 12 de junho um novo decreto – que atenuava o plano original para o imposto – e ainda uma medida provisória com novas taxações para compensar esse recuo. Na prática, a equipe econômica diminuiu a arrecadação prevista com o IOF, mas compensou essa perda com aumento de outros impostos. Foi esse segundo decreto que foi derrubado.

● **O que está mantido**
A MP, que está em vigor e ainda é analisada pelo Congresso, uniformiza em 17,5% as alíquotas de Imposto de Renda (IR) para aplicações financeiras em geral, como títulos públicos e CDBs – à exceção das incentivadas, como LCI e LCA. A medida, que só passa a valer em 2026, acaba com o escalonamento do IR por prazo: entre 15% (mais de dois anos de aplicação) e 22,5% (até 6 meses).

● **IR sobre LCI e LCA**
Pela MP, títulos incentivados, que até então eram isentos, passarão a ser tributados em 5%. A medida só será aplicada a partir de 2026, para os títulos que forem lançados desta data em diante. Todos os títulos já emitidos vão manter a isenção, inclusive se negociados no mercado secundário. A proposta afeta LCIs, LCAs, CRIs, CRAs, debêntures incentivadas, entre outros.

● **Tributação de bets**
Pela MP, o governo elevou de 12% para 18% a alíquota sobre a receita das plataformas de apostas online, as bets – retomando, então, a proposta original da Fazenda, quando a regulamentação do setor foi encaminhada ao Congresso.

● **CSLL e JCP**
A Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) passará a ter duas alíquotas: de 15% e 20%. A faixa de 9% deixa de existir e, com isso, aquelas empresas atualmente tributadas nesse patamar subirão para a faixa dos 15%. Essa medida afeta apenas instituições financeiras, como as fintechs. Já a alíquota de Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração paga pelas empresas a seus acionistas, passa de 15% para 20%.



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70 - NIRE nº 35.300.010.027

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

I - Data, Local, Hora: Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, às 11 horas, na sede da companhia, situada na Av. Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, São Paulo/SP. **II - Convocação:** Assembleias regularmente convocadas por edital publicado no caderno Empresarial do jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 09 (pg.06), 10 (pg.17) e 11 (pg.13) de abril de 2025 e no caderno Economia & Negócios do jornal O Estado de São Paulo, nas edições dos dias 09 (pg.B8), 10 (pg.B11) e 11 (pg.B9) de abril de 2025, nos termos do artigo 289 da Lei federal nº 6.404/1976. **III - Quórum:** Acionista representando 100% do Capital Social, conforme assinatura no Livro de Presença dos Acionistas (Livro nº 04 - Processo SEI nº 385.00000064/2025-17). Presente o acionista Fazenda do Estado de São Paulo, representado pela Procuradora do Estado Dra. BRUNA Tapié Gabrielli. **IV - Mesa:** Presidente: JÔNATAS Souza da Trindade, presidente do Conselho de Administração e VALDECIR Sarroche da Silva, secretário. Outros participantes: LIV Nakashima Costa, Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade; MARCOS Gerhardt Lindenmayer, representante do Conselho Fiscal da CETESB e JUCLEIA Gonçalves Rodrigues, representante da Russell Bedford GM Auditores Independentes SS. **V - Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária - 1.** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2.** Eleição do Conselho Fiscal, respectivos suplentes e fixação de sua remuneração. **Assembleia Geral Extraordinária - 1.** Alteração do artigo 8º, inclusão do artigo 52 e consolidação do Estatuto Social da CETESB; **2.** Ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração; **3.** Fixação da remuneração dos membros dos órgãos estatutários; e **4.** Outros assuntos de interesse da Sociedade. **VI - Manifestações: Assembleia Geral Ordinária -** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei federal nº 6.404/76. Ao acionista foram apresentados o Relatório da Administração e de Sustentabilidade, o Balanço Patrimonial, respectivas Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes (14 de março de 2025), e as manifestações favoráveis do Conselho de Administração (14 de março de 2025), do Comitê de Auditoria Estatutário (12 de março de 2025) e do Conselho Fiscal (17 de março de 2025). Tais documentos estão arquivados na sede da Companhia. Os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que se manifestou por meio do Parecer CODEC nº 015/2025 *(Processos Eletrônicos SEI nº 017.00085349/2025-45 e 017.00055732/2025-79)*. **VII - Deliberações: Assembleia Geral Ordinária -** O voto do acionista Fazenda do Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do supramencionado Parecer, assim a Senhora Procuradora decidiu: **ITEM 1 -** Aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando as manifestações favoráveis dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, e das informações do órgão técnico desta Pasta, que não apontaram nenhuma desconformidade. A auditoria independente "*RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES SS*" opina em seu Relatório, sem ressalvas, que essas "*apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil*". A empresa auferiu um lucro líquido no exercício de 2024, de R$ 40,2 milhões, que, conforme proposta da Companhia e nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/1976, deverão ser deduzidos os prejuízos acumulados de períodos anteriores que se apresentam em R$ 132.018 mil passando a ser o de R$ 91.734 mil. **ITEM 2 -** Acolher a indicação, para compor o Conselho Fiscal, dos seguintes membros efetivos e respectivos suplentes: **Marcos Gerhardt Lindenmayer** (2º mandato - 1ª recondução), membro efetivo, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.***.*** - SSP/DF e CPF/MF nº 006.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - apto ** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***; e seu respectivo suplente: **Roberto César de Oliveira Viégas** (3º mandato - 2ª recondução), brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 025.***.***.***-* - SSP/MA e CPF/MF nº 272.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, Bloco *** - apto *** - ******* - Brasília - DF, CEP: *****-***; **Roberto Antonio Diniz** (2º mandato - 1ª recondução), membro efetivo, brasileiro, casado, militar da reserva, portador da cédula de identidade RG nº 8.***.***-* - SSP/SP e CPF/MF nº 968.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - apto ** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***; e seu respectivo suplente: **Valter de Oliveira** (1º mandato), brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 9.***.***-* - SSP/SP e CPF/MF nº 004.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - apto ** - ******* - Itapetininga - SP, CEP: *****-***; **Michel Minerbo** (2º mandato - 1ª recondução), membro efetivo, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 18.***.***-* - SSP/SP e CPF/MF nº 297.***.***-**, residente e domiciliado na Avenida *******, *** - apto ** - Bloco ** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***; e o seu respectivo suplente: **Juliana Velho** (1º mandato), brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 15.***.***-* - SSP/SP e CPF/MF nº 186.***.***-**, residente e domiciliada na Rua *******, *** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***; **Guilherme Muraro Derrite**, membro efetivo, brasileiro, casado, oficial da reserva, portador da cédula de identidade RG nº 26.***.***-* - SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 312.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - apto *** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***; e seu respectivo suplente **Rafael Ramos da Silva**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 36.***.***-* - SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 325.***.***-**, residente e domiciliado na Av. *******, **** - apto *** - ******* - Jundiaí - SP, CEP: *****-*** (ambos em 3º mandato - 2ª recondução); **Tzung Shei Ue** (1º mandato), membro efetivo, brasileiro naturalizado, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 13.***.***-* - SSP/SP e CPF/MF nº 022.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - apto ** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***; e seu respectivo suplente: **Gustavo Trein Ogawa** (3º mandato - 2ª recondução), brasileiro, casado, administrador, portador da cédula e identidade RG nº 27.***.***-* - SSP/SP e CPF/MF nº 277.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - ******* - Indaiatuba - SP, CEP: *****-***. As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 113/2025-CC-AG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade em sua 36ª reunião ocorrida em 16 de abril de 2025 (Processo SEI 017.00004051/2023-81, que trata da verificação do processo de indicação de membros para Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 01/2025). A investidura no cargo de Conselheiros Fiscal deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse, e suas remunerações são aquelas fixadas na Assembleia Geral Extraordinária, realizada conjuntamente nesta data. Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. **VIII - Manifestações: Assembleia Geral Extraordinária -** O item 1 da pauta da Assembleia Geral Extraordinária versa sobre a proposta de alteração do estatuto social para: (i) em cumprimento ao Decreto estadual nº 69.001, de 23 de outubro de 2024, que dá nova redação e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, adequar o artigo 8º, "caput", no que se refere a composição do Conselho de Administração, passando a vigorar com, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo (onze) membros, na forma do disposto no artigo 13, inciso I, da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016; e (ii) incluir no Capítulo "Disposições Gerais", o artigo 52, para dispor sobre a observância das regras previstas na Lei complementar 497, de 29 de dezembro de 1986, pertinente ao procedimento adotado para o pagamento de verba honorária de sucumbência aos advogados empregados da Companhia. **IX - Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária -** O voto do acionista Fazenda do Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do supramencionado Parecer, assim a Senhora Procuradora decidiu: **ITEM 1 -** Acolher as alterações pretendidas no estatuto social, aprovando a nova redação (i) e inclusão (ii) na forma apresentada a seguir: **(i) artigo 8:** Para: "ARTIGO 8º - *O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas.*"; **(ii) artigo 52:** "ARTIGO 52 - *Os órgãos da administração da Companhia poderão autorizar o pagamento da verba honorária de sucumbência a advogados empregados, observados os termos e condições previstos na Lei Complementar estadual nº 497, de 29 de dezembro de 1986 e as orientações da Procuradora Geral do Estado*". Em decorrência da deliberação deste item, a Senhora Procuradora aprovou a consolidação do estatuto social, nos termos do documento Anexo que passa a ser parte integrante desta Ata. **ITEM 2 -** Ratificar a eleição de membros do Conselho de Administração, conforme a seguir: **(i)** com base no Parecer CODEC nº 004/2025, a Senhora Procuradora ratificou a eleição, ocorrida na 611ª reunião do Conselho de Administração de 31/01/2025, do senhor **Thomaz Miazaki de Toledo,** brasileiro, casado, advogado/biólogo, portador da cédula de identidade RG nº 24.***.***-* SSP/SP e CPF/MF nº 303.***.***-**, residente e domiciliado na Rua *******, *** - apto ** - ******* - São Paulo - SP, CEP: *****-***, como membro do próprio Conselho na qualidade de Diretor-Presidente; **(ii)** com base no Parecer CODEC nº 008/2025, a Senhora Procuradora ratificou a eleição, ocorrida na 613ª reunião do Conselho de Administração de 14/03/2025, do senhor **Gustavo Carvalho Tapia Lira,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 27.***.***-* SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 270.***.***-**, residente à Rua *******, ***, ******* - São Paulo - SP - CEP: *****-***, como membro, em substituição a José Paulo Neves. **ITEM 3 -** Fixar a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, conforme disposto nos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei federal nº 6.404/1976, e artigo 40, caput, do estatuto social, que dispõe que a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral. Assim sendo, a Senhora Procuradora votou a fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Elegibilidade e do Comitê de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2024, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 21 de março de 2024. As declarações dos Senhores Conselheiros de Administração e Fiscal, encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **ITEM 4 -** Registrar que, até manifestação contrária, todas as publicações da Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. Finalmente, cumpre ressaltar que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação do CODEC. **X - Encerramento:** a presidência considerou finda a reunião e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida, aprovada e assinada eletronicamente pelos membros da mesa, permite reprodução autêntica para os fins legais. São Paulo, 24 de abril de 2025. **(A) Bruna Tapié Gabrielli,** pela Fazenda do Estado; **Jônatas Souza da Trindade,** Presidente da Mesa e do Conselho de Administração e **Valdecir Sarroche da Silva,** Secretário. Confere com o original, lavrado no livro próprio digital. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - **Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP** - Certifico o registro sob o número 172.867/25-3 em 23/05/25. Aloizio E. Soares Júnior - Secretário Geral em Exercício.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Abril de 2025 às 11h00. Estatutos Sociais. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A sociedade por ações denominada **CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo** é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Parágrafo segundo** - A Companhia tem sede na capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo terceiro -** Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a Companhia poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares. **Artigo 2º -** Constitui objeto da Companhia, na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo no campo do controle da poluição, de órgão executor do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, e de órgão do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH: I. proceder ao licenciamento ambiental de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental; II. autorizar a supressão de vegetação e intervenções em áreas consideradas de Preservação Permanente e demais áreas ambientalmente protegidas; III. emitir alvarás e licenças relativas ao uso e ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais; IV. emitir licenças de localização relativas ao zoneamento industrial metropolitano; V. fiscalizar e impor penalidades: a) a quem instale ou opere as atividades de que trata o inciso I deste artigo, sem licença ou autorização ambiental ou descumpra as exigências e condições nelas impostas; b) a quem cause poluição ou degradação do meio ambiente; c) aos infratores da legislação sobre o uso e ocupação do solo em áreas de proteção de mananciais; d) aos infratores da legislação sobre o zoneamento industrial metropolitano; VI. executar o monitoramento ambiental, em especial da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, do ar e do solo; VII. efetuar exames e análises necessários ao exercício das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental; VIII. desenvolver estudos e pesquisas de interesse de seu campo de atuação; IX. promover treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para as atividades relacionadas com seu campo de atuação; X. prestar serviços técnicos especializados a terceiros no âmbito de seu campo de atuação; XI. explorar direta ou indiretamente os resultados das pesquisas realizadas; XII. promover o intercâmbio de informações e transferência de tecnologia com entidades nacionais e internacionais no âmbito de seu campo de atuação; XIII. expedir normas técnicas específicas e suplementares no âmbito de suas atribuições. **Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 3º -** O capital social é de R$ 170.376.555,89 (cento e setenta milhões, trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), dividido em 5.679.218.530 (cinco bilhões, seiscentas e setenta e nove milhões, duzentas e dezoito mil e quinhentas e trinta) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo único -** Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R$ 404.500.000,00 (quatrocentos e quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. **Artigo 4º** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 5º** - A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da Companhia. **Parágrafo primeiro -** A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. **Parágrafo segundo** - A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo terceiro** - O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na Companhia. **Parágrafo quarto** - A ata de Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, da Lei federal nº 6.404/1976. **Capítulo IV - Administração da Companhia. Artigo 6º -** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Capítulo V - Conselho de Administração. Artigo 7º** - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. **Composição, Investidura e Mandato. Artigo 8º** - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. Parágrafo primeiro - O Diretor-Presidente da Companhia integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. **Parágrafo segundo** - Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da Companhia que também for eleito Conselheiro. **Representante dos Empregados: Artigo 9º -** Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. **Parágrafo primeiro** - O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada a recondução para período sucessivo. **Parágrafo segundo** - O regimento interno do Conselho de Administração, ao dispor sobre o exercício do cargo de representante dos empregados, deverá guardar estrita observância em relação aos requisitos e às vedações do artigo 17, da Lei federal nº 13.303/2016. **Representante dos Acionistas Minoritários: Artigo 10 -** É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos da Lei federal nº 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal nº 13.303/2016. **Membros Independentes: Artigo 11** - O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei federal nº 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "a", do artigo 116, da Lei federal nº 6.404/1976. **Parágrafo único** - A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger. **Vacância e Substituições: Artigo 12** - Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do membro para completar o mandato do substituído, com a ratificação posterior pela próxima Assembleia Geral. **Parágrafo único -** Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração. **Funcionamento: Artigo 13** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. **Parágrafo primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo segundo** - O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, ao Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo quarto** - Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros. **Parágrafo quinto** - O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar diretores da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação. **Parágrafo sexto** - As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da Companhia, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria. **Parágrafo sétimo** - Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **Parágrafo oitavo** - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos. **Parágrafo nono** - As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC. **Parágrafo décimo** - Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado. **Atribuições: Artigo 14 -** Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: I. aprovar o planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; II. aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; III. aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos; IV. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; V. promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia; VI. fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos; VII. determinar a elaboração de carta anual de governança e subscrevê-la; VIII. aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas; IX. promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade; X. definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da Companhia e o seu objeto social; XI. deliberar sobre política de preços ou tarifas dos bens e serviços fornecidos pela Companhia, respeitado o marco regulatório do respectivo setor; XII. autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, agências, sucursais, escritórios e representações; XIII. deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização; XIV. fixar o limite máximo de endividamento da Companhia; XV. elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da Companhia, submetendo-a à Assembleia Geral; XVI. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício em curso ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral; XVII. propor à Assembleia Geral o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício social findo; XVIII. deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados; XIX. autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar 10% (dez por cento) do capital social; XX. aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da Companhia; XXI. conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente; XXII. aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente; XXIII. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXIV. avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante; XXV. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e código de conduta dos agentes; XXVI. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XXVII. estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas; XXVIII. avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei federal nº 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade; XXIX. indicar Diretor estatutário que liderará a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente; XXX. apoiar a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades ou descumprimento da obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação relatada, por parte dos membros da Diretoria, assegurada sempre sua atuação independente; XXXI. aprovar o Código de Conduta e Integridade, a ser elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos

continua →



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70 - NIRE nº 35.300.010.027

continuação

Capitais do Estado - CODEC; XXXII. aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias; XXXIII. supervisionar a instituição de mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade; XXXIV. aprovar a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio elaborada pela Diretoria Colegiada, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei federal nº 13.303/16; XXXV. aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, as competências e atribuições das Diretorias; XXXVI. eleger e destituir os membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria. **Parágrafo único** - O acionista controlador, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, poderá manter interlocução com os membros do Conselho de Administração, para dar conhecimento de assuntos que considerar de interesse estratégico, nos termos da alínea "b", do artigo 116, da Lei nº 6.404/1976, em especial: I. eleição de membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria; II. proposta de destinação do resultado do exercício; III. plano de Empregos e Salários; IV. fixação ou alteração de quadro de pessoal; V. admissão de pessoal mediante abertura de concurso público; VI. celebração de acordo coletivo de trabalho. **Capítulo VI - Diretoria. Composição e Mandato: Artigo 15** - A Diretoria será composta por 5 (cinco) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor de Gestão Corporativa e Sustentabilidade com atribuições financeiras, um Diretor de Qualidade Ambiental, um Diretor de Avaliação de Impacto Ambiental e um Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental, com as respectivas atribuições fixadas pelo Conselho de Administração e especificadas em Regimento Interno, quando neste estatuto não especificadas, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo único** - É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela Companhia. **Vacância e Substituições: Artigo 16** - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria para cumular as funções. **Parágrafo primeiro** - Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado. **Artigo 17** - Em caso de vacância, e, até que seja eleito um sucessor, o Diretor-Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo diretor de idade mais elevada. **Funcionamento: Artigo 18** - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois Diretores quaisquer. **Parágrafo primeiro** - As reuniões da Diretoria Colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos Diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor-Presidente. **Parágrafo segundo** - As deliberações da Diretoria constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. **Atribuições: Artigo 19** - Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Colegiada: I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) a proposta de planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; b) a proposta de plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia; e) os relatórios trimestrais da Companhia acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras; f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da Companhia; h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso; i) a proposta da política de pessoal; j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16. II. Aprovar: a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; b) o plano de contas; c) o plano anual de seguros da Companhia; d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da Companhia e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. III. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração: a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor; b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a 5% (cinco por cento) e for inferior a 10% (dez por cento) do capital social. **Artigo 20** - Compete ao Diretor-Presidente: I. representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto; II. representar institucionalmente a Companhia nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral; III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV. coordenar as atividades da Diretoria; V. expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram; VI. coordenar a gestão ordinária da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada; VII. coordenar as atividades dos demais Diretores; VIII. promover a estruturação organizacional e funcional da empresa, observado o disposto no artigo 14, XXXV, deste Estatuto; IX. expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da empresa. **Parágrafo único.** A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente. **Representação da Companhia. Artigo 21** - A Companhia obriga-se perante terceiros: I. pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor-Presidente ou o Diretor responsável pela área financeira; II. pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III. pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV. pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo único** - Os instrumentos de mandato poderão ser outorgados por instrumento público ou particular, inclusive por meio eletrônico, com prazo determinado de vigência, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado. **Capítulo VII - Conselho Fiscal. Artigo 22** - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. **Artigo 23** - O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas. **Parágrafo único** - Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente. **Artigo 24** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria, lavrando-se ata em livro próprio. **Representante dos Acionistas Minoritários: Artigo 25** - É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos da alínea "a", do parágrafo quarto, do artigo 161, da Lei federal nº 6.404/1976. **Parágrafo único** - É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "b", do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei federal nº 6.404/1976. **Capítulo VIII - Comitê de Auditoria. Artigo 26** - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, competindo-lhe, além daquelas competências atribuídas em Lei, nos termos definidos em Regimento Interno: I. referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; II. analisar as demonstrações financeiras; III. promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; IV. garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; V. garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna; VI. zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia; VII. avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; VIII. monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. **Artigo 27** - O Comitê será formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo primeiro** - O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente. **Parágrafo segundo** - Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei federal nº 13.303/2016. **Parágrafo terceiro** - A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais. **Artigo 28** - O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo conselho de administração, nos termos da Lei. **Capítulo IX - Comitê de Elegibilidade. Artigo 29** - A empresa terá um Comitê de Elegibilidade, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal nº 13.303/2016. **Parágrafo primeiro** - O Comitê: I. emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II. verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais; III. deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas; IV. deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes. **Parágrafo segundo** - Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários. **Parágrafo terceiro** - Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela empresa ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados. **Parágrafo quarto** - Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela empresa. **Artigo 30** - O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo. **Parágrafo único** - Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da empresa ou em área conexa. **Capítulo X - Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. Artigo 31** - A Companhia terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro** - A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria. **Parágrafo segundo** - A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente. **Artigo 32** - Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal nº 13.303/2016, o seguinte: I. estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da Companhia, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional; II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III. disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; IV. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia; V. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VI. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da Companhia; VII. avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República; VIII. identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno; IX. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; X. adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da Companhia; XI. elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e ficará disponível no sítio eletrônico da Companhia, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, implementando treinamento periódico; XII. elaborar o programa de integridade, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016; XIII. submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XIV. manter canal institucional, que poderá ser externo à Companhia, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da Companhia, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade; XV. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria. **Parágrafo primeiro** - Os Administradores da Companhia divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva. **Parágrafo segundo** - Sob supervisão do Conselho de Administração, a Companhia deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Conduta e Integridade e definir orientações em casos concretos. **Capítulo XI - Auditoria Interna. Artigo 33** - A Companhia terá Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável. **Parágrafo único** - A área será responsável por aferir: I. a adequação dos controles internos; II. a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; III. a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **Artigo 34** - A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **Artigo 35** - Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha do responsável pela Auditoria Interna pelo Conselho de Administração, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos. **Artigo 36** - A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. **Capítulo XII - Regras Comuns aos Órgãos Estatutários. Posse, Impedimentos e Vedações: Artigo 37** - Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor. **Artigo 38** - Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas. **Parágrafo primeiro** - O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita. **Parágrafo segundo** - A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato; **Parágrafo terceiro** - A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. **Artigo 39** - Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários, até a posse dos respectivos substitutos. **Remuneração e Licenças: Artigo 40** - A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou acumulação em Conselhos e Comitês. **Parágrafo primeiro** - A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa. **Parágrafo segundo** - Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da Companhia, optar pelo respectivo salário. **Artigo 41** - Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata. **Capítulo XIII - Exercício Social e Demonstrações Financeiras, Lucros, Reservas e Distribuição de Resultados. Artigo 42 - O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei. Artigo 43** - As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. **Parágrafo primeiro** - O dividendo poderá ser pago pela Companhia sob a forma de juros sobre o capital próprio. **Parágrafo segundo** - A Companhia poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. **Capítulo XIV - Liquidação. Artigo 44** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração. **Capítulo XV - Mecanismo de Defesa. Artigo 45** - A Companhia assegurará aos membros dos órgãos estatutários, por meio de sua área jurídica ou de profissional contratado, a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro** - A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da Companhia. **Parágrafo segundo** - A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo terceiro** - Com a proposta da Diretoria Colegiada, aprovada pelo Conselho de Administração, desde que não implique conflito de interesses, fica assegurada a assistência de advogado do quadro profissional da Companhia. **Parágrafo quarto** - A Companhia poderá, a seu critério, manter permanentemente contratado ou pré-qualificado um ou mais escritórios de advocacia de reconhecida reputação profissional para estar em condições de assumir, a qualquer tempo, a defesa técnica dos agentes abrangidos por este artigo. **Parágrafo quinto** - Se, por qualquer motivo, não houver escritório de advocacia contratado ou pré-qualificado pela Companhia, ou não houver sido indicado e aprovado, em tempo hábil, o profissional para assumir a defesa, o agente poderá contratar advogado de sua própria confiança, caso em que os honorários e outras despesas incorridas na defesa técnica serão reembolsados ou adiantados pela Companhia, após a comprovação da realização da despesa ou de sua iminência, desde que os valores envolvidos tenham sido aprovados pelo Conselho de Administração quanto à sua razoabilidade. **Parágrafo sexto** - A Companhia, além de assegurar a defesa técnica e o acesso em tempo hábil a toda a documentação necessária para esse efeito, arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo sétimo** - O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando ao interesse da Companhia. **Parágrafo oitavo** - A Companhia poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções. **Capítulo XVI - Disposições Gerais. Artigo 46** - Até o dia 30 de abril de cada ano, a Companhia publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo. **Artigo 47** - Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto estadual nº 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da Companhia deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional. **Artigo 48** - A Companhia deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional. **Artigo 49** - É vedada a indicação, para os órgãos estatutários da Companhia, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal. **Parágrafo primeiro** - A proibição presente no "caput" deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança. **Parágrafo segundo** - A Companhia observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos estaduais nº 57.970, de 12 de abril de 2012, e nº 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **Artigo 50** - A admissão de empregados pela Companhia fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento. **Parágrafo único** - A Companhia observará as regras previstas no artigo 13, da Lei federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto estadual nº 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais que vierem a ser editadas. **Artigo 51** - A Companhia observará o disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto estadual nº 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **Artigo 52** - Os órgãos da administração da Companhia poderão autorizar o pagamento da verba honorária de sucumbência a advogados empregados, observados os termos e condições previstos na Lei Complementar estadual nº 497, de 29 de dezembro de 1986 e as orientações da Procuradoria Geral do Estado. **(A) Bruna Tapié Gabrielli,** pela Fazenda do Estado; **Jônatas Souza da Trindade,** Presidente da Mesa e do Conselho de Administração e **Valdecir Sarroche da Silva,** Secretário. Certifico que o presente estatuto confere com o original, lavrado no livro próprio digital. **Valdecir Sarroche da Silva** - Secretário.

CETESB

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Tributos Crise entre Poderes

Saída é ação no STF ou cortar 'para todo mundo', diz Haddad

Ministro afirma ainda que governo avalia criar outras fontes de receita; AGU diz que não há decisão sobre acionar Supremo

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo avalia três caminhos para responder à derrubada do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). As alternativas, segundo ele, envolvem ir à Justiça contra a decisão do Congresso, buscar uma nova fonte de receita ou fazer um novo corte no Orçamento que vai "pesar para todo mundo". A Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que ainda não há definição sobre judicializar o debate.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Haddad disse que a decisão será tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas sinalizou ver inconstitucionalidade na derrubada do decreto. Como o **Estadão** mostrou, a ala política do governo teme que o caminho jurídico acirre ainda mais os ânimos no Congresso.

"A terceira (*opção*) é questionar a decisão, que, na opinião dos juristas do governo, que tiveram muitas vitórias nos tribunais, é flagrantemente inconstitucional. Sendo uma prerrogativa legal, nem nós devemos nos ofender quando um veto é derrubado, e nem o Congresso pode se ofender quando uma medida é considerada pelo Executivo incoerente com o texto constitucional", disse o ministro.

Embasamento
Advocacia-Geral da União afirma que órgão pretende ainda ouvir argumentos da equipe econômica

Haddad afirmou também que outra saída seria um novo corte no Orçamento. "Vai pesar para todo mundo. Vai faltar recurso para a Saúde, para a Educação, para o Minha Casa, Minha Vida. Não sei se o Congresso quer isso", disse. Uma nova fonte de receitas também é discutida. "Pode ter a ver com dividendos, com a questão do petróleo."

REAÇÃO. Apesar das declarações, a AGU reforçou que as questões jurídicas serão abordadas "tecnicamente pela AGU, após oitiva da equipe econômica" e que uma eventual judicialização do caso será comunicada exclusivamente pelo advogado-geral da União, Jorge Messias. "A comunicação sobre os eventuais desdobramentos jurídicos do caso será feita exclusivamente pelo advogado-geral, no momento apropriado", disse o órgão em nota, divulgada logo depois de as declarações de Haddad virem a público. ●

LAVÍNIA KAUCZ E GIORDANNA NEVES

Justiça pode debater derrubada, diz Gilmar

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliou que a crise entre o Executivo e o Legislativo em torno do decreto que elevaria o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), derrubado anteontem pelo Congresso, é uma questão "inerentemente política". No entanto, para ele, há precedentes sobre o tema que permitiriam um questionamento judicial sobre o limite constitucional do decreto legislativo – instrumento jurídico que foi usado para derrubar a medida do Planalto.

"É inerente à política, nós temos visto já por semanas esse debate, mas é possível, tem até precedentes em caso que o decreto legislativo exorbite limites constitucionais, que isso seja questionado, mas eu não tenho elementos para fazer, obviamente, esse juízo", disse o ministro do Supremo, em entrevista à CNN.

De acordo com Gilmar, "o ideal é que houvesse uma composição no campo político e que houvesse um encaminhamento como se estava a prenunciar, com a possibilidade até de uma minirreforma fiscal", citando alterações no projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR).

O ministro ainda afirmou que é "inevitável" que questões políticas sejam remetidas ao Supremo, mas que considera ruins as reclamações sobre a Corte estar invadindo as competências de outros Poderes.

Queda de braço
Ministro do Supremo afirma, porém, que discussão sobre IOF é 'inerentemente política'

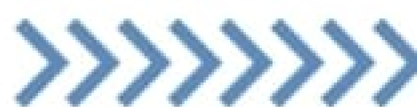
"As questões que não são resolvidas no campo político são trazidas para o Supremo, e depois um lado ou outro imputa ao Supremo ter decidido, e eventualmente até usam expressões mais fortes, ter se intrometido numa questão política ou supostamente política. O Supremo não cuida de questões puramente políticas, o Tribunal só interfere quando vem uma questão relevante do ponto de vista constitucional", afirmou Gilmar Mendes. ●

a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADO FM 107.3

apresenta

SEGURO E PREVIDÊNCIA
Com Antonio Penteado Mendonça

Boletins diários esclarecem dúvidas e exploram o melhor caminho para novas formas de investimento.



• DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA • ÀS 7h30 •

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio: TOKIO MARINE SEGURADORA

ESTADÃO 150 ANOS · SECOVI SP A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

apresentam



SUMMIT IMOBILIÁRIO



30 DE JUNHO Das 9h às 17h

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS

9h | Boas-vindas Estadão e Secovi-SP



EURÍPEDES ALCÂNTARA
Diretor de Jornalismo do Grupo Estado



RODRIGO LUNA
Presidente do Secovi-SP

10h20 - Painel 1 | As perspectivas para o mercado imobiliário na visão dos líderes



CLÁUDIO CARVALHO
CEO e sócio da AW Realty Incorporadora



ELY FLAVIO WERTHEIM
Presidente executivo do Secovi-SP



LUIZ FRANÇA
Presidente da Abrainc



SANDRO GAMBA
Presidente da Abecip

MEDIAÇÃO



LUCAS AGRELA
Repórter de Economia e Negócios do Estadão

9h10 - Gov Speech
O papel do Estado como indutor da economia e da habitação

9h50 - Palestra | Perspectivas para a economia pós-reforma tributária



FERNANDO HONORATO
Economista-chefe do Bradesco

11h – Painel 2 | Habitação popular no Brasil. O passado e o futuro



HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA
Secretário nacional de Habitação do Ministério das Cidades



ROBERTO CARLOS CERATTO
Diretor executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal

MEDIAÇÃO



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

11h40 | Estadão Entrevista



MARCELO CARDINALE BRANCO
Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

12h – 13h30 | Almoço livre

13h30 - Painel 3 | Oportunidades para o retrofit no Centro de São Paulo



ELISABETE FRANÇA
Secretária municipal de Urbanismo e Licenciamento



GUIL BLANCHE
Fundador e CEO da Planta.Inc.



MARCELO FALCÃO
Diretor de Novos Negócios e Comunicação da Somauma



MAXIME BARKATZ
Sócio-fundador da Ilion Partners

MEDIAÇÃO



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

14h10 - Painel 4 | A onda dos apartamentos compactos



BIANCA SETIN
Vice-presidente na Setin Incorporadora



CYRO NAUFEL
Diretor de Relações com Investidores da Lopes



RENÉE SILVEIRA
Diretora de Incorporação da Plano&Plano

MEDIAÇÃO



LUCAS AGRELA
Repórter de Economia e Negócios do Estadão

14h50 - Palestra Inteligência artificial no mundo das empresas

15h20 - Painel 5 | Potencial da IA no mercado imobiliário



FÁBIO GARCEZ
CEO do CV CRM



IGOR GUSHIKEN
Diretor de Dados e IA no QuintoAndar



RAFAEL YOSHIOKA
Fundador da Hypnobox

MEDIAÇÃO



LUCAS AGRELA
Repórter de Economia e Negócios do Estadão

16h - Painel 6 | Short Stay - esse mercado não está só de passagem



ALEXANDRE LAFER FRANKEL
CEO da Housi e presidente do Conselho da Vitacon



ALLAN SZTOKFISZ
CEO e cofundador do Charlie



RAFAEL ROSSI
Fundador e CEO da Conviva Stay

MEDIAÇÃO



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

16h40 | Encerramento

MESTRE DE CERIMÔNIAS



CARLA FIORITO

TRANSMISSÃO AO VIVO.
INSCREVA-SE:



Parceria: broadcast · ESTADÃO ACESSOS · ESTADÃO BLUE STUDIO · ELDORADO FM 107,3 · paladar 20 anos

Apoio: CDHU · Integra

Patrocínio: aw realty INCORPORADORA · QuintoAndar



Laura Karpuska karpuska.estadao@gmail.com

Crianças desconectadas

Nesta semana, li o artigo de Jonathan Haidt e Marina Helou aqui no **Estadão**. O autor de *Geração Ansiosa* e a deputada estadual discutem como vivemos na dicotomia entre a superproteção de crianças no mundo físico e a negligência no mundo digital.

Marina e Haidt lembram: hoje, muitas crianças não sobem em árvores, não pegam o elevador sozinhas e não têm tempo livre. A vida real é toda limitada. Mas passam horas sem supervisão em frente a telas que moldam comportamento, linguagem e autoestima.

Haidt acerta ao alertar para um mundo digital sem regulação. Marina, ao defender políticas públicas que resgatem ruas e praças como espaços de convívio e cuidado. Para muitas famílias, o celular é inimigo, mas também aliado. É ele que distrai a criança enquanto se cozinha, trabalha ou limpa a casa. Essa distração é essencial num cenário em que o cuidado infantil é cada vez menos socializado, mais individualizado – e recai, sobretudo, sobre mulheres pobres, já que as mais ricas terceirizam esse trabalho com mais facilidade.

O Supremo Tribunal Federal discute atualmente a regulação das plataformas digitais. O foco, porém, corre o risco de se perder em uma discussão sobre censura. O problema fundamental aqui é, sobretudo, de

> ***Temos hoje evidências robustas sobre os danos das redes sociais, em especial entre jovens***

poder econômico. Um número reduzido de empresas concentra o controle da atenção de bilhões – inclusive crianças – e opera com incentivos que priorizam o engajamento viciante, não o bem-estar.

Escrevendo esta coluna, lembrei de um famigerado *Roda Viva* nos anos 90 com Paulo Maluf, então prefeito de São Paulo, defendendo a lei antifumo. Os entrevistadores acusavam a medida de limitar as liberdades individuais. Maluf, astuto, perguntou sobre o garçom exposto ao fumo passivo – deu uma aula sobre externalidades negativas e a necessidade de regulação. Hoje, sabemos que o marketing de produtos aditivos deve ser restringido, e que eles devem ser taxados para desincentivo. O desafio das redes é que seu "produto" é intangível: informação. Daí, o risco de focar apenas na censura, ignorando os incentivos por trás da arquitetura digital.

Temos hoje evidências robustas sobre os danos das redes sociais, especialmente entre jovens. O conteúdo que molda vontades, crenças e autoestima de uma geração inteira é determinado por monopolistas. A liberdade de expressão, claro, faz parte do debate. Mas não pode eclipsar o essencial: a discussão sobre poder de mercado, vício digital, danos estruturais – e como combatê-los. ●

PROFESSORA DO INSPER, PH.D. EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK EM STONY BROOK

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tributação Dados da Receita

Arrecadação sobe 7,6% e bate recorde em maio

Valor obtido com cobrança de impostos e contribuições chega a R$ 230,1 bi no mês; acumulado no ano está em R$ 1,1 tri

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 230,152 bilhões em maio, com alta real (descontada a inflação) de 7,66% na comparação com o resultado de maio de 2024, quando o recolhimento chegou a R$ 202,979 bilhões, a preços correntes. De acordo com a Receita Federal, o resultado no mês passado, em termos reais, foi o melhor para o período da série histórica, iniciada em 1995.

Calendário
Foi a primeira divulgação da arrecadação deste ano, que estava atrasada devido à greve dos auditores

O número final das receitas com tributos veio acima da mediana das estimativas de analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que era de R$ 220,8867 bilhões. O intervalo das projeções variava de R$ 208 bilhões a R$ 297,20 bilhões.

Foi a primeira divulgação da arrecadação no ano, que estava atrasada devido à greve dos auditores fiscais, iniciada em novembro de 2024. No início de junho, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves determinou que os auditores voltassem ao trabalho.

Considerando o resultado de maio, o total nos cinco primeiros meses de 2025 já alcança R$ 1,191 trilhão. Segundo a Receita, também é recorde histórico para o período. O montante representa um aumento real de 3,95% na comparação com os cinco primeiros meses de 2024, quando a arrecadação havia somado R$ 1,089 trilhão.

O Fisco destacou que o resultado de maio, comparado com o mesmo período do ano passado, foi influenciado pelo comportamento dos indicadores de atividade, que impactaram diretamente na arrecadação, e pela postergação do pagamento de tributos por contribuintes do Rio Grande do Sul, em decorrência das enchentes que afetaram a base arrecadatória de 2024.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, afirmou que a trajetória ascendente da arrecadação neste ano segue o mesmo padrão observado em 2024. "Neste ano, a arrecadação acumulada vem apresentando essa variação crescente ao longo dos meses", disse ele.

Já o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que o governo conseguiu ser mais contracionista no 1.º semestre, mas agora começa a ter de liberar alguns itens que precisam ser executados, a exemplo do estoque de precatórios. Segundo ele, o pagamento dos precatórios em julho vai ficar próximo de R$ 69 bilhões. ●

GIORDANNA NEVES e FLÁVIA SAID/BRASÍLIA

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



GRANDES MOMENTOS PEDEM
GRANDES CENÁRIOS!

Com mais de meio milhão de metros quadrados, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 é palco para dias marcantes — com liberdade, elegância e natureza por todos os lados.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br



Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Sem Bolsonaro (e com ousadia)

ARTIGO

Fabio Giambiagi
Economista

O YouTube tem a virtude de congelar o passado. Quem digita no Google "Adolfo Suárez resiste a Tejero" pode observar quando, no dia 23 de fevereiro de 1981, o tenente coronel Antonio Tejero Molina irrompeu no *Palacio de las Cortes* espanhol gritando "quietos todos!" e dando tiros. Foi então que, enquanto centenas de deputados se jogavam no chão, três deles se conservaram eretos.

Um deles, Adolfo Suárez, encarou o militar que estava protagonizando esse espetáculo grotesco e se dirigiu a ele para conversar. Anos depois, um colega do Parlamento esclareceria o que foi que Suárez dissera ao seu interlocutor: "*¿Está usted loco? ¿A qué nos lleva todo esto?*"

Os governadores da oposição no Brasil atual precisam ter algo dessa atitude na sua relação com o bolsonarismo. A maioria do espectro político raciocina com a premissa de que é impossível uma força não bolsonarista enfrentar o PT em 2026.

Entretanto, uma coisa é reconhecer a força – inequívoca – do bolsonarismo, e outra é assumir que Jair Bolsonaro deveria "dar as cartas" na candidatura que enfrente a do PT nas eleições.

Imaginemos que algum dos governadores sempre citados se lance candidato à Presidência, assumindo, em nome de uma aliança ampla com o centro, que o nome para a vice-presidência não será um bolsonarista raiz. E imaginemos que comece a articular com PP, Republicanos, PSD, etc. uma alternativa ao PT e a esboçar um programa de governo alternativo como foi o *Ponte para o Futuro* do PMDB, em 2016.

> *É hora de os adultos tomarem conta da política. E de alguém repetir o que fez Adolfo Suárez em 1981*

Há chances de que em pouco tempo esse nome consiga congregar vários apoios e aparecer bem nas pesquisas eleitorais para 2026, desde que com uma oferta unificada entre estes nomes – Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado, Ratinho Júnior, Romeu Zema e Eduardo Leite.

Vamos supor que o bolsonarismo, neste caso, concorra com um nome "puro" nas eleições presidenciais. Teríamos então um *grid* em 2026 com três candidatos: o presidente Lula pelo PT, algum Bolsonaro pelo PL e um nome do campo do restante das forças políticas, unificadas – Tarcísio, Caiado ou outro daqueles governadores.

Por que razão, na hora H, com uma boa articulação política, esse terceiro campo não poderia ter mais votos que o segundo? Quem, destes governadores, julga ser impossível concorrer sem o apoio de Bolsonaro, lembre de Barack Obama: *Yes, we can*.

Está na hora de os adultos tomarem conta da política. E de alguém repetir Adolfo Suárez e se dirigir a Jair Bolsonaro repetindo aquelas palavras: "Você está maluco? Aonde quer nos levar com tudo isso?" ●

Indicadores **IPCA-15**

Prévia da inflação recua para 0,26% em junho

A despeito da alta na conta de luz, a prévia da inflação no País desacelerou em junho. O IPCA-15 subiu 0,26%, após ter avançado 0,36% em maio, informou ontem o IBGE. O resultado ficou abaixo da mediana de 0,31% prevista por analistas consultados pelo Projeções Broadcast. A taxa acumulada em 12 meses arrefeceu pelo segundo mês consecutivo, para 5,27% em junho.

A energia elétrica residencial subiu 3,29% em junho, item de maior pressão individual sobre o IPCA-15 do mês, com contribuição de 0,13 ponto porcentual. O resultado é consequência da entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha patamar 1, com a cobrança adicional de R$ 4,46 a cada 100kwh consumidos. Já o gasto das famílias com alimentação e bebidas recuou 0,02%, após uma sequência de nove meses de altas. ● DANIELA AMORIM/RIO

MC
& marcas consumidores

Novo conceito de lojas premium do Pão de Açúcar amplia experiência de compra e atendimento especializado

28 JUN 25

CONVIDADA
MARIA CRISTINA MERÇON
Diretora de Marketing, Fidelidade e Clientes do GPA

FIQUE POR DENTRO DOS CAMINHOS QUE AS **MARCAS** PERCORREM ATÉ CHEGAR AO **CONSUMIDOR** FINAL

Apresentação:
JOÃO FARIA
Jornalista e colunista da Rádio Eldorado

FOTO WERTHER SANTANA

SÁBADO 10H

Realização: ELDORADO FM 107,3
Apoio: ESTADÃO 150
Patrocínio: GPA Grupo Pão de Açúcar

ESTADÃO

FOTO: PEDRO KIRILOS

VODCAST
dois pontos

Forme sua opinião ouvindo os "Dois Pontos"

Política, cultura, tecnologia, entretenimento, entre outros temas de grande relevância, discutidos por dois especialistas com opiniões distintas ou complementares.

Episódios novos às quartas, 10h, no canal do Estadão no YouTube.

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.

Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code acima.

@estadao

PORTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 46.727.980/0001-20 - NIRE 35.300.597.311

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Junho de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 12 de junho de 2025, às 09:00 horas, na sede social da Porto Serviços Financeiros S.A. ("Companhia"), localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, sala 03, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **2. Convocação:** Dispensada a convocação, em face da presença da acionista única da Companhia, detentora da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações ("LSA"). **3. Mesa:** Presidente: Marcos Roberto Loução; e Secretário: Pedro Vitor Dias Trindade. **4. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da LSA. **5. Ordem do Dia:** **(i)** Aprovar a alteração do art. 15 do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** Eleger o Sr. Rafael Veneziani Kozma como Diretor da Companhia; **(iii)** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia e **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia. **6. Deliberações:** A acionista única decidiu: **(i)** Aprovar a alteração do art. 15 do Estatuto Social da Companhia para criar o cargo de Diretor de Controladoria da Companhia, passando a Diretoria a ser composta por, no máximo, 4 (quatro) membros. Assim, o art. 15 do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 15** - A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 4 (quatro) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (iii) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados e (iv) Diretor de Controladoria. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social."* **(ii)** Aprovar a eleição do Sr. Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, no município de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01216-012, para ocupar o cargo de **Diretor de Controladoria,** com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 30 de abril de 2027. O diretor ora eleito é investido em seu cargo, nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse e da declaração de desimpedimento. O termo de posse e a declaração de desimpedimento, devidamente assinados, ficam arquivados na sede da Companhia. **(iii)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 30 de abril de 2027: **Diretor Presidente:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; e **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, no município de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01216-012, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 30 de abril de 2027. **(iv)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar conforme a redação no Anexo I a esta ata. Por fim, a acionista aprovou a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o art. 130, parágrafo 1º, da LSA. **8. Documentos Arquivados:** Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento, procurações e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **9. Encerramento:** Encerrados os trabalhos, foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes e lavrada no livro de registro de atas de assembleia geral da Companhia. São Paulo, 12 de junho de 2025. **Mesa:** Marcos Roberto Loução - **Presidente;** Pedro Vitor Dias Trindade - **Secretário. Acionista Única: Porto Bank S.A.** - Marcos Roberto Loução, p.p. Pedro Vitor Dias Trindade. **JUCESP** nº 232.224/25-0 em 18/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo I - Estatuto Social da Porto Serviços Financeiros S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º** - A **Porto Serviços Financeiros S.A.** é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, sala 03, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **Parágrafo único** - Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º** - O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades não reguladas que sejam relacionadas, correlatas e/ou complementares a atividades financeiras e/ou a outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 25.806.348,89 (vinte e cinco milhões, oitocentos e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos), dividido em 23.112.542 (vinte e três milhões, cento e doze mil, quinhentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º** - As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º** - Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10** - Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 11** - A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º** - As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º** - Nos termos artigo 124, §4º das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º** - A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º** - Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou à distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12** - As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13** - As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14** - Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º** - Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º** - Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração: Artigo 15** - A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 4 (quatro) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (iii) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados e (iv) Diretor de Controladoria. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo único** - A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16** - O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º** - A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º** - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17** - A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º** - As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não. **Parágrafo 2º** - Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º** - Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18** - Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19** - A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo único** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Artigo 20** - Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo único** - Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 21** - A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22** - Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo único** - A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas: Artigo 23** - A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo único** - Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedade por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados: Artigo 24** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25** - O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do *caput* do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem. (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º** - Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º** - O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26** - A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27** - A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28** - Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 29** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas: Artigo 30** - Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31** - Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação este estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições, Finais: Artigo 32** - Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 0979/2025-00 (RC 43.481) CAVALETTI S/A- CADEIRAS PROFISSIONAIS, 88.709.621/0001-90
FFM 0624/2025-00 (RC 43.412) 1,7 E 8– BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA, 01.513.946/0001-14. 3,4 E 5- E TAMUSSINO & CIA LTDA, 33.100.082/0002-86.
6 – HTS – TECNOLOGIA EM SAUDE COM IMPORTAÇÃO, 66.437.831/0001-33

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
Processo Administrativo SEI nº 2025.110222.00957
Processo SIGA: SES/00003/2025
Pregão Eletrônico nº 08/2025-SES
AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia **11/07/2025 às 09h00min** (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o "Registro de Preços para aquisição de equipamentos de uso hospitalar, com serviços acessórios de instalação ou montagem, (quando cabíveis), para suprir as unidades da Rede Estadual de Saúde, e eventuais doações aos municípios do Estado do Maranhão, conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro desta SES e realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Informações: Comissão Permanente de Contratação – CPC (subsolo), no e-mail: licitases@saude.ma.gov.br e telefones: (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 23 de junho de 2025
Chrisane Oliveira Barros
Presidente da CPC/SES

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90008/2025
PROCESSO: P473992/2024
ORIGEM: Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza - FAGIFOR
OBJETO: Registro de Preços visando a seleção de empresa para aquisições futuras e eventuais de Medicamentos Gerais XII, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
DO TIPO: Menor preço total do GRUPO
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

A Diretoria Presidente, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, em sede de autotutela, decide SUSPENDER o Pregão Eletrônico nº 90008/2025, considerando a LEI COMPLEMENTAR Nº 422, DE 20 DE MARÇO DE 2025, que extingue a Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza (FAGIFOR), fundação de direito privado autorizada pela Lei Complementar n.º 178, de 19 de dezembro de 2014, integrante da Administração Indireta, impossibilita da assunção de novas obrigações, tornado público para conhecimento dos licitantes e demais interessados a revogação do Pregão Eletrônico Nº. 90008/2025.

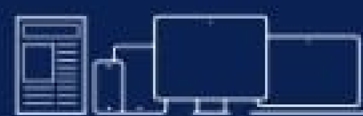
Fortaleza-Ceará, data da assinatura eletrônica.
(documento assinado digitalmente)
Selma Antunes Nunes Diniz
Diretora Presidente
Fundação de Apoio à Gestão Integrada em Saúde de Fortaleza – FAGIFOR

ESTADÃO 150

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.





ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast



CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70 - NIRE nº 35.300.010.027

EXTRATO DA ATA DA 613ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na sede social da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, situada na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Capital do Estado de São Paulo, realizou-se a seiscentésima décima terceira reunião do Conselho de Administração da CETESB. Abertos os trabalhos sob a presidência do conselheiro JÔNATAS Souza da Trindade, na forma do disposto no art. 13 do Estatuto Social da CETESB e secretariada por mim, Valdecir Sarroche da Silva, com a participação dos conselheiros THOMAZ Miazaki de Toledo, ROSE MIRIAN Hofmann, MARISA Maia de Barros, KELLY Lopes Lemes (de forma remota), GUSTAVO Carvalho Tapia Lira, RODRIGO Levkovicz, SIMONE Patrícia da Silva e dos conselheiros independentes JOÃO RICARDO Pereira da Costa (de forma remota), CLÁUDIO Carvalho de Lima e LUIZ ANTÔNIO Ferraro Júnior. Como convidados, Liv Nakashima Costa, diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade; Marcio Negrão Marolla, gerente do Departamento Econômico-Financeiro; Hercules Cerullo, gerente do Departamento de Auditoria Interna; Érica Cristina Padovani Haller, assessora da Presidência; Annamaria Rizzo da Fonseca, gerente do Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional; Maria Cristina C. Sá Ciccone, gerente da Divisão de Desenvolvimento e Planejamento; Thales Andrés Carra, gerente do Departamento de Pessoal e Cultura; Marcos Gerhardt Lindenmayer, membro efetivo do Conselho Fiscal; Jucleia Gonçalves Rodrigues e William Guilherme Mendes da Costa, representantes da empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S. Iniciada a reunião, (...) A seguir, passou-se ao **item extra pauta** referente à **Eleição de membro para compor o Conselho de Administração**. **DELIBERAÇÃO**: Com base no Parecer CODEC nº 008/2025 de 06/03/2025, do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, de acordo com o artigo 12, caput, do estatuto social, os membros do Conselho de Administração elegeram o senhor **GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA** (1º mandato), brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 27.***.***-* SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 270.***.***-**, residente à Rua ************, ***, ******* - São Paulo - SP - CEP *****-***, como membro, em substituição a José Paulo Neves. A indicação contou com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 093/2025-SG), tendo sido a conformidade dos requisitos legais e estatutários, inclusive aquela prevista na Lei federal nº 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade (Ata nº 35 e Nota Técnica nº 001, ambas de 28/02/2025), em atendimento ao Ofício CODEC nº 22/2025-SFP-12091, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 01/2025. Assim, o Conselho de Administração passará a ter a seguinte composição: Presidente: **JÔNATAS Souza da Trindade** e Membros: **THOMAZ Miazaki de Toledo** - Diretor-Presidente; **ROSE MIRIAN Hofmann**; **MARISA Maia de Barros**; **KELLY Lopes Lemes**; **RODRIGO Levkovicz**; **GUSTAVO Carvalho Tapia Lira**; **JOÃO RICARDO Pereira da Costa** - membro independente, **CLÁUDIO Carvalho de Lima** - membro independente; **LUIZ ANTÔNIO Ferraro Júnior** - membro independente; e **SIMONE Patrícia da Silva** - representante dos empregados. O conselheiro eleito deverá exercer suas funções com mandato coincidente com o dos demais, nos termos do estatuto social da Companhia. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. Cumpre ressaltar que a Assembleia de Acionistas deverá referendar a matéria, conforme disposição estatutária, e que as declarações firmadas pelo senhor Conselheiro, inclusive a declaração de desimpedimento, encontram-se arquivadas na sede da Companhia. (...) Quanto a **outros assuntos**, o senhor Jônatas, cientificou os membros quanto: (...) **c) Ata da 611ª RCA de 31/01/2025** - que quanto ao texto do item 3 que tratou da eleição de Diretores da CETESB, há necessidade do seguinte complemento: "Registre-se que conforme disposto no parágrafo primeiro, do artigo 8º, do estatuto social, o senhor THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO, eleito Diretor-Presidente da empresa, integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo.", ao que os conselheiros concordaram. (...) E, para constar, foi lavrada a presente ata e assinada digitalmente pelos senhores conselheiros e por mim secretário. Confere com o original lavrado no livro próprio. Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob o número 175.399/25-6 em 28/05/2025. Aloizio E. Soares Júnior - Secretário Geral em Exercício.



CETESB Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Eletrônico 023/SGAF/2025 Objeto: Ata de registro de preços para fornecimento de blocos, canaletas e artefatos de concreto. Abertura: 11/07/2025 às 09h00. **Informações:** Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Valéria Aparecida Mendes de Oliveira** - Diretora do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE BEBEDOURO

José Roberto Silveira - Oficial

EDITAL PARA RECONHECIMENTO DE TERCEIROS, COM PRAZO DE 15 DIAS – USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL José Roberto Silveira, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Bebedouro/SP, na forma da lei, etc...

Faz saber a tantos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi protocolado nesta Serventia sob nº 225053 em 22/11/2024, o requerimento pelo qual **JOÃO GOMES AREIAS**, brasileiro, engenheiro, natural de Bebedouro/SP e sua mulher **MARIA ANGELA DE ANDRADE AREIAS**, brasileira, professora, natural de Bebedouro/SP, residentes e domiciliados na Praça Abílio Alves Marques, nº 64, CEP: 14.701- 200, Bebedouro/SP, solicitaram o reconhecimento do direito de propriedade através da **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, nos termos do art. 216-A, da Lei n. 6.015/1973, e artigo 16 do Provimento nº 65 do CNJ, do imóvel urbano constante de UM PRÉDIO RESIDENCIAL, contendo 128,86 metros quadrados de área construída , situado de frente para Praça Abílio Alves Marques, nº 54, no Centro, nesta cidade e comarca de Bebedouro/SP, com área de 418,32 metros quadrados. Imóvel esse cadastrado na Prefeitura Municipal de Bebedouro sob o nº 108.107.051-00, tudo conforme mapa e memorial descritivo elaborados pela engenheira civil Célia Maria Lima Trivelato Anastácio, inscrito no CREA sob nº. 507.021.0162, sob Anotação de Responsabilidade Técnica 28027230231845220. Assim sendo, ficam intimados, terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros direitos em relação ao pedido, apresentando impugnação escrita perante o Oficial de Registro de Imóveis, com as razões de sua discordância em 15 (quinze) dias corridos a contar da publicação deste, ciente de que, caso não contestado presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a usucapião extrajudicial, com o competente registro conforme determina a Lei. Bebedouro/SP, 26 de junho de 2025.

SOLICITAÇÃO DE CONTATO



O Serviço Social do Comércio (Sesc), inscrito no CNPJ sob o nº 03.667.884/0040-37, solicita aos eventuais representantes e/ou sucessores do(s) compositor(es) **Marino Pinto, Jarbas Melo, Aloysio de Oliveira, Willian Costa, César Costa Filho, Jésus Rocha, Osvaldo Freire Oliveira, Lourival Lemes, Carlos Roberto Vidal e Olegário Mariano**, que entrem em contato, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data desta publicação, com o **Centro de Produção Audiovisual (CPA)**, por meio do e-mail: *propriedadeintelectual.cpa@sescsp.org.br*, para tratar de questões relacionadas a direitos autorais.

Na impossibilidade de contato, informamos que será realizado o lançamento do produto fonográfico e/ou audiovisual, respeitando os "Direitos Reservados" das obras musicais, uma vez que, apesar de diversas diligências (incluindo contatos com editoras, associações, pesquisas na internet, entre outras), não foi possível localizar o contato dos eventuais representantes e/ou sucessores.

ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.30034113-9

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 31 de Março de 2025

1. Data, Hora e Local: Em 31 de março de 2025 às 10h, na sede social da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 2º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). Presente também o Diretor de Controladoria, Sr. Rafael Veneziani Kozma. Presente, ainda, a representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes, Sra. Diana Yukie Naki dos Santos. **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença da acionista detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Publicações:** As demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração da mutação do patrimônio líquido, as notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram publicadas em 21 de fevereiro de 2025 no jornal "O Estado de S. Paulo", nas páginas 34 a 40. **5. Mesa:** Presidente: Jarbas de Medeiros Baciano e Secretário: Renata Paula Ribeiro Narducci. **6. Ordem do Dia:** **(i)** Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(iii)** Ratificar as deliberações da Diretoria referentes aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024; **(iv)** Eleger os membros da Diretoria para um novo mandato; **(v)** Indicar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; e **(vi)** Fixar a remuneração global mensal dos membros da Diretoria. **7. Deliberações:** A acionista deliberou: **(i)** Aprovar, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração da mutação do patrimônio líquido, as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes, conforme publicação datada de 21 de fevereiro de 2025. **(ii)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício, conforme proposta da Diretoria, no valor total de R$ 12.001.665,21 (doze milhões, um mil seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos), da seguinte forma: a) R$ 1.665,21 (Um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos) para a conta de Reserva Estatutária de Lucros; e b) R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), já distribuídos aos acionistas, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2024, em parte, e, naquilo que excede, pagos como dividendos adicionais, conforme especificado no item "iii", abaixo; e **(iii)** Ratificar as deliberações da Diretoria em reuniões, que, *ad referendum* da Assembleia Geral, declararam dividendos intermediários à conta do lucro do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) imputados aos dividendos mínimos obrigatórios desse exercício em parte, e, naquilo que excede, pagos como dividendos adicionais, sendo que: a) Em reunião realizada em 29/08/2024, foram declarados dividendos intermediários, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), já pagos; e b) Em reunião realizada em 29/11/2024, foram declarados dividendos intermediários, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024, no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), já pagos; **(iv)** Aprovou a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2028, a saber: **Diretor Presidente:** Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; **COO (Chief Operating Officer) - Seguros:** Sra. Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Sr. Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados:** Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor de Produto - Automóvel:** Sr. Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor de Produto - Residência:** Sr. Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretora Jurídica e Riscos:** Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF sob o nº 174.320.898-76 e **Diretor de Controladoria:** Sr. Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 200.476.918-16, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e **(v)** Ratificar as funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, em atendimento à regulamentação aplicável, conforme abaixo: **I - Funções de caráter executivo ou operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jarbas de Medeiros Baciano;** b. Diretor responsável técnico - **Celso Damadi;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Rafael Veneziani Kozma;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Jaime Soares Batista;** f. Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados - **Jarbas de Medeiros Baciano;** g. Diretor Responsável Pelo Relacionamento com o Cliente, (Resolução CNSP 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda;** h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma;** i. Diretor responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP 415/2021) - **Patricia Chacon Jimenez. II - Funções de caráter de fiscalização ou controle:** a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** e, b. Diretor responsável pelos controles internos - **Adriana Pereira Carvalho Simões. (vi)** Fixar a remuneração da Diretoria no valor global mensal de até R$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que os montantes individuais serão fixados oportunamente pela Diretoria da Companhia; Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para realização e lançamentos competentes referentes à ordem do dia e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **8. Documentos Arquivados:** Demonstrações Financeiras, publicações nos jornais, procurações, Termos de Posse e Declarações de Desimpedimento e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 31 de março de 2025. **Assinaturas:** (ass.), Jarbas de Medeiros Baciano, Presidente da Mesa e (ass.) Renata Paula Ribeiro Narducci, Secretária da Mesa. **Acionista**: **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, representada por seu Diretor Sr. Jarbas de Medeiros Baciano e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. Presente o Diretor de Controladoria da Companhia, Sr. Rafael Veneziani Kozma. Presente também a representante da **Ernst & Young Auditores Independentes**, Sra. Diana Yukie Naki dos Santos. A presente certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 31 de março de 2025. Renata Paula Ribeiro Narducci - **Secretária da Mesa. JUCESP** nº 163.475/25-8 em 08/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE"), a se realizar no dia 25 de julho de 2025, às 09h00min, de maneira híbrida, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e no endereço da sede da Companhia, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma ou no endereço da sede da Companhia, a seguir: Rua Tito, 479, na cidade de São Paulo - SP (estacionamento - Rua Espártaco, 685), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Eleger novo Membro do Conselho de Administração; e **(ii)** Ratificar a nomeação dos Membro do Conselho de Administração eleitos na AGO 2025. São Paulo, 25 de junho de 2025.

Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE ora convocada, bem como manual de utilização e votação da plataforma Microsoft Teams, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br, nos termos da lei. **(2)** Para **(I)** solicitação de instalação do Conselho Fiscal: 2% (dois por cento) do capital social total votante, ou 1% (um por cento) do capital social total não votante, e **(II)** solicitação de voto múltiplo: 5% (cinco por cento) do capital social total votante, em consonância com a Resolução CVM 70/2022. **(3)** Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGE, presencialmente ou através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de e-mail de contato e dos documentos ora relacionados diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os quais deverão, portanto, ser enviados digitalizados através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br, com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data e horário previstos para o início da AGE, independentemente da natureza do Acionista: **(i)** para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, cópia do instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1º, da Lei nº 6.404/76), especificando o nome da pessoa natural que estará presente; **(ii)** se pessoa física, cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto; e **(iii)** se pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou contrato social registrados no órgão competente, acompanhada de cópia autenticada do ato registrado no órgão competente, que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGE, especificando o nome da pessoa natural que estará presente; **(iv)** se fundo de investimento, cópia autenticada do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iii)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento, especificando o nome da pessoa natural que estará presente. **(4)** Os Acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, mediante prévia solicitação à Companhia, receberão, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao horário previsto do início da AGE, nos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos conforme item "3" acima, as confirmações de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma, considerando-se este como protocolo digital, cabendo exclusivamente aos Acionistas a obrigação de guarda, zelo e utilização de seus acessos. O acesso via Microsoft Teams estará restrito aos Acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"), sendo vedada a participação de Acionistas que não tenha previamente se habilitado, conforme item "3" acima. **(5)** A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma Microsoft Teams com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGE a fim de evitar eventuais problemas operacionais e permitir que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams, para que possam participar da AGE sem intercorrências. A Companhia não se responsabilizará por má ou indevida utilização de seus acessos, bem como problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, de forma que a Companhia recomenda que garantam, com antecedência, a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). **(6)** Acionistas Credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na AGE e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, devendo na abertura da sessão se identificar, informar o nome completo e, se for o caso, indicar os Acionistas sob sua representação, para que a Companhia possa identificar a sua identidade de acordo com a documentação previamente recebida. **(7)** Em cumprimento à legislação, informamos que a AGE será gravada. **(8)** Em cumprimento ao quanto previsto no art. 30-A da Resolução CVM 81/2022, alterada pela Resolução 204/2024, informa a Companhia que não haverá disponibilização de Boletim de Voto a Distância para a presente AGE.


DIA DO **MERCADO IMOBILIÁRIO** ESTADÃO

Ely Wertheim

‘O mercado se guia pelas demandas do consumidor’

Para o presidente do Secovi-SP, a escassez de mão de obra e os juros altos são desafios para setor

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 24/6/2025



ENTREVISTA

Administrador de empresas, é executivo da Luciano Werthein, incorporadora de sua família, e presidente executivo do Secovi SP

BRENO DAMASCENA

Para Ely Wertheim, presidente executivo do Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo (Secovi-SP), a estrada que conecta oferta e demanda no mercado imobiliário brasileiro é cheia de lombadas. Escassez de mão de obra, acesso ao funding, taxa de juros nas alturas e a iminência da reforma tributária são, segundo ele, desafios contemporâneos do setor. Apesar disso, entende que os incorporadores estão na direção correta para atender às expectativas de um novo perfil de comprador. “Nenhuma empresa vai fabricar geladeira no Polo Norte. O mercado se guia pelo comportamento do consumidor.”

Dados do próprio Secovi-SP mostram que, de maio de 2024 a abril de 2025, mais de 119 mil imóveis residenciais foram lançados em São Paulo, enquanto 110 mil foram vendidos. Ele diz que, dada a velocidade de vendas, todo o estoque acabaria em cerca de sete meses se a produção imobiliária cessasse.

Principal motor desse movimento, o programa Minha Casa, Minha Vida respondeu por 74,9% dos lançamentos e 64,8% das vendas no período. Os outros segmentos também vão bem, mas têm uma performance um pouco mais lenta porque o tíquete é maior, diz o executivo.

E a perspectiva é de que o crescimento do setor siga em ritmo acelerado. “São Paulo tem um mercado pujante, que está crescendo e não tem chance de mudar”, diz.

> ***“Desenvolver um projeto que demora 24 meses para ficar pronto e depois tem mais 5 anos de responsabilidade num ambiente de juros altos indica valentia. Os incorporadores imobiliários são heróis”***

O executivo defende que o progresso, apesar dos obstáculos, é sinal também da resiliência dos empresários. “Desenvolver um projeto que demora 24 meses para ficar pronto e, depois disso, você ter mais cinco anos de responsabilidade em um ambiente com juros altos e instabilidade política indica valentia. O incorporador imobiliário é um herói”, diz.

Ely Wertheim é um dos painelistas confirmados no Summit Imobiliário, evento que será promovido pelo **Estadão** na próxima segunda-feira. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como o mercado de imóveis de São Paulo se diferencia do de outras regiões do Brasil?

A importância de São Paulo só aumenta, mesmo com o crescimento em outras regiões, como Balneário Camboriú (SC) e o Centro-Oeste, impulsionado pelo agronegócio. O perímetro urbano da cidade de São Paulo representa 25% do mercado imobiliário brasileiro. É o maior do País disparado, e não acredito que tenha chance de mudar. Ele é o exemplo tanto de coisas boas quanto de coisas ruins para o setor.

A oferta que existe em São Paulo é suficiente para atender à demanda do mercado?

Sim, a oferta supre a demanda. O problema é que temos um ⊕


DIA DO **MERCADO IMOBILIÁRIO** ESTADÃO

Um dia dedicado a olhar para o futuro do setor

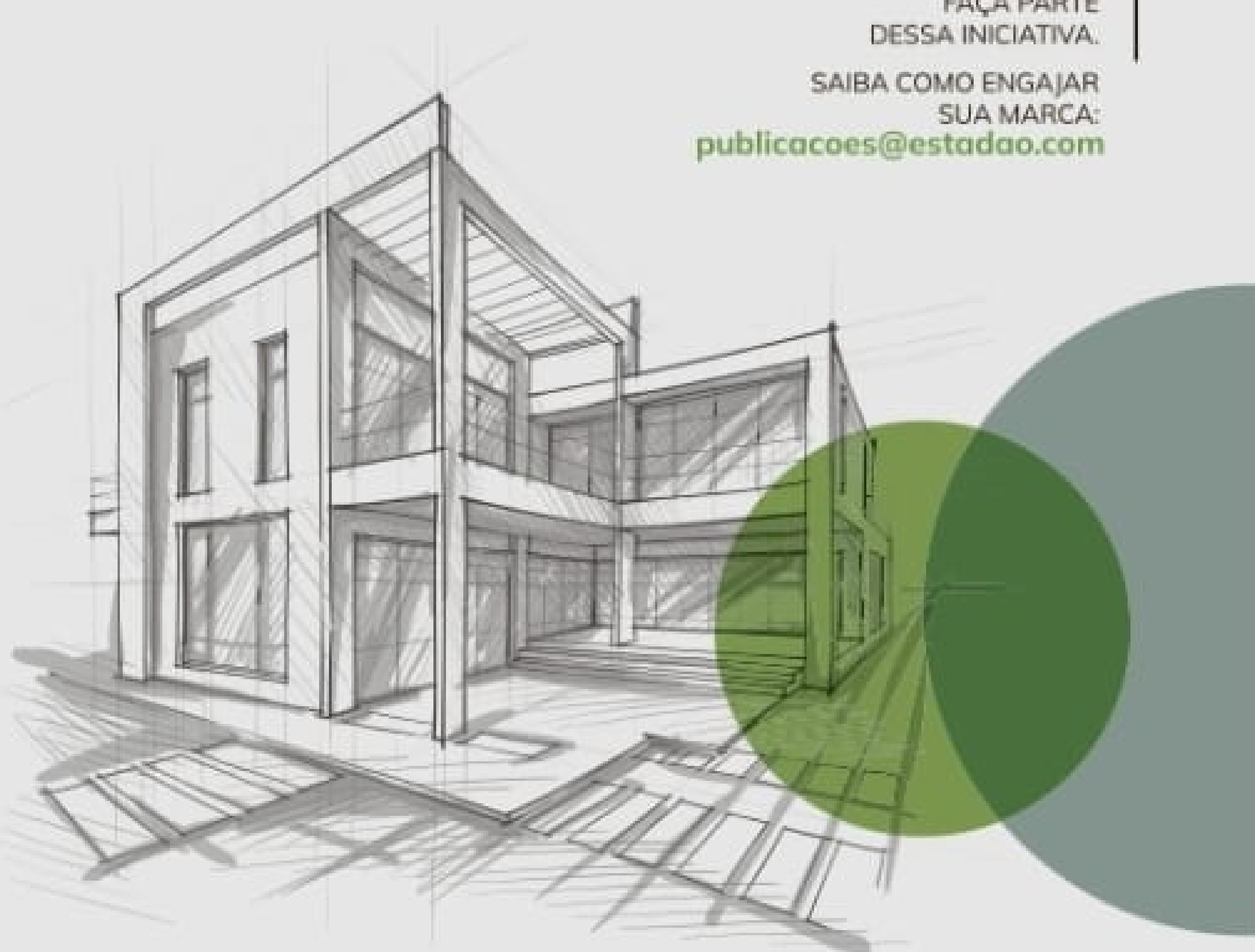
AGENDA ESPECIAL
30 DE JUNHO

10ª edição

SUMMIT IMOBILIÁRIO
NETWORKING E DISCUSSÕES DE ALTO NÍVEL

32ª edição
TOP IMOBILIÁRIO
CELEBRAÇÃO ÀS MELHORES DE 2024

FAÇA PARTE DESSA INICIATIVA.
SAIBA COMO ENGAJAR SUA MARCA:
publicacoes@estadao.com



CONTEÚDO ESTRATÉGICO E ANÁLISES APROFUNDADAS EM TODAS AS PLATAFORMAS

Realização: ESTADÃO 150 | SECOVI SP
Parceria: broadcast | ESTADÃO ACESSOS | ESTADÃO BLUE STUDIO | ELDORADO FM 107.3

Patrocínio: aw realty | QuintoAndar

estoque baixo. São Paulo produz, em média, 110 mil unidades por ano, e consome de 105 mil a 115 mil. Em cerca de 7 a 8 meses, considerando a velocidade de vendas, não existiriam mais apartamentos para comprar se não tivéssemos lançamentos nesse intervalo de tempo. O ideal é um estoque de pelo menos 20 meses. A notícia boa é que o estoque está baixo, porque o que se produz está vendendo. Claro que alguns empreendimentos não vão tão bem, mas isso depende do produto e da localização. Produto bom em local bom e com preço bom, vende.

Qual é o papel do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) nessa expansão?
Com incentivos do MCMV, do Casa Paulista e do programa Pode Entrar, o segmento econômico, que engloba apartamentos de R$ 200 mil a até R$ 500 mil, representa o grande mercado da cidade de São Paulo. Os outros segmentos também vão bem, mas têm uma performance um pouco mais lenta porque o tíquete é maior. Quanto mais caro é o apartamento, mais lenta é a venda.

Como as incorporadoras veem a legislação urbanística de São Paulo?
A legislação teve um avanço recentemente, mas a evolução ainda é tímida em relação à demanda da sociedade. Não é o setor imobiliário que procura essas mudanças, são as pessoas. São as pessoas que querem morar na porção territorial da cidade que possui infraestrutura. Ninguém quer morar a cinco quilômetros de onde as coisas acontecem. Quem quer uma cidade mais inclusiva, com mais apartamentos para poder morar nas regiões com mais infraestrutura, são as pessoas. As empresas simplesmente fazem o papel de atender à demanda dos compradores.

Os studios e apartamentos compactos são frutos desse movimento?
Eles são resultados de um novo perfil de comprador. Os compradores estão mais jovens e querem usufruir mais da cidade, ir para os parques e frequentar a rua. Eles não precisam, necessariamente, de um apartamento de 200 m². Claro que esses imóveis continuarão sendo ofertados pelo mercado, mas eles querem morar em unidades de 30 m² a 60 m². Não é à toa que vemos tanta demanda por segurança pública. Quando São Paulo tiver uma segurança de primeiro mundo, os apartamentos desse tamanho vão se tornar ainda mais comuns. É o comportamento do consumidor que produz essas unidades. As empresas fazem pesquisas e buscam entender o público para produzir aquilo que vai vender. Muita gente fala que 'o mercado quer isso, o mercado quer aquilo', mas nós não queremos nada, só vender apartamentos. Quem compra o apartamento é quem dita o que tem de ser feito. Quem manda no mercado é sua majestade o comprador.

> ***"A reforma tributária vai trazer uma complexidade muito grande para a contabilidade das empresas (do setor imobiliário) e, provavelmente, um aumento de custos"***

O sr. acompanha essas pesquisas. Quais tendências devem se consolidar em um futuro próximo?
Já se tornou comum, por exemplo, ter infraestrutura nos condomínios para receber encomendas e entregas de delivery, justamente uma medida para driblar a insegurança pública. Também existem equipamentos novos que são muito buscados, como uma quadra de beach tennis ou uma academia de ginástica bacana, que hoje já é possível instalar até em apartamentos enquadrados no MCMV, ou que custam até R$ 600 mil. Esse morador, provavelmente, não conseguiria ter uma quadra ou uma piscina se morasse sozinho, mas em um condomínio ele consegue acessar. É claro que cada faixa de renda tem as suas demandas. E desejar é uma coisa; poder ter, é outra. Temos terrenos que não cabem na estrutura para uma quadra de tênis, por exemplo.

Um dos tópicos que o sr. vai abordar no painel do Summit Imobiliário é a reforma tributária e os seus efeitos sobre o setor. Essa reforma é positiva ou negativa para o mercado?
A reforma tributária vai trazer uma complexidade muito grande para a contabilidade das empresas e, provavelmente, um aumento de custos. A crítica do setor não é em relação à adoção do IVA (*Imposto sobre Valor Agregado*), mas em relação à aplicação do IVA no mercado imobiliário. Nos países em que esse formato de cobrança foi implementado, as empresas imobiliárias têm a opção de adotá-lo ou não. Aqui, tornou-se obrigatório.

O sr. falou que a reforma vai trazer uma complexidade muito grande para o setor. Pode trazer alguns exemplos práticos?
É impossível trazer exemplos práticos porque o governo ainda nem sequer regulamentou o sistema. Porém, vamos sair de um sistema de lucro presumido, em que você pagava sobre a receita, para um sistema complexo de cálculo desse imposto. Devemos observar um aumento significativo de custos operacionais e de custos dos insumos. Repito: a reforma tributária é boa, mas não serve para o mercado imobiliário. ●

VEM AÍ

COP-30 EM BELÉM: ESTADÃO NO CENTRO DO DEBATE CLIMÁTICO

Em 2025, o Brasil é palco da **COP-30**. Líderes globais, cientistas e ativistas de diversos setores se reúnem em busca de soluções para a **crise climática**.

O **Estadão** reafirma seu compromisso com o **desenvolvimento sustentável** e apresenta uma **cobertura** completa e **multiplataforma,** levando informação de qualidade **para quem faz a diferença**.

ESTEJA CONECTADO.
Escreva para
publicacoes@estadao.com
e junte-se a nós
na discussão que define
o futuro do planeta

NOVEMBRO/25

BRASIL, BELÉM
REGIÃO AMAZÔNICA

Realização: ESTADÃO 150 | Eldorado FM 107,3
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio: syngenta.



Apresentação: ambipar | BNDES | BRASIL | PARÁ



JBS

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, LUCIANA COLLET
E ALEXANDRE ROCHA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Holborn, gestora do Oriente Médio com US$ 5 bilhões, busca negócios no Brasil

Após um período de conversas para entender o mercado de investimentos brasileiro, a gestora Holborn, sediada nos Emirados Árabes Unidos e centrada em gestão de fortunas, quer alocar recursos no País. Áreas como agronegócios, biotecnologia e fintechs estão entre os interesses. Outro objetivo é fazer a ponte para aportes do Brasil no exterior. A Holborn tem US$ 5 bilhões em ativos sob gestão. Está em 13 países, com 19 escritórios, espalhados por locais como Dubai e Abu Dhabi, nos Emirados, Riad, na Arábia Saudita, África do Sul, Hong Kong e Austrália. No Brasil, ainda não tem presença, mas o executivo Marcelo Sousa, consultor de patrimônio sênior da gestora, veio ao país este mês, pelo segundo ano, para reuniões, participar de eventos e entender as oportunidades.

Geopolítica é incentivo para diversificar

A maior parte da alocação da gestora está nos Estados Unidos, cerca de 70% do patrimônio. O restante está na Ásia e na Europa. Na América Latina, não há nada ainda. Mas com a escalada da tensão no Oriente Médio, Sousa avalia que é importante uma maior diversificação dos investimentos, inclusive na América do Sul.

Brasil é visto como porto seguro

"Com todas as tendências que vêm acontecendo com as guerras, é importante ter alocação em emergentes", afirma o executivo. "E no Brasil dificilmente deve acontecer alguma coisa (como reflexo da guerra). É um bom momento para diversificar", acrescenta Sousa.

• AQUISIÇÕES. A gestora investe em diversos ativos, como fundos de participação (private equity) e ações em bolsas, e faz investimento direto em empresas. Um dos pontos de atenção no momento é a Selic a 15% ao ano, que desestimula investimentos produtivos, mas Souza ressalta que isso também abre espaço para aquisições de ativos.

• ALÍVIO. A ocorrência de chuva em volumes maiores do que os inicialmente previstos ao longo de junho, principalmente na região Sul do Brasil, alterou a perspectiva para a bandeira tarifária a ser acionada em julho. A maior parte dos especialistas consultados pela *Coluna* apontam tendência de acionamento da bandeira amarela, com cobrança adicional de R$ 1,885 na conta de luz a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Mas há quem ainda trabalhe com o cenário de manutenção da bandeira vermelha patamar 1, vigente em junho, com custo de R$ 4,46 a cada 100 kW/h consumidos.

PRESENÇA GLOBAL

ADOBE STOCK



Sediada em Dubai (foto), Holborn tem 19 escritórios em 13 países, como Arábia Saudita, África do Sul e Austrália, mas ainda não está por aqui

• NO BOLSO. Seja como for, o cenário é diferente do previsto no início de junho, quando o mercado trabalhava com a perspectiva de uma cobrança ainda mais elevada a partir do mês que vem, com acionamento da bandeira vermelha patamar 2, o que elevaria a cobrança adicional para a R$ 7,877 a cada 100 kWh consumidos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulga oficialmente nesta sexta-feira a bandeira tarifária de julho.

• SELO VERDE. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) está lançando uma linha de crédito para financiar projetos de empresas nas áreas de controle de poluição, energia renovável, tratamento e redução de resíduos industriais, transporte limpo, aquisição de máquinas eficientes e outras. A expectativa é que a linha BDMG Verde empreste cerca de R$ 1,6 bilhão nos próximos anos, o que equivale a 60% do total desembolsado pela instituição para médias e grandes companhias em 2024.

• PARA TODOS. O crédito é voltado para médias e grandes empresas mineiras de diferentes setores. A ideia é incentivar a economia verde como um todo e não apenas negócios que tenham a sustentabilidade como atividade-fim. Nesse sentido, podem ser contempladas, por exemplo, indústrias diversas que queiram otimizar seus processos para reduzir emissões.

• CONDIÇÕES. O banco quer começar as liberações de empréstimos o quanto antes, pois tem recursos para tanto. As taxas começam em 1,9% ao ano, mais a Selic, com 144 meses para pagar e 24 de carência. "Incorporar produtos e processos de baixa emissão de carbono, redução de impactos ambientais e que incorporem a sustentabilidade social e econômica não é só mais um diferencial no mercado, é uma exigência", diz o presidente do BDMG, Gabriel Viegas Neto.

• EXEMPLO. Como exemplo de projeto que pretende contemplar, o BDMG cita a construção da Termoverde, usina de biogás produzido a partir de aterros sanitários para geração de energia, iniciativa da Alfenas Ambiental, empresa da cidade de mesmo nome, no Sul do Estado. O empreendimento foi financiado pelo banco.

SOBE

Papéis de empresas de consumo lideram altas na B3

MIGUEL SÁ - 30/10/2018



A inflação medida pelo IPCA-15 veio menor do que a esperada, o que levou ao recuo dos juros futuros, favorecendo ações sensíveis ao ambiente econômico, que dominaram as altas do Ibovespa ontem. Azzas (5,97%), Natura (4,97%) e Vivara (4,29%) lideraram a ponta positiva do índice, impulsionadas pelo alívio no mercado de juros e o maior apetite por tomada de risco. Um pouco mais distantes, MRV subiu 3,63% e Magazine Luiza, 3,18%.

DESCE

Possível corte de IPI afeta ações de locadoras de carros

JF DIORIO/ESTADÃO - 27/5/2017



As ações da Localiza lideraram a ponta negativa do Ibovespa ontem, com recuo de 7,28%, frente à possibilidade de um corte no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros 1.0, em estudo pelo governo. Fora do índice, o movimento foi acompanhado por Movida, com queda de 13,89%, terceira maior baixa do mercado como um todo. Para o Itaú BBA, uma baixa no preço dos veículos novos também pressionará o valor dos seminovos.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 137.113,89 PTS. | Dia 0,99% | Mês 0,06% | Ano 13,99%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZZAS 2154 ON NM	40,50	6,23	11,048
GRUPO NATURA ON	11,00	5,06	17,718
VIVARA S.A. ON NM	25,88	4,30	14,500

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
LOCALIZA ON ATZ	40,00	-7,23	49,917
VAMOS ON NM	4,46	-6,30	16,853
COSAN ON ON NM	2,75	-2,48	16,708

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

23/6 a 23/7	0,1740	1,1297	0,6748	0,5000
24/6 a 24/7	0,1740	1,1304	0,6749	0,5000
25/6 a 25/7	0,1740	1,1288	0,6748	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	43.386,84	0,94	2,64	1,98
FRANKFURT - DAX	23.649,30	0,64	-1,45	18,79
LONDRES - FTSE	8.735,60	0,19	-0,42	6,88
TÓQUIO - NIKKEI	39.584,58	1,65	4,27	-0,78

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,55	3.416,90
	15/8/2040	7,00	1.633,21
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,25	4.182,95
PREFIXADO	1º/1/2028	13,39	729,67
	1º/1/2032	13,65	436,41
SELIC	1º/3/2028	0,05	16.800,28

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Abril	Maio	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,35	2,85	5,20
IGP-M (FGV)	0,24	-0,49	0,74	7,02
IGP-DI (FGV)	0,30	-0,85	0,06	6,27
IPC (FIPE)	0,45	0,27	2,20	5,20
IPCA (IBGE)	0,43	0,26	2,75	5,32
CUB (Sinduscon)	0,27	0,80	3,16	5,98
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,22	1,57	5,84

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0702	IPCA (IBGE)	1,0532
IGP-DI (FGV)	1,0627	INPC (IBGE)	1,0520
IPC-FIPE	1,0520	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (JUNHO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

VENCIMENTO 15/07. O PERCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	14,91	0,00	1,43	20,92
CDI	14,90	0,00	1,71	13,03

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	JUL/25	15,65	36.210	15,56	15,88	-3,07
CAFÉ NY*	SET/25	305,85	71.775	300,75	308,25	0,38
SOJA CBOT**	JUL/25	10,23	45.629	10,17	10,30	-0,24
MILHO CBOT**	SET/25	4,06	510.352	4,02	4,08	-0,25

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Últ.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	129,79	-1,45	-3,19
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	315,75	-0,45	40,33
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	67,58	-0,46	17,80
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1905,97	-11,32	39,60

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,4986	-1,02	-3,86	-11,03
DÓLAR TURISMO	5,6800	-1,20	-5,13	-10,67
EURO	6,4300	-0,60	0,14	0,20
OURO US$/ONÇA-TROY	3332,40	5,30	1,31	23,89
WTI US$/BARRIL	64,9700	0,51	7,82	-9,35
BRENTUS$/BARRIL	66,8000	-0,78	6,69	-10,67

	US$ 1/NY	Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1700	1,3728	0,1821
EURO	0,855	1,0000	1,1733	0,1556
FRANCO SUÍÇO	0,800	0,9363	1,0985	0,1457
LIBRA ESTERLINA	0,728	0,8523	1,0000	0,1327
IENE	144,45	168,9725	198,2520	26,2960

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS | FONTE: BC

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS PRESTANDO SERVIÇOS PARA O PROGRESSO DO BRASIL

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.

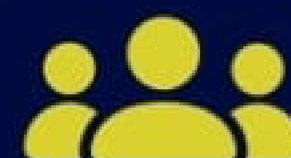


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS





+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Tecnologia Nos Estados Unidos

Meta vence ação por violação de direitos autorais

Juiz alegou que autores usaram os 'argumentos errados' na ação; mas indicou que as empresas de IA infringem a lei

WASHINGTON

Um juiz federal dos EUA deu vitória à Meta, controladora do Facebook, ao rejeitar um processo por violação de direitos autorais movido por autores, que acusaram a empresa de roubar suas obras para treinar sua tecnologia de inteligência artificial (IA). A decisão do juiz Vince Chhabria, proferida na quarta-feira, foi a segunda em uma semana do Tribunal Federal de São Francisco a rejeitar reivindicações de direitos autorais de autores de livros contra o setor de IA.

Chhabria concluiu que os 13 autores que processaram a Meta "apresentaram os argumentos errados" e arquivou o caso. Mas o juiz também disse que a decisão se limita aos autores do caso e que não significa que o uso de materiais protegidos por direitos autorais pela Meta seja legal. "Essa decisão não defende a proposição de que o uso de materiais protegidos por direitos autorais pela Meta para treinar seus modelos de linguagem é legal", escreveu Chhabria. "Ela representa apenas a proposição de que esses reclamantes apresentaram os argumentos errados, e não conseguiram desenvolver um registro em apoio ao argumento correto."

Os advogados dos autores da ação – um grupo que inclui a comediante Sarah Silverman e os autores Jacqueline Woodson e Ta-Nehisi Coates – disseram em comunicado que o "tribunal decidiu que as empresas de IA que 'alimentam seus modelos com obras protegidas por direitos autorais sem obter permissão dos detentores dos direitos autorais ou sem pagar por elas' estão, em geral, violando a lei". "No entanto, apesar do registro incontestável da pirataria sem precedentes de obras protegidas por direitos autorais da Meta, o tribunal decidiu a favor da Meta. Discordamos respeitosamente dessa conclusão".

A Meta disse apoiar a decisão.

VITÓRIA INSIGNIFICANTE. Embora a Meta tenha vencido em seu pedido de arquivamento do caso, essa pode ser uma vitória insignificante. Em sua decisão de 40 páginas, Chhabria indicou repetidamente razões para acreditar que a Meta e outras empresas de IA se transformaram em infratores de direitos autorais em série à medida que treinam sua tecnologia com livros e outras obras criadas por humanos. O juiz ainda zombou do argumento de que exigir que as empresas de IA aderissem a leis de direitos autorais retardaria os avanços em uma tecnologia crucial. "Espera-se que esses produtos (*de IA*) gerem bilhões e até trilhões de dólares para as empresas que os estão desenvolvendo. Se o uso de obras protegidas por direitos autorais para treinar os modelos for tão necessário quanto dizem, elas descobrirão uma maneira de compensar os detentores de direitos autorais por isso."

> **Direitos violados**
> **Juiz indicou haver razões para acreditar que a Meta e outras empresas de IA são infratores em série**

Na segunda-feira, no mesmo tribunal, o juiz distrital William Alsup já havia decidido que a Anthropic não infringiu a lei ao treinar seu chatbot Claude com o uso de milhões de livros protegidos por direitos autorais. Mas a empresa irá a julgamento por adquirir ilicitamente esses livros de sites piratas em vez de comprá-los. ● AP

Petróleo Disputa

Petrobras fica com maioria de lotes em leilão

A Petrobras foi a maior vencedora do 5.º leilão de petróleo da União, realizado ontem pela Pré-Sal Petróleo (PPSA). A estatal ficou com três dos 7 lotes licitados, que totalizam 36,5 milhões de barris, dos 74,5 milhões ofertados. A empresa levou os lotes 1, 4 e 7. Ao todo, a disputa movimentou R$ 28 bilhões, montante R$ 3 bilhões acima do previsto pela PPSA.

O valor ajudará a engordar os cofres públicos, mas entrará aos poucos, à medida que a carga de petróleo for entregue aos vencedores.

A Petrochina, em parceria com a Refinaria de Mataripe, arrematou os lotes 5 e 6 – cerca de 10 milhões de barris de petróleo. A Galp, em parceria com a ExxonMobil, ficou com o lote 2 (14 milhões de barris), com lance de US$ 1,35 por barril. E a Equinor arrematou o lote 3, por US$ 1,11 por barril. ● WILIAM MIRON

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM BIBI
Vendo 4º andar, Av. 9 de Julho x R. Urimonduba, 530 m² a.t, 3 vgs gar. Direto propr. ☎(16)99607-5455

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
A empresa SUSTENTARE SERVIÇOS E INSTALACOES DE EQUIPAMENTOS PARA TRABALHO EM ALTURA LTDA, CNPJ 14.515.775/0001-04, solicita que o senhor Wellington da Silva Faléia ,CPF: 404.242.718-93 portador CTPS: 0042060 série 00308-SP a comparecer no prazo de 3 dias para tratar de assuntos do seu interesse. Caso não compareça, será caracterizado abandono de emprego conforme artigo 482 letra I da CLT.

RELAX / ACOMPANHANTES

CASA DAS 7 MULHERES
C/acessórios. Em Moema. R$170 ☎(11)5051-3128/ 98340-6989



negócios & **oportunidades**
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓ Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓ Não adiante nenhum valor

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO

O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ AQUI NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h



SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Eufrázio

C10 E C11 A fundo



A memória individual e a história de um país na obra de Jia Zhangke



O ESTADO DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2025

PATHÉ



'A Doce Vida', com Mastroianni e Anita Ekberg

C2 **Cinema**

Marcello mio

Festival relembra Marcello Mastroianni no ano de seu centenário e exibe nova produção de diretores italianos

Cinema

Festival

Curadoria une gênio de Fellini a retrato da política e do crime

Continuação da página C1

Além de 'A Doce Vida' e '8 1/2', Festa do Cinema Italiano tem longas como 'Vermiglio', vencedor do último Festival de Veneza

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A Festa do Cinema Italiano traz este ano 12 filmes peninsulares. O festival ocorre em 23 cidades brasileiras, com programação até o dia 2 de julho. Dois clássicos comemoram o centenário de Marcello Mastroianni, protagonista dos maiores filmes do gigante Federico Fellini: *A Doce Vida* e *8 1/2*.

Os outros são títulos contemporâneos, como *Vermiglio – A Noiva da Montanha*, de Maura Delpero, que ganhou o Grande Prêmio do Júri no Festival de Veneza. A história se passa em 1944, na vila alpina de Vermiglio, quando a família de Cesare, o professor local, acolhe um soldado siciliano foragido. A relação entre ele e uma das filhas do professor desencadeia sentimentos e tensões latentes, que expõem as contradições do país que a guerra não apagou.

Outro destaque é *La Vita Accanto* (*A Vida ao Lado*), de Marco Tullio Giordana, o cineasta de *Os Cem Passos* e do lindo *A Melhor Juventude*. Em *A Vida ao Lado*, uma criança nasce com uma mancha no rosto e põe a mãe em crise. Mas essa mesma criança se tornará uma pianista de talento, seguindo os passos de uma tia, tão misteriosa quanto onipresente na casa burguesa de Vicenza, onde o drama acontece. Na melhor linha melodramática italiana, mas já um melodrama de certa forma desconstruído e colocando-se em xeque como forma artística.

Os cinéfilos que gostam de filmes políticos devem prestar atenção em *A Grande Ambição*, de Andrea Segre, em que Elio Germano interpreta Enrico Berlinguer, líder do Partido Comunista Italiano numa época de grande turbulência. Cobre os anos de 1973, quando Berlinguer sofre um atentado em Sofia, na Bulgária, até 1978, quando explode a grande crise política italiana com o sequestro e morte do líder da Democracia Cristã, Aldo Moro.

TRAJETO. Há todo um trajeto político a ser percorrido nesse curto espaço de tempo, com o PCI tendo conquistado 33% dos votos, ameaçando a hegemonia da Democracia Cristã. Berlinguer tenta levar adiante o chamado "compromisso histórico", que seria uma união entre comunistas e democratas-cristãos, na época liderados pelo maquiavélico Giulio Andreotti, alcunhado de "Il Divo". O pacto desgostava a setores radicais, à direita e à esquerda. O assassinato de Moro põe fim ao "compromesso storico".

No filme é interessante seguir toda a capacidade de invenção política de Berlinguer que, inspirado pela trágica história do Chile de Salvador Allende, busca a via italiana para um socialismo democrático. Luta contra as forças reacionárias de seu país e o contexto adverso da Guerra Fria para produzir mudanças sociais sem abdicar de princípios democráticos. Uma luta de tática e estratégia entre grandes duelistas, formados na escola florentina da política italiana, com o melífluo Andreotti à frente.

> **'O Último Chefão'**
> **Filme sobre a máfia evita os clichês do gênero e inventa uma narrativa fantasmagórica**

Germano deve ter emagrecido alguns quilos para compor o personagem – um idealista esquálido, de olhar tristonho, que consegue levar adiante suas ideias ao preço de uma melancolia constante. Berlinguer morre com apenas 62 anos. Seu enterro foi seguido por uma multidão calculada em 1,5 milhão de pessoas em Roma.

Há também *O Último Chefão* (Iddu), de Fábio Grassadonia e Antonio Piazza, um filme de máfia como você nunca viu. Junta a dupla Elio Germano e Toni Servillo para recriar a história do chefão Matteo Messina Denaro, morto em 2023 depois de décadas foragido.

REAL. Baseado em fatos reais, o filme evita os clichês do gênero e inventa uma narrativa fantasmagórica para um relato tão interessante quanto misterioso. Tanto Germano como Servillo estão magníficos. São dois grandes atores. Honram a grande escola de interpretação italiana.

Os dois clássicos restaurados em 4K representam o suprassumo do trabalho de um gênio, Federico Fellini, e podem ser contados entre o que de mais elevado a arte cinematográfica produziu até hoje.

Em ambos, brilha a estrela de Marcello Mastroianni. Em *A Doce Vida*, ele é Marcello Rubini, jornalista de fofocas que deseja escrever um grande romance. A ambição intelectual, no entanto, não o impede de viver à toda, entre noitadas, festas e mulheres, enquanto espera o momento justo de inspiração para cumprir o que julga ser sua missão artística. O filme é uma sequência caleidoscópica de episódios, que inclui uma das cenas mais famosas do cinema, na Fontana di Trevi, em Roma, com Mastroianni e a diva Anita Ekberg. De tirar o fôlego.

Sendo o romantismo de Fellini pouco convencional, o filme também contém outra cena tornada célebre, mas que nada tem da beleza de Anita ou da deslumbrante paisagem urbana de Roma. Voltando de uma bebedeira de réveillon, Marcello e seu grupo se deparam com um monstro marinho atolado na praia, um ser bizarro que parece interrogar os farristas sobre o sentido da vida que levam. Ou sobre a falta de sentido daquele modo de vida. O psicanalista Jacques Lacan, que não gostava do filme, elogiava esta cena, dizendo que era um encontro do personagem com o "real" – ou seja, com sua verdade, tão terrível quanto impossível de ser expressa em palavras.

O outro clássico, *8 1/2*, para muitos é a obra-prima de Fellini, curiosamente tirada de uma crise de inspiração. Desta vez, Mastroianni é Guido Anselmi, cineasta em crise de criatividade, que precisa começar mais um trabalho e não sabe por onde. Obviamente, é um alter ego do próprio Fellini e representa a crise que o diretor vivia depois do êxito de *A Doce Vida* e da pergunta fatal: por onde e como prosseguir? Pois bem, na crise, Fellini dá um triplo mortal carpado e tira sua obra mais criativa de um bloqueio imaginário.

Anselmi, entre sonhos, alucinações e mergulho na realidade, parte em busca de si mesmo e de sua relação com o mundo – com a infância, os pais, as mulheres e o próprio cinema. Produz uma obra-prima totalizante, que termina com a formidável ciranda clássica unindo os termos contraditórios de uma vida, sonho irresoluto de todo ser humano. Tudo isso ao som da formidável música de Nino Rota. ●

Outros destaques da programação

'Gloria'

Na Veneza de 1800, Teresa, uma jovem muda e solitária, vive em um orfanato em decadência, que se prepara para receber a visita do novo papa. De Margherita Vicario.
Sessões no Espaço Petrobras (dia 30/6, 16h30); Cine Satyros Bijou (dia 5/7, 16h)


01 DISTRIBUIÇÃO

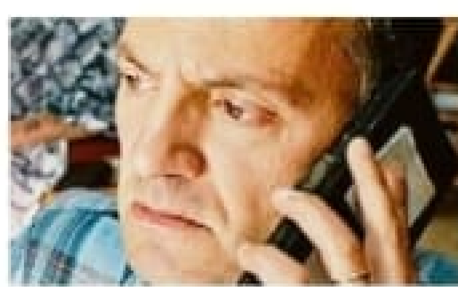
'Dez Minutos'

Em meio a uma crise existencial, Bianca enfrenta o fim de seu casamento e a perda do emprego e inicia uma terapia. De Maria Sole Tognazzi.
Sessões no Reserva Cultural (dia 30/6, 20h); no Frei Caneca (dia 29/6, 21h); e no Cine Satyros Bijou (dia 1.º/7, 18h30)


ENCRIPTA

'O Barbeiro Conspiracionista'

No filme de Valerio Ferrara, o barbeiro Antonio suspeita que as interrupções em um poste de luz são mensagens em código Morse.
Sessões no Reserva Cultural (dia 29/6, 20h; dia 30/6, 18h) e no Frei Caneca (dia 2/7, 15h40)



'A Cauda do Diabo'

Domenico De Feudis dirige o filme sobre Sante Moras, um guarda penitenciário acusado injustamente do assassinato de um detento.
Sessões no Reserva Cultural (dia 28/6, 20h20) e no Espaço Petrobras de Cinema (dia 28/6, 16h30)


FOTOS FESTA DO CINEMA ITALIANO

Cinema

'Extermínio: A Evolução'

Filme explica por que alguns mortos devem seguir enterrados

MATHEUS MANS

Existe algo cruel na matemática que separa *Extermínio*, de 2002, de *Extermínio: A Evolução*. Não são apenas os 23 anos de intervalo, mas o abismo entre expectativa e resultado: quanto maior a espera, maior a decepção.

Em cartaz nos cinemas, o terceiro filme da saga (*Extermínio 2* saiu em 2007) promete evolução no título, mas entrega um retrocesso em praticamente todos os aspectos. Danny Boyle retorna à direção, e Alex Garland ao roteiro, retomando a dupla de ouro responsável pelo clássico que redefiniu o cinema de zumbis no século 21. No entanto, a franquia não volta à vida.

A história gira em torno de Spike (Alfie Williams), garoto de 12 anos treinado pelo pai (Aaron Taylor-Johnson) na arte de caçar infectados. Nas ruínas do Reino Unido apocalíptico, o menino carrega obsessões pela mãe moribunda (Jodie Comer), definhando em alucinações. Ainda há Kelson, o misterioso personagem de Ralph Fiennes, que foi vendido várias vezes como protagonista do longa, mas aparece por 15 minutos.

É uma história que promete terror psicológico, mas se perde em sua própria timidez narrativa. O mais frustrante é perceber como Boyle e Garland desperdiçam o potencial da premissa temporal. Duas décadas e meia deveriam ter transformado radicalmente esse mundo pós-apocalíptico – com novas dinâmicas sociais, adaptações extremas, a evolução da própria espécie infectada. Em vez disso, o filme apresenta uma Inglaterra que parece congelada poucos meses após o surto inicial.

Ao final, fica a pergunta: por que este filme existe? Não há personagens inesquecíveis do passado para revisitar, não há grandes questões existenciais para explorar, não há sequer o prazer básico do entretenimento visceral. Vinte e três anos de espera para descobrir que alguns mortos deveriam permanecer enterrados. ●

SONY PICTURES



Aaron Taylor-Johnson e Alfie Williams como pai e filho; treinamento



Consulte a classificação indicativa das atividades em:
SESCSP.ORG.BR →





/@SESCSP

Trio Mocotó

Música

» 14 BIS
Zélia Duncan e Maria Beraldo
Show "Antônio Carlos Jobim em Minas"
27 a 29/6. Sexta e sábado, 20h. Domingo, 18h.

» CAMPO LIMPO
Segue o Baile
Com Equipe Veraneio São Paulo
27/6. Sexta, 20h.

» SANTO ANDRÉ
Izzy Gordon Canta Rainhas do Samba
27/6. Sexta, 20h.

» CAMPO LIMPO
História do G.R.A.N.E.S Quilombo
Com Vitor Trindade
28/6. Sábado, 17h.

» MOGI DAS CRUZES
Inezita Barroso: 100 Anos de Viola e Pioneirismo
Renato Teixeira
28/6. Sábado, 19h.

» 24 DE MAIO
Marés (EIN 001 - Selo Sesc)
Com Jadsa, Lua Bernardo, Saskia e Xeina Barros
28 e 29/6. Sábado, 20h. Domingo, 18h.

» GUARULHOS
Trio Mocotó
28/6. Sábado, 20h.

» ITAQUERA
Zé Geraldo
Show "Turnê 80 anos"
29/6. Domingo, 15h.

» AVENIDA PAULISTA
Cantos da Revolução
Com Paulo Tó, Lenna Bahule e Jéssica Areias
29/6. Domingo, 18h.

» POMPEIA
Sinfonia de Foles: o Passeio do Fole no Forró e no Sertão
Com Marcelo Jeneci e Livia Mattos
3/7. Quinta, 20h.

Pessoas Idosas

» PINHEIROS
Clube de Leitura 60+ Cordel
BATE-PAPO
Com Guilherme Nobre
27/6. Sexta, 15h.

» OSASCO
Cérebro e Movimento
VIVÊNCIA
30/6. Segunda, 10h30 e 14h30.

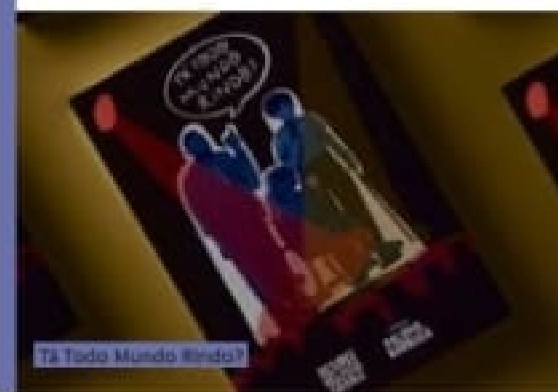
Jovens

» 14 BIS
Herança Negra em Linhas: Crie seu Personagem para Jogos e Videogame
OFICINA Com Murilo Santana
3 a 25/7. Quintas e sextas, 15h.

Ações para a Cidadania

» CARMO
Tá Todo Mundo Rindo? - Letramento Anticapacitista
BATE-PAPO Com o Grupo Comédia Sentada
27/6. Sexta, 10h e 16h.

» GUARULHOS
Laboratório de Direitos Humanos: Refúgio e Migração
PALESTRA Com Tania Sayri
27/6. Sexta, 15h.



Tá Todo Mundo Rindo?



Sonho Elétrico

Teatro

» POMPEIA
Terra Brasilis Top Trans Pindorâmica
Com Cia. Sacana
Até 29/6. Sexta e sábado, 20h. Domingo, 18h.

» CONSOLAÇÃO
Palco Giratório
Fiandeiro de Tempos
Com Coletivo Iluminar (AC)
28 e 29/6. Sábado, 19h. Domingo, 17h.

» VILA MARIANA
Sonho Elétrico [ESTREIA]
Com Companhia Brasileira de Teatro
Libras e Audiodescrição: 27 e 30/7
28/6 a 3/8. Quinta a sábado, 20h. Domingos, 18h. 9/7. Quarta, 18h.

» 14 BIS
Mestiço Florilégio
Com Antonio Nóbrega e Rosane Almeida
3 e 4/7. Quinta e sexta, 20h.

Meio Ambiente

» POMPEIA
Mulheres e Território: o Plantar na Cidade
VIVÊNCIA Com Lia Esperança
28/6. Sábado, 10h às 16h.

» ITAQUERA
Trilha da Samambaiaçu
VIVÊNCIA
28/6. Sábado, 10h às 12h.

Literatura

» CASA VERDE
Escrita Criativa
OFICINA Com Carol Rodrigues
28/6. Sábado, 10h30.

» CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO
Ciclo do Autor Homenageado 2025: Paulo Leminski
CURSO Com diversos convidados
2 a 5/7. Quarta a sexta, 19h30. Sábado, 11h.

Crianças

» 14 BIS
Dança Materna para Mães, Pais e Bebês
VIVÊNCIA
Com Tatiana Tardioli
28 e 29/6. Sábado e domingo, 10h30.

» SANTANA
Canções que Guardam Poemas
SHOW
Com Vanessa Bumagny
29/6. Domingo, 12h.

» SANTO AMARO
Turma da Mantiqueira
SHOW
Com participação da Palhaça Rubra
29/6 a 27/7. Domingos, 16h.



Turma da Mantiqueira

Esporte e Atividade Física

» SANTO ANDRÉ
Mobilidade Articular
AULA ABERTA
Com Yano Recovery
27 e 29/6. Sexta, 14h. Domingo, 10h30.

» BELENZINHO
Método Feldenkrais
AULA ABERTA
Com Mariana Huck
29/6. Domingo, 11h.

» INTERLAGOS
Handebol na Veia
AULA ABERTA
Com Luara Bastos, William Silva e Sofia Marioto
29/6. Domingo, 11h.

Cinema

» CINESESC
Mostra Mulheres no Cinema do Leste Europeu
Quando o Relâmpago Brilha Sobre o Mar
Dir.: Eva Neymann | ALE/UCR | 2025
2/7. Quarta, 20h.

Dança

» SANTO AMARO
Água Redonda e Comprida
ESPETÁCULO Com Geórgia Macedo e Nayane Gakre
27 e 28/6. Sexta, 20h. Sábado, 16h.

» CASA VERDE
Tessituras Juninas
OFICINA Com Samuel Zaratim
28/6. Sábado, 10h30.

Exposição

» AVENIDA PAULISTA
Espelho do Poder
Curadoria: Clarissa Diniz
Até 3/8. Terça a sexta, 10h às 21h30. Sábados, 10h às 19h30. Domingos, 10h às 18h30.



Espelho do Poder

Selo Sesc

Holy Mountains - Exploding Star Orchestra

Lançamento do álbum gravado em apresentação inédita do grupo no Sesc Jazz 2022.

Disponível nas principais plataformas de áudio.



Streaming

K-drama

Com a promessa de reviravoltas, 'Round 6' chega à reta final

Fenômeno da Netflix, a série criada por Hwang Dong-hyuk mistura emoção com doses de suspense e crítica social

NICO GARÓFALO

Sucesso coreano da Netflix, *Round 6* chega à sua terceira e última temporada nesta sexta-feira, 27. Com seis episódios, o novo lote de episódios encerra a trajetória de Ji-hoon (interpretado por Lee Jung-jae) nos jogos sádicos comandados pelo Líder (Lee Byung-hun). As primeiras temporadas seguem disponíveis na plataforma.

Ao fim da segunda temporada, Ji-hoon tenta comandar uma revolução dos jogadores contra os organizadores dos jogos, mas acaba falhando. Apesar das perdas, ele se mantém forte na missão de chegar ao fim dos jogos e salvar quantas pessoas conseguir.

"Acho que o que o motiva a recuperar a força de que precisa, e um vislumbre de esperança, são as pessoas que ele vê à sua volta", disse Jung-jae em entrevista ao **Estadão.** "Alguns deles, apesar de a situação ser extremamente brutal e cruel, ainda se apegam a uma última esperança, e isso permite que ele se erga do fundo do poço para seguir em frente."

Tendo se infiltrado entre os jogadores para ficar de olho em Ji-hoon, o Líder entrou no segundo ano com uma responsabilidade maior, conforme lembrou Byung-hun. "Na primeira temporada, ele era só um recepcionista, estava ali para receber os convidados e liderar. Naquela época, Oh Il-nam (Oh Yeong-su) era o anfitrião. Depois da morte do Oh Il-nam, ele herda este papel. Agora o Líder é tanto o recepcionista quanto o anfitrião."

Park Sung-hoon, intérprete de Hyun-ju, vê sua personagem dividida entre dois objetivos diferentes: um que a motivou a entrar nos jogos e outro que a fez permanecer. "Acho que podemos definir suas motivações em duas partes. A primeira era conseguir fazer sua cirurgia de afirmação de gênero e se mudar para a Tailândia e começar uma vida nova." E a segunda parte? "É sua determinação de proteger Geum-ja e Joon-hee", explicou ele.

Embora impacte alguns dos principais personagens da nova temporada, Geum-ja não consegue passar sua bondade a outros participantes. "Eles estão lá só por dinheiro. Mas sabe como é, um passo de cada vez." Um desses personagens que receberam o apoio de Geum-ja foi Joon-hee, uma jovem grávida que entrou nos jogos mortais com o objetivo de conseguir dinheiro para criar seu bebê sozinha. Na ilha, ela encontra Myung-gi, pai da criança, com quem ela evita contato. "Acho que Joon-hee tem uma vontade enorme de proteger seu bebê", afirmou Jo Yu-ri, que vive a jovem.

> *"O que o motiva a recuperar a força de que precisa são as pessoas que ele vê à sua volta. Alguns deles, apesar de a situação ser brutal, ainda se apegam a uma última esperança, e isso permite que ele se erga do fundo do poço"*
> **Lee Jung-jae**
> Ator

FALÊNCIA. Vivido por Yim Si-wan, Myung-gi foi um dos principais responsáveis pela presença de muitos jogadores desta edição, tendo encorajado muitos deles a investir todo o seu dinheiro em criptomoedas e levando-os à falência.

"Myung-gi é uma pessoa gananciosa", diz o ator. "Mas acredito que seu amor por Joon-hee seja verdadeiro e sua motivação para sobreviver seja, na verdade, ela (e não o dinheiro)." Si-wan afirmou ainda que os eventos da terceira temporada de *Round 6* levam a uma mudança no comportamento do personagem, que passa a agir também "com vitimismo e desejando vingança".

PERCEPÇÃO DO PÚBLICO. Criada e dirigida por Hwang Dong-hyuk, *Round 6* traz uma clara mensagem antielites, retratando pessoas ricas como seres sádicos que se deleitam em ver os outros sofrendo por uma ínfima quantidade de dinheiro.

Na segunda temporada, esse comentário fica ainda mais claro quando Ji-hoon se organiza com outros jogadores para criar uma frente unida armada e tentar derrubar os organizadores dos jogos – mas sendo traído pelo Líder no final.

Dong-hyuk não se incomoda com o fato de alguns espectadores não entenderem as críticas sociais do roteiro. "Não quero dizer que existe uma maneira certa de apreciar a série e que precise entender a mensagem para gostar dela".

"Algumas pessoas se interessam pela mensagem do subtexto, enquanto para outras os apelos da série são o choque visual e o entretenimento." Dong-hyuk diz que se sente realizado apenas com o fato de os espectadores gostarem da série. Mas deixa um comentário final: "Dito isso, se você tiver uma oportunidade para vê-la de novo, espero que entenda um pouco mais a mensagem. Eu ficaria muito grato se as pessoas fizessem isso". ●

NETFLIX



Produção levou o ator Lee Jung-jae ao estrelato; equipe fala em desfecho emocionante na terceira fase

Outras estreias

SONY PICTURES



● Todos Menos Você
Estrelada por Sydney Sweeney e Glen Powell, a comédia romântica acompanha dois jovens que, após um encontro que os transformou em rivais fervorosos, precisam fingir para suas famílias que vivem um relacionamento amoroso.
Disponível no Prime Video

APPLE TV+



● Cortina de Fumaça
O ator Taron Egerton e a atriz Jurnee Smollett vivem dois investigadores que correm para capturar dois incendiários em série, que têm deixado um rastro de cinzas por onde passam.
Disponível na Apple TV+

BIÔNICA FILMES



● Amigos Sem Compromisso
Remake brasileiro do filme *Sexo Sem Compromisso*, de 2011, acompanha dois amigos, vividos por Maria Bopp e Ícaro Silva, que decidem embarcar numa amizade colorida.
Disponível em 30/6 na Netflix

EDU MORAES/IMAGEM FILMES



● Mamonas Assassinas – O Filme
O longa narra a história dos quatro jovens músicos que encontraram um jeito inusitado de fazer sua arte, formando um dos grupos musicais de maior sucesso dos anos 1990.
Disponível em 28/6 na Max

Eufrázio



Paladar

Drinques salgados? Confira uma seleção de dez lugares para provar versões clássicas e criativas



TATI FRISON

Fininha, rústica, com ou sem casca

Chefs indicam onde encontrar a melhor batata frita da cidade

Crocância é quesito fundamental do prato, que foi encontrado no ponto certo em 5 casas escolhidas por 5 especialistas

BEATRIZ YAMAMOTO

A batata frita é um dos maiores consensos da gastronomia mundial. Em São Paulo, o prato aparece de inúmeras formas – fininha, rústica, com ou sem casca – e acompanha desde hambúrgueres até pratos mais elaborados. A origem da receita ainda gera debate, com belgas e franceses disputando sua autoria, mas o que importa mesmo é a crocância. E isso, na capital paulista, não falta.

Fomos atrás de chefs que são fãs declarados da batata para descobrir onde comer a melhor batata frita da cidade, dos estilos tradicionais às versões mais inusitadas.

São eles: Julia Tricate, chef do Santokki, De Segunda, Quintal de Pimeira e De primeira; Ravi Leite, chef do Hi Pokee; Cadu Evangelisti, chef do Broca; Elisa Fernandes, ex-chef do Clos Wine Bar & Bistrô; e Thiago Bañares, chef do Tan Tan e Kotori.

LUCAS TERRIBLI



Uma versão mais espessa, com casquinha crocante e interior macio, é servida no Z Deli Sandwich Shop

Z DELI RESTAURANTE

No Z Deli Restaurante, a porção ganhou uma versão mais espessa, com casquinha crocante e interior macio. Foi essa combinação que conquistou nomes como o chef Thiago Bañares, para quem a casa serve a melhor batata frita da cidade, "de longe". O chef elogia a espessura e o equilíbrio entre crocância e maciez, mesmo quando o ponto de fritura varia. A chef Júlia Tricate também se impressionou com a porção servida no restaurante, principalmente pelo corte mais grosso e pelo molho de acompanhamento.

Z DELI SANDWICH SHOP

Na Z Deli Sandwich Shop, a hamburgueria da marca, a batata aparece em outro estilo – mais fina e sequinha, pensada para acompanhar o smash burger. Ravi Leite, do Hi Pokee, chama atenção para a escolha da variedade: asterix ou baraka, tipos mais secos e ideais para fritura. Para ele, a simplicidade da execução é o que torna a batata especial. Já Cadu Evangelisti, do Broca, destaca a textura: crocante por fora, com interior quase de purê. "É daquelas batatas que você saboreia uma por uma."

ICI BISTRÔ

Outro endereço lembrado pelos chefs é o Ici Bistrô, que serve versão clássica da frita, acompanhando pratos como steak tartar e entrecôte. O chef do Broca a considera a mais bem executada da cidade no estilo tradicional. Elisa Fernandes, que ficou conhecida por sua participação no *Masterchef*, também aponta a batata do Ici como uma de suas preferidas, especialmente quando servida com tartar.

BUZINA BURGERS

Já o Buzina, conhecido por seus hambúrgueres criativos, entra na lista com uma batata fininha e extremamente crocante. Cadu Evangelisti descreve como "viciante" e ideal para comer sozinha ou acompanhando o sanduíche. Com textura intermediária entre a frita tradicional e a batata palha, agrada a quem busca algo mais leve e crocante.

PATTIES

Entre as versões mais finas, as skinny fries do Patties também são lembradas. Elisa Fernandes destaca o corte ultrafino como um dos mais saborosos das hamburguerias da cidade. ●

Z Deli Restaurante
@zdelirestaurante
Z Deli Sandwich Shop
@zdelisandwiches
Ici Bistrô
@ici_bistro
Buzina Burgers
@buzinaburgers
Patties
@pattiesburger

MICA CHOCOLATES



Festa junina

Chocolate temático

Uma quermesse com muito chocolate é a proposta da Mica Chocolates. Neste sábado, 28, das 9h às 19h, a loja ganha ares juninos e os clientes podem se deliciar com doces temáticos como o chocolate de milho crocante, maçãs do amor e pipoca, morangos com chocolate e copinhos de chocolate ao leite com recheio de manteiga de amendoim. Além da oferta de doces, haverá ainda brincadeiras tradicionais dessa época do ano para as crianças, música ao vivo.

Mica Chocolates. R. Artur de Azevedo, 1.199, tel. 11 99379-1200

URBE CAFÉ



Festival

São Paulo Coffee

O festival que ocorre há mais de dez anos ao redor do mundo chega a São Paulo para celebrar a cena de café na América Latina. Com a expectativa de receber 16 mil visitantes e 500 marcas, o evento, que começa nesta sexta, 27, terá degustação, novas tendências e inovações do setor, workshops, atividades interativas, palestras, oficinas, diversas opções gastronômicas e até música ao vivo.

Bienal do Parque do Ibirapuera
Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº – Moema. Sexta-feira, das 14h às 21h. Sábado e domingo, das 10h às 18h. R$ 45/R$ 530. **Até 29/6**

Divirta-se

Ao longo da semana, nas edições do **Caderno 2**, este selo identifica outros destaques da programação cultural. Acompanhe!



Teatro

Peça leva ao palco obra de Sidarta Ribeiro

'Sonho Elétrico', que estreia no Teatro Antunes Filho, é estrelada por Jesuíta Barbosa, que viveu Ney Matogrosso no filme 'Homem com H'

Descrito como "um percurso sensível na mente de um artista entre a vida e a morte", o espetáculo *Sonho Elétrico* estreia neste sábado, 28, no Teatro Antunes Filho, no Sesc Vila Mariana.

Estrelado por Jesuíta Barbosa (ator que viveu Ney Matogrosso no filme *Homem com H*), o espetáculo foi escrito e dirigido por Marcio Abreu em diálogo com *Sonho Manifesto*, livro do escritor, capoeirista e neurocientista Sidarta Ribeiro.

"Uma escuta ampla e plural é o que buscamos no espetáculo: uma obra que revisita o passado e inspira ações concretas para o futuro, agora", diz o diretor e dramaturgo. ●

Sonho Elétrico, de Márcio Abreu
Teatro Antunes Filho – Sesc Vila Mariana. R. Pelotas, 141. 5ª, 6ª e sábados, 20h; domingos, 18h. 4ª (30/7), às 15h. R$ 21/R$ 70. **Até 30/7**

ETHEL BRAGA



O ator Jesuíta Barbosa em cena da produção, que se propõe a fazer 'percurso sensível na mente de um artista entre a vida e a morte'

Em cartaz

RONALDO GUTIERREZ



'Tio Vânia'

Celebrando 46 anos de história, ao longo dos quais se consolidou como referência do teatro brasileiro, o grupo Tapa reestreia *Tio Vânia*, clássico de Anton Chekhov (1860-1904), no Teatro Moise Safra, que está retomando as atividades após um período de reestruturação. O espetáculo é traduzido do russo pelo próprio diretor, Eduardo Tolentino de Araujo.

Teatro Moise Safra. R. Prof. Walter Lerner, 315. 6ª e sábado, 20h; domingo, 19h. R$ 25/R$ 80. **Até 13/7**

'A Lista'

Lilia Cabral e Giulia Bertolli, mãe e filha na vida real, interpretam vizinhas que são forçadas a conviver e acabam construindo uma relação afetuosa que faz o espectador refletir sobre solidão, memória e encontros geracionais.

Teatro Faap. R. Alagoas, 903. 6ª e sáb., 20h; dom., 17h. R$ 140. **Até 3/8**

BOB SOUSA



'Balada Acima do Abismo'

O espetáculo estrelado por Maria Fernanda Cândido e pela pianista Sonia Rubinsky é baseado na obra de Clarice Lispector, adaptada por Catarina Brandão e dirigida por Gonzaga Pedrosa.

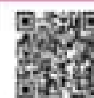
Teatro-D-Jaraguá. R. Martins Fontes, 71. De 3ª a sábado, 20h; domingos, 19h. R$ 200. **Até 13/7**

DANIELA PETREL





O badalado DJ Alok mostra o show 'Áurea Tour' no sábado, na Arena Mercado Livre Pacaembu



PEDRO KIRILOS/ESTADÃO – 3/9/2022

SITO DE LAVOR



Enredo traz cotidiano de uma família às voltas com lembranças e com a dura realidade das perdas

Fora do palco

Ópera sobre memória e luto ganha montagem

Apresentada na série Ópera Fora da Caixa, do Teatro Municipal de São Paulo, a ópera *O Afiador de Facas*, de Piero Schlochauer, será encenada a partir de hoje na Central Técnica Chico Giacchieri, onde o teatro guarda cenários e figurinos de seu acervo histórico e atual.

Em uma narrativa apresentada de maneira não linear, o enredo, com texto de Beatriz Porto, acompanha o cotidiano de uma família cujas memórias e realidade se misturam durante o processo de luto. "Toda memória tem esse outro lado da moeda, que é a sua vida útil. A lembrança existe até a última pessoa que lembrar, quando ela vai embora sobram apenas os ecos", diz o compositor.

No palco, são quatro personagens: a filha, interpretada por Cecília Massa; a mãe, que será feita por Edneia Oliveira; o filho, papel de Julián Lisnichuk; e o afiador de facas, interpretado por Flávio Borges. A regência é de Leonardo Labrada, à frente de músicos da Orquestra Experimental de Repertório; a direção cênica fica a cargo de Fernanda Vianna. A cenografia é de Renato Bolelli Rebouças; o design de luz, de Aline Santini; e o figurino, de Olintho Malaquias.

Realizada em parceria com a Cia. Ópera São Paulo, a produção marca a estreia da obra na capital paulista. *O Afiador de Facas* venceu o primeiro concurso do Fórum Brasileiro de Ópera, Dança e Música de Concerto e estreou em Ribeirão Preto no ano passado. ●

O Afiador de Facas, de Piero Schlochauer
Espaço Central Técnica. Chico Giacchieri. R. Pascoal Ranieri, 75. 6ª, 19h; sábado e domingo, 17h. R$ 30. **Até 5/7**

Shows

Paulinho da Viola, a celebração continua

Nome fundamental do samba, o cantor e compositor Paulinho da Viola volta a São Paulo para mais uma apresentação do show *Quando o Samba Chama*, um dos projetos com os quais celebra, ao longo de 2025, seus 80 anos de vida.

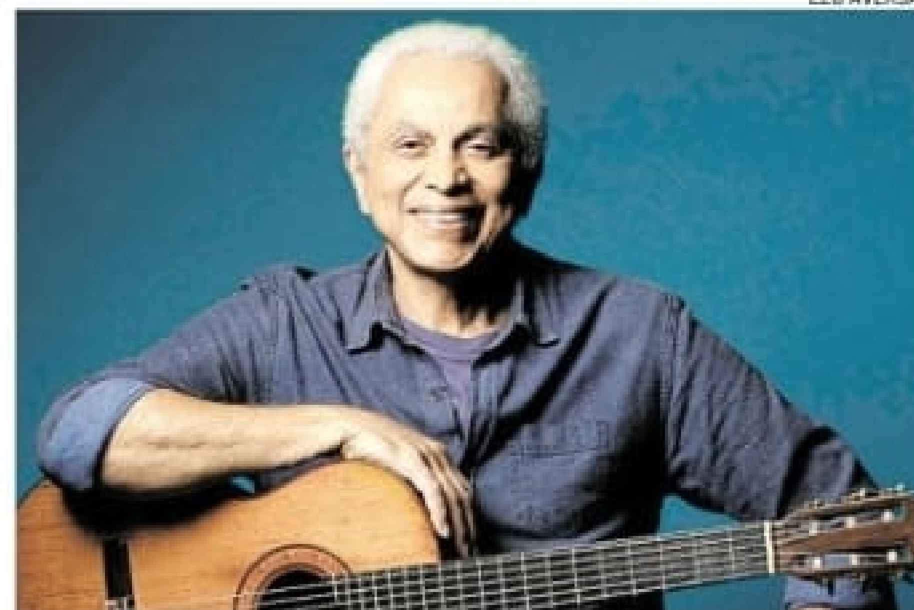
No show, neste sábado, no Espaço Unimed, o artista revisita seus grandes sucessos de carreira, celebrados desde os anos 1960; entre eles, estão os clássicos *Foi um Rio Que Passou em Minha Vida*, *Argumento*, *Onde a Dor Não Tem Razão* e *Pecado Capital*.

Também estão no setlist canções menos conhecidas, como *Ele* e *Nas Ondas da Noite*.

O músico, na verdade, completou 80 anos em 2022, durante a pandemia; quando se sentiu seguro, passou então a viajar pelo País celebrando com seu público em mais de 15 cidades. Além do show, foi lançado o disco *Paulinho da Viola 80 Anos – Ao Vivo*, pela gravadora Som Livre. ●

Paulinho da Viola
Espaço Unimed. R. Tagipuru, 795. Sábado (28), 21h30. R$ 180/R$ 440

LEO AVERSA



Estreias de cinema

'Dreams'

IMOVISION



O filme de Dag Johan Haugerud acompanha uma menina de 15 anos que tem seu despertar sexual ao se apaixonar por uma professora. Para processar seus sentimentos, ela escreve de forma intensa e vívida em seu diário. Quando sua mãe e sua avó descobrem o texto, tentam convencê-la a publicá-lo.

'O Retrato de Norah'

PANDORA FILMES



Um professor recém-chegado a uma pequena vila saudita nos anos 1990 leva uma vida dupla como artista, em um período em que a manifestação artística está banida do país. Ao conhecer Norah, ele se inspira a criar novas pinturas, o que pode causar problemas sérios. Direção de Tawfik Alzaidi.

'Quebrando Regras'

PARIS FILMES



Baseado em fatos reais, o filme do cineasta norte-americano Bill Guttentag conta a história de uma mulher que decide ensinar meninas no Afeganistão, onde a educação feminina enfrenta diversas barreiras. Seus esforços chamam a atenção do mundo, despertando esperança e levantando oposição.

Passeios

1º Festival de Inverno do Museu da Imigração

MUSEU DA IMIGRAÇÃO



O evento terá apresentações musicais e de dança, pratos típicos e oficinas que celebram a cultura de diversas comunidades imigrantes.

Museu da Imigração. R. Visconde de Parnaíba, 1.316. Sábado (28), 10h às 18h. Gratuito

Japão Street

JAPÃO STREET

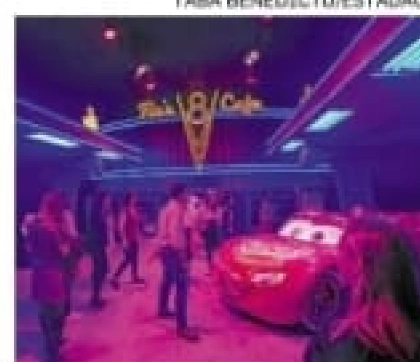


O festival vai ocupar a avenida no Alto de Pinheiros, dedicado à cultura japonesa. O evento terá atrações culturais típicas, oficinas criativas e oferta de pratos tradicionais japoneses.

Av. Professor Frederico Hermann Jr., 565. Sábado (28) e domingo (29), 10h às 21h. Gratuito

O Mundo Pixar

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



A exposição explora cenários dos filmes da Pixar e leva as crianças para dentro desse universo. Alguns dos cenários vistos na última edição foram renovados, com novas experiências imersivas.

Shopping Center Norte. Av. Otto Baumgart, 245. 3ª a domingo, 10h às 21h. R$ 48/R$ 199



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Deslegitimar

Data estelar: Mercúrio em trígono com Saturno e Netuno

Margem para entendimento há de sobra, mas nossa humanidade precisa aproveitar voluntariamente essa margem, em vez de ficar deslegitimando os "outros" que não se alinham com sua maneira de pensar a vida.

Os que abraçam a ciência deslegitimam os que entendem que a vida é anterior à matéria, os que se alinham com a política e o poder deslegitimam os que defendem as incontáveis vidas sacrificadas no poder, e assim, no contorcionismo mental necessário para estruturar o convencimento de que uns tem legitimidade e outros não, vamos todos, sem exceção, perdendo de vista a Graça da Vida.

Francamente, não dá para entender que parte da história não foi bem compreendida, quando está mais do que evidente de que neste, nosso planeta belo e assustado, há de haver lugar para tudo e para todos. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

No que depender de seu esforço, haverá avanços consistentes, porém, no que depender do que estiver atrelado ao que outras pessoas tenham de fazer, aí é um terreno pantanoso que não garante o mesmo avanço.

TOURO 21-4 a 20-5

Suas reais intenções foram mantidas discretamente durante bastante tempo, mas a partir de agora se tornarão manifestas, por obra e graça das circunstâncias. Isso, com certeza, vai provocar algumas comoções.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Conversar é bom, porque infunde entusiasmo, e esse sentimento é sagrado. Conversar é muito bom, mas realizar um pouco do que se promete nas conversas é melhor ainda. É hora de você se focar mais na realização. Aí sim!

CÂNCER 21-6 a 21-7

Você imagina que tudo deva acontecer de certo jeito, mas muito provavelmente será de outro completamente diferente, e isso dá margem para você se angustiar com que, talvez, nada dê certo. Não importa, em frente.

LEÃO 22-7 a 22-8

As alternativas são discordantes, mas sua alma não quer nem saber, pretende amarrar todas as pontas soltas. É um anseio bastante ambicioso, que não é impossível, mas precisa de mais tempo do que o imaginado para acontecer.

VIRGEM 23-8 a 22-9

São tantas emoções acontecendo ao mesmo tempo que sua alma corre o risco de sofrer uma congestão, porém, mesmo assim, ainda que seja difícil metabolizar todas as emoções, isso indica um momento muito rico de sua vida.

LIBRA 23-9 a 22-10

Alguns acordos importantes podem ser definidos neste meio tempo, e apesar de não parecerem completamente favoráveis, pelo menos darão um fôlego para você continuar em frente. Dê tempo ao tempo para tudo se resolver.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Use alternativas, evite seguir pelo caminho que as pessoas conhecem e monitoram, porque assim você evitará que elas atrapalhem seus movimentos. É hora de usar a maior criatividade possível e surpreender a todos.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

A melhor, e talvez única maneira, de fazer as pessoas entenderem que seus planos são os mais acertados, é não dizer nada antecipadamente e se dedicar exclusivamente a tomar as iniciativas pertinentes.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Se os recursos não são suficientes para você fazer tudo que pretende, em vez de gastar tempo, que também é um recurso, se lamentando por isso, aproveite esse mesmo tempo para continuar em frente com sua luta.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

De repente, sua alma se depara com que o cenário era muito mais complexo do que o imaginado. Por um momento, essa percepção provoca comoção, mas passe rapidamente por ela, porque você vai dar conta de tudo.

PEIXES 20-2 a 20-3

Se você continuar apostando nas profecias que o medo indica, você continuará evitando fazer o que precisa, se lançar à aventura da vida sem se importar com as consequências. Ou você aposta em você ou no medo.

Cinema

Denis Villeneuve, de 'Duna', dirigirá próximo filme de James Bond

Convite foi feito pela produtora Amazon MGM, que pagou US$ 8,4 bilhões pela marca; novo ator ainda é mistério

O anúncio foi feito, na quarta-feira, 25, pela própria Amazon MGM: caberá ao diretor franco-canadense Denis Villeneuve dirigir o próximo filme de James Bond. Responsável pelo grande sucesso da saga *Duna*, Villeneuve comentou que a tarefa é "uma grande honra", mas também "uma grande responsabilidade".

"Sou um fã incondicional de Bond. Para mim, é um personagem sagrado", acrescentou o diretor. "Cresci assistindo a filmes de James Bond com meu pai. Quero honrar a tradição e abrir caminho para as novas missões que estão por vir."

Mike Hopkins, falando em nome da Amazon MGM, declarou que Villeneuve "é um mestre do cinema cuja filmografia fala por si só".

A produtora, agora responsável pela saga do espião mais famoso do mundo, também anunciou que Tanya Lapointe será a produtora executiva. Amy Pascal e David Heyman serão produtores do longa.

O que continua sendo um mistério é a quem caberá o papel de James Bond, que foi interpretado por Daniel Craig até 2021, quando se despediu do personagem com *007 – Sem Tempo para Morrer*.

A saga mudou de dono depois desse filme. A Amazon pagou quase US$ 8,45 bilhões (R$ 46,8 bilhões, na cotação atual) para comprar o estúdio em 2022. Mas, durante três anos, ela se deparou com a resistência de Barbara Broccoli e Michael Wilson, que mantinham seus direitos sobre os filmes.

A Amazon finalmente chegou a um acordo com os dois, em fevereiro passado, para assumir o controle da franquia. O valor não foi revelado. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"A educação desenvolve as faculdades, mas não as cria"* **Voltaire**



Lusa Silvestre

Os Gen Zs querem transar no trabalho

Aí vai: 40% dos Gen Zs querem que as empresas separem uma sala para o sexo, durante o expediente. Dizem que isso vai ajudar a equilibrar a vida na firma com a vida pessoal. Tal dado surgiu de um estudo da plataforma EduBirdie, lá nos States. Podem fuçar no Google.

Antes, expliquemos os Gen Zs. São os nascidos entre 1997 e 2010, gente que cresceu no ambiente digital – entre redes sociais, lacrações e cancelamentos. Trata-se de uma força de trabalho peculiar: são bons no remoto, mas no resto complica. Se você pede postura, vão se queixar no RH. Se cobra pontualidade, vão reclamar na Rolex. Se diz "tá ruim", vão parar no hospital com um tubo de maracujá na veia.

Imagino esta lúbrica salinha. Marília Mendonça no Spotify, espelho no teto, sofá-cama comprado na Teodoro, frigobar cheio de energéticos e catuabas, balde e rodo atrás da porta para deixar tudo nos conformes depois (exigência do compliance). Tudo muito ótimo.

Também não há dúvidas de que o sexo pode trazer qualidade de vida – como a cantina subsidiada e o plano de saúde turbinado. Deve trazer resultado, idem: o colaborador fica focado no trabalho, sem pensar em fornicar. A pessoa vai lá na sala, resolve o assunto – e fim dos delírios libidinosos.

Mas tenho perguntas.

No trabalho dessas pessoas não tem sala de ar-condicionado? Não tem escada de incêndio? É onde se transa no escritório desde a revolução industrial. Nunca precisamos de sala pra isso, gente. Tem de ser criativo, olhar para o almoxarifado e pensar "acho que atrás da lata de desinfetante dá".

> *Quem diria. Eu tinha medo de eles deixarem o assunto pra inteligência artificial*

Imagino que seja obrigatório reservar tal sala – pra não encavalar transas nem virar suruba. Mas, se a pessoa tem de dar o nome, todo mundo vai ficar sabendo. É isso mesmo? Acho ruim; a melhor parte do sexo corporativo é justamente esconder o affair – e apreciar a fofoca surgindo.

E o tempo de uso da sala? É uma hora, é meio minuto? Se for rápido demais, pode reclamar na chefia? Vai ter avaliação depois? Performance ruim prejudica os resultados da empresa; empresa broxa vai sempre mal na bolsa.

A sala é democrática, ou é de uso exclusivo dos Gen Zs? Se o coroa não puder usufruir do local (porque demora muito) é etarismo? Pode trisal? Pode usar sozinho, onanista? E quem é casado, pode trazer a patroa para um tour?

É tudo muito surreal. Mas tem uma coisa boa nessa pesquisa: os Gen Zs querem transar presencialmente. Quem diria. Eu tinha medo de eles deixarem o assunto pra inteligência artificial. Ufa: a humanidade está com o futuro garantido. ●

ROTEIRISTA DE FILMES COMO 'ESTÔMAGO', 'MEDIDA PROVISÓRIA' E 'SEQUESTRO DO VOO 375'.

TER. Alice Ferraz, Patricia Ferraz, Sergio Martins (quinzenal) ● QUA. Roberto DaMatta ● QUI. Alice Ferraz,Luciana Garbin (quinzenal), Patricia Ferraz ● SEX. Lusa Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) ● SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli ● DOM. Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/3FMb0iB

Espírito de chefia (pl.)
Em teoria (adv.)
Causo estrago a
Traz prejuízo a quem o recebe
Localização da Ilha Fiscal na cidade do Rio de Janeiro
O Deus de Maomé
"Torpor", em "narcótico"
Walter (?), cineasta de "Ainda Estou Aqui"
Loja que vende material escolar
Ligado, em inglês
Cada equipe que compete no Brasileirão (fut.)
Sua Alteza Real (abrev.)
Tudo (ing.)
(?) Hemingway, escritor
Torna-se menos intensa (a febre)
"Os (?)", série da Marvel
"(?) 15 Anos", filme com Larissa Manoela
Senhor (abrev.)
Material mais básico do pintor
Que (?): como (pop.)
Esposa do filho
(?) Júnior, jornalista e apresentador
Sintetizar (o texto)
Pular para fora d'água (a baleia)
Capital da região do Alentejo, em Portugal
(?) Gandelman, saxofonista
Mamífero de lendas brasileiras (pl.)
Tipo sanguíneo
Igual; semelhante
Finalizar (missão)
André (?), jornalista
Código da Itália na internet
(?) Family, grupo musical de "Jeito Sexy"
Precede o cifrão no dólar dos EUA
Orifícios em canais do organismo (Anat.)
"(?), mãe!", protesto do filho "injustiçado"

A L A

BANCO 2/it — on. 3/all — tat. 4/meus. 5/evora. 6/ernest — meatos. 15/presente de grego.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, a expressão idiomática utilizada para se referir ao firmamento sem nuvens no horizonte.

Líquido formado da decomposição do lixo.		1	2	3	4	5	6
Fazer vir à memória.	7		5	8	3	9	3
Além do justo ou permitido.	9	8		10	11	12	2
Indisciplinado.	3	6	8	6	7		6
Perceptível ao olhar.	12	11	10	11	12		7
Furtado; subtraído.	3	2	4		9	13	2
Entorna.	13	6	3		9	5	9
Fazer aliança entre partidos políticos.	14	2	7		15	9	3
Estrutura dos vasos linfáticos.	15	9	16		7	11	2
Carga (?): limita o tempo de trabalho.	1	2	3		3	11	9
Que não tem cheiro.	11	16	2		2	3	2
Azul-(?): a cor do céu.	14	6	7		10	17	6
Eram coloridos com a tinta do pau-brasil.	17	6	14		13	2	10
Abrigo de policiais na rua.	15	4	9		11	17	9
Cortejar; galantear.	16	9	5		3	9	3

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/45q7O6A

Nível Médio

			5		8			
		4		6		5		
	3	5		7		4	8	
2								8
	8	3				7	6	
7								1
	5	1		2		6	3	
		8		3		9		
			9		5			

SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA

#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel



ASSINE AGORA!

— Novo filme de Jia Zhangke e documentário sobre o cineasta revelam olhar para a China das últimas décadas

Nos becos da memória, a história de um país



Em 'Levados pelas Marés', a angústia jamais se desenha por inteiro na face de Zhao Tao, a atriz-fetiche do diretor

ESTADÃO ANALISA

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Versos de uma música no prólogo do filme: "Nem uma queimada/ Mata todas as ervas daninhas/ Elas vão crescer de novo/ Com as brisas da primavera". É o começo desse extraordinário *Levados pelas Marés*, de Jia Zhangke, que passou na Mostra de Cinema em São Paulo, mas permanecia inédito no circuito comercial brasileiro. Entra em cartaz neste final de semana. E vem acompanhado de outro documentário incomum, *O Homem de Fenyang*, que Walter Salles dirigiu para entender a estética e a ética do seu colega chinês, que considera um dos grandes cineastas da atualidade, senão o maior. A produção está disponível no streaming, na plataforma Prime Video.

Levados pelas Marés, após a introdução algo enigmática, toma o espectador pela mão e o conduz a uma sequência de imagens em aparência fragmentadas, mas que são como um caleidoscópio das grandes mudanças sociais e culturais da China nos últimos 20 anos.

Não há qualquer intenção didática nem pontos de referência exteriores às imagens. Elas se bastam e nos levam, nos arrastam por essa maré de crescimento febril do país, com tudo o que representa de pujança econômica e desconexão com as implicações humanas desse progresso. Muita coisa vai ficando pelo caminho. Por exemplo, os restos do comunismo antigo, representado por um retrato de Mao Tsé-tung um pouco arruinado pelo tempo.

Um funcionário afirma que pensou em restaurar o quadro, mas acabou resolvendo deixá-lo como está. Um pouco rasgado nas bordas, desbotado, levando nele as marcas do tempo e de esperanças e frustrações de uma época já terminada, que acaba como um quadro vintage na parede.

Outras cenas se sucedem. Adolescentes dançando ao som de musiquinhas que parecem saídas do TikTok. Muita música e dança, numa espécie de descontração talvez forçada, que não esconde o tanto de angústia que existe no ar. Os espaços vão mudando e entram em cena boates noturnas com músicas eletrônicas e jovens dançando, sempre e freneticamente.

Em paralelo, entram outras cenas, mais soturnas, faces carrancudas que parecem ser de mafiosos típicos. Numa sauna, um dos chefões assedia sexualmente um empregado, pedindo que lhe faça uma massagem e depois avançando o sinal sobre o jovem. Há todo esse mal-estar reinante, nunca assinalado de forma pedagógica, mas que se sente de forma progressiva.

BUSCA. Depois, a "trama" se aquieta e assenta o foco nos personagens de Qiaoqiao e Guo Bin. Um casal, que se separa quando Bin parte à procura de um trabalho melhor. O filme vai mostrar a busca da mulher pelo marido através de várias viagens que cortam o enorme país. É uma procura quase sem esperança, mas cuja angústia jamais se desenha por inteiro na face de Zhao Tao, a atriz-fetiche de Zhangke. É como uma emoção contida, uma me- →

CALIFORNIA FILMES



Impacto
'Em Busca da Vida', de 2006, foi filmado em Fengjie, uma das cidades alagadas para a construção da barragem das Três Gargantas

WALTER SALLES



Cena de 'Um Homem de Fenyang'; retorno do cineasta à terra natal

FILMES DA MOSTRA



No streaming

Longas abordam histórias de amor fraturado

FOTOS IMOVISION



• As Montanhas se Separam (2015)
No final do século 20, uma jovem chinesa é cortejada por um executivo e por um mineiro. Ela acaba se casando com um deles, mas a vida lhe traz decepções. A história começa em 1999 e continua durante os anos 2000-2010, já a parte final se passa em um futuro próximo, na década de 2020.
Disponível no Reserva Imovision



• Amor até as Cinzas (2018)
O filme se passa em Datong. A jovem Qiao está apaixonada por Bin. Durante uma briga entre gangues, ela dispara uma arma para proteger seu namorado e passa cinco anos na prisão. Após a sua libertação, decide procurar por Bin.
Disponível no Reserva Imovision

lancolia serena. Ao vê-la sentir a emoção e, ao mesmo tempo, tentar dominá-la, entendemos por que se tornou a intérprete favorita do cineasta.

Já conhecíamos as imagens de Qiaoqiao e seu marido desde *Em Busca da Vida* (título internacional, *Still Life*), premiado no Festival de Veneza de 2006. Foi filmado em Fengjie, uma das cidades alagadas para a construção da gigantesca barragem das Três Gargantas, obra que sinaliza a emergência da China como grande potência econômica. E, também, emblema do preço cobrado pelo progresso aos moradores da região. Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas de suas residências para a construção da usina. Toda uma cultura e todo um modo de vida foi encoberto pelas águas. Seus moradores se dispersaram pelo país. E, entre eles, o marido de Qiaoqiao.

A esposa que busca o marido perdido pode ser considerada como um símbolo do preço a ser pago pelas pessoas ao sucesso econômico de um país. É quando a História, com agá maiúsculo, engole e submerge a humana e pequena história de cada um de nós, simples pessoas.

A melancolia não leva ao desespero. Há uma rima interna com os versos iniciais do filme e que tem essas palavras: "Apenas permaneço em pé/ Na terra onde nasci".

MENINO. Essa pintura cubista de uma China tão complexa, a desafiar os clichês com que costuma ser retratada, pode ser complementada pelo documentário intitulado *Jia Zhangke: Um Homem de Fenyang* (2014), de Walter Salles.

Estudando a vida do personagem, o documentário vai também ao encontro da história do seu país, pois um não pode ser separado do outro.

Para tanto, era preciso ir a Fenyang, a cidade natal e de formação do agora famoso diretor. Lá ele era apenas um menino pobre, que ia buscar água para a família com baldes maiores que ele. Uma das vizinhas zomba do artista: "Ele ficou tão baixinho por ter carregado tantos baldes de água pesados quando era criança". Ele ri. As visitas aos conhecidos são muito bem-humoradas. E os traços do passado continuam inscritos na cidade. Ele mostra a casa onde cresceu: "Sabe o que era aqui antes de a gente vir morar? A prisão de Fenyang: veja como os muros são grossos". Passeia por becos e ruas de sua infância. Diz que, se destruírem esses pontos de referência do seu passado, estarão destruindo também sua identidade e as suas referências.

Fragmentos
Longa é como uma pintura cubista de uma China complexa e desafia clichês com que costuma ser retratada

Hoje artista internacional, Zhangke sente-se ligado à sua terra natal, a seus amigos, à família, a antigos companheiros de escola. Alguns o reconhecem e querem tirar fotos com ele. O humor prevalece. Ele se diz contente quando um vendedor ambulante lhe oferece a cópia pirata de um dos seus filmes, *Plataforma*, sobre a juventude chinesa entre os anos 1970 e 1980. Fica feliz porque a pirataria consegue furar o bloqueio da censura a algumas de suas obras. Mas lamenta que elas não possam seguir o caminho normal e serem exibidas em salas de cinema.

Há, no documentário, muitos momentos de análise da obra do cineasta e também de grande emoção. Por exemplo, quando ele se recorda de quando usou uma série de extras para a filmagem de uma cena. Eram pessoas comuns. "Mas via naqueles rostos traços especiais, cada um diferente do outro, cada um com sua vida e suas particularidades. Onde estarão?" De repente, um deles aparece e passa a comentar o filme de que participou.

PAI. Nenhuma emoção, no entanto, é maior do que quando o cineasta se recorda de seu pai, perseguido pela Revolução Cultural. Um diário que ele mantinha caiu nas mãos dos comissários e alguns trechos foram considerados reacionários. Foi mandado para "reeducação". Anos depois, quando soube do teor dos filmes do filho, lamentou e disse que ele teria muitos problemas pela frente. Não estava enganado.

A "visita" documental de Walter Salles a Jia Zhangke não se limita à sua terra natal. Saindo de Fenyang, os dois cineastas visitam várias outras regiões e cidades como Pequim, Pingayo, Nan-che e diversas localidades e vilarejos da região de Shanxi. As conversas e comentários revelam um cineasta preocupado com a questão formal, mas, em especial, um observador agudo da dolorosa transformação por que passa a sociedade chinesa – da rígida economia planificada ao pragmatismo do mercado.

Mudanças radicais que, se por um lado trouxeram a China ao protagonismo da cena econômica mundial, por outro sujeitaram a população do país ao processo de crescente perda de identidade. Cabe ao artista, essa persistente "erva daninha" da sociedade, apontar para essas contradições.

Jia Zhangke é o cronista ideal da mudança acelerada e de suas consequências. Quem quiser entender algo desse quebra-cabeça que é a China atual, tem de, obrigatoriamente, passar por seus filmes. ●

Sextou! Visuais

Telas, esculturas, gravuras, vídeos



FILIPE BRENDT



NEGOZAFA

Mostras propõem reflexões sobre raízes e heranças

Museus têm obras de Hannah Brandt, Anna Bella Geiger, Marga Ledora e Josafá Neves, indo do alfabeto hebraico aos orixás

CORTESIA MENDES WOOD DM



1. Obra de Marga Ledora celebra Geração 80
2. 'Exu', da mostra Orixás, de Josafá Neves
3. Tela 'Dilúvio', de Anna Bella Geiger
4. Xilogravura 'Lembra-te', de Hannah Brandt

ACERVO DO MUSEU JUDAICO



Novas exposições – e a chance de percorrer uma mostra ao lado da artista – marcam o fim de semana das artes plásticas em São Paulo, olhando para raízes culturais e históricas por meio de diferentes estéticas.

Marga Ledora fará, neste sábado, 28, visitas guiadas gratuitas à sua exposição A Linha da Casa, em cartaz na Pinacoteca. A mostra reúne mais de 120 obras da artista, feitas entre 1987 e 2023, que retratam sobretudo sua participação no movimento Geração 80.

No Museu Judaico, são duas mostras. Limiar apresenta 60 obras da artista carioca Anna Bella Geiger, uma das pioneiras da videoarte no Brasil. São gravuras, vídeos, objetos e fotografias documentais. Já Hannah Brandt: Vejo Tudo com o Coração celebra o centenário da artista alemã naturalizada brasileira, que se dedicou, sobretudo, à gravura. São 30 obras, entre elas a série que traz representações das letras do alfabeto hebraico, como o alef, o bet e o yali.

No Memorial da América Latina, a mostra de Josafá Neves faz uma imersão visual nas raízes afro-brasileiras. Estão representadas em pinturas a óleo sobre tela divindades como Exu, Oxum, Oxóssi, Ogum, Oxaguian, Iansã, Iemanjá, Oxalá, Oxumarê e Xangô. ●

Orixás
Memorial da América Latina. Av. Mário de Andrade, 664. Gratuito.

Marga Ledora
Edifício Pina Estação. Lgo. General Osório, 66. Visita guiada: sábado (28), 11h e 14h. R$ 42 (gratuito aos sábados). **Até 24/8**

Anna Bella Geiger: Limiar / Hannah Brandt: Vejo Tudo com o Coração
Museu Judaico de São Paulo. R. Martinho Prado, 128. 3ª a domingo, 10h às 18h. Gratuito. **Até 21/9**